



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 86

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 22 de Fevereiro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 18 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Interpelação ao Governo Regional sobre “O sector da educação” apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

No debate da Interpelação, suscitada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Rui Ramos (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Vera Bettencourt (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), Francisco César (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), e ainda a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

2. Projecto de Resolução n.º 14/2010 – “Serviço público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate do Projecto, apresentado pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS/PP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O diploma foi aprovado por maioria.

3. Proposta de Resolução n.º 1/2010 – “Conta de gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2009”, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa.

O diploma foi aprovado por unanimidade.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010 – “Cria o Parque Natural de São Jorge”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), José Cascalho (*BE*), Rogério Veiros (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Hernâni Jorge (*PS*).

O diploma foi aprovado por maioria.

5. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010 – “Cria o Parque Natural das Flores”.

No debate da Proposta, apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e António Ventura (*PSD*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, muito bom dia, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com a chamada.

(Eram 10 horas e 18 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nélia Maria Brito Nunes

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Está aberta a sessão, pode entrar o público. Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, iniciamos os nossos trabalhos com a agenda, exactamente porque, de acordo com o Regimento, havendo uma interpelação, não há PTAP.

Temos uma **Interpelação da Representação Parlamentar do PPM ao Governo Regional sobre “O sector da educação”**. Essa interpelação foi agendada para o início dos nossos trabalhos na Conferência de Líderes da passada quinta-feira e foram fixados os seguintes tempos globais: interpelante, Governo e PS, 30 minutos; PSD, 20 minutos; CDS/PP, 15 minutos; BE, 13 minutos; e PCP, 10 minutos.

Aproveito também, ainda antes de entrarmos na interpelação, para dar as boas vindas às Sras. Deputadas Cecília Pavão e Nélia Nunes, que já têm os poderes verificados. A partir de agora vamos contar com elas entre nós e com a sua colaboração.

Vamos então iniciar a interpelação. Conforme manda o Regimento, dou a palavra ao interpelante. Faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção, Sra. Secretária da Educação e Formação, desejando-lhe votos sinceros de sucesso no âmbito do desempenho das suas novas funções.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O seu sucesso só se poderá medir pelo êxito que os nossos alunos vierem a obter. Nesse sentido, poderá V. Exa. avaliar até que ponto o desejo de

sucesso que expressei é sincero e ultrapassa as meras fronteiras formais da tradicional cortesia parlamentar.

O PPM provocou esta interpelação parlamentar porque consideramos que resulta benéfico e prestigiante para o nosso sistema parlamentar dar à nova Secretária da Educação e Formação a possibilidade de explicar as suas prioridades governativas e saber o que pensa fazer para enfrentar e ultrapassar os desafios e dificuldades do nosso sistema educativo.

Dizem-me, alguns, que se poderia ter dado mais algum tempo à Sra. Secretária da Educação para conhecer os dossiers. Isto seria certamente verdade noutro caso, mas não na situação da Dra. Cláudia Cardoso. Como parlamentar responsável pela área da educação no Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ex-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a nova Secretária da Educação tem não só as condições, mas também o dever de conhecer objectivamente a situação do sistema educativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é evidente, analisando comparativamente os diversos sistemas educativos, é que os sistemas educativos de sucesso são, precisamente, os que conseguiram criar um consenso social e político muito alargado na área da educação. São disso exemplo, na Europa, países como a Finlândia, a Holanda ou a Noruega.

O ponto de partida do PPM, em qualquer questão, passa sempre por ser parte da solução e nunca do problema. Na educação, o nosso propósito é contribuir para a definição de um sistema educativo e de políticas educativas consensualizadas. Para que seja possível alcançar esse propósito é necessário que o PS abandone essa ideia, que está tão impregnada nos espíritos mais sectários desse partido, que uma maioria parlamentar é sinónimo de certezas absolutas e de monopólio da razão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não preciso de dizer que assim não é. Os erros de governação do PS na área da educação estão, infelizmente, à vista de todos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Nesta intervenção, não vou perder tempo enumerando os erros do passado. Interessa-me, sobretudo, o futuro.

Interessa-me que os nossos alunos adquiram, através de um sistema educativo de excelência, a oportunidade de aprenderem e de ficarem dotados de fortes competências. Interessa-me e motiva-me a construção de um sistema educativo centrado no aluno, em que pode faltar tempo para tudo, menos para os alunos.

O aluno, o aluno e o aluno: eis a nossa santíssima trindade do sistema educativo. Quando falarmos de professores, leia-se alunos. Quando falarmos de combate à burocracia, leia-se mais tempo para os alunos. Quando falarmos de combate à indisciplina, leia-se mais tempo e melhor tempo para ensinar e aprender. Quando falarmos na valorização do trabalho e do esforço no âmbito do sistema educativo, leia-se mais e melhor preparação para os nossos alunos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção, vou questionar a Sra. Secretária da Educação sobre três assuntos concretos. Nas próximas participações neste debate, conto questionar o Governo Regional sobre outras questões que considero igualmente relevantes.

É óbvio que o sistema de avaliação docente necessita de ser alterado, no sentido de o tornar menos burocrático e mais credível. Que avaliação, pergunto, existe num sistema em que quase 99% – repito, quase 99% – dos docentes obtêm a classificação de bom? Pouca ou nenhuma, Sra. Secretária! Que prestígio e fiabilidade tem um modelo em que os avaliadores possuem, muitas vezes, menor currículo académico e profissional do que os avaliados? Pouca ou nenhuma, Sra. Secretária! E que sentido tem o mar de burocracia que afoga os professores neste processo de avaliação, descentrando-os de tarefas de apoio aos alunos? Pouco ou nenhum, Sra. Secretária!

O PPM defende o fim deste modelo de avaliação – já a partir do próximo ano – e a criação de um novo modelo de avaliação assente em três premissas fundamentais: que a avaliação seja realizada pelos docentes mais qualificados (porque de outra forma nunca será credível), que seja realizada no final de cada escalão e que seja destituída de toda a burocracia inútil. Pergunto-lhe directamente, Sra. Secretária Regional da Educação, se está de acordo em iniciar um processo de revisão da avaliação docente.

O Governo Regional tem, ao que sabe, os conteúdos do currículo regional prontos (com dois anos de atraso, é certo). Solicitamos, por isso, a sua imediata divulgação neste Parlamento e na sociedade açoriana. Não é admissível que a transmissão dos signos de identidade açoriana não contemple um período de discussão pública. O repto que lhe lançamos, Sra. Secretária da Educação, é que crie um período mínimo de análise pública dos conteúdos seleccionados. É importante e imprescindível que exista consenso regional nesta matéria.

No que diz respeito à Avaliação das Escolas, o Programa QUALIS transformou-se num inferno burocrático. O programa exige o tratamento pormenorizado de toda a informação pedagógica e administrativa das escolas. Devido a este facto, centenas de professores gastam muito do seu melhor tempo neste processo.

Queremos os professores quase exclusivamente concentrados em tarefas lectivas e de apoio aos alunos. Nessa medida, defendemos a imediata suspensão deste modelo de avaliação das escolas e a sua substituição por relatórios simples e objectivos. A pergunta é, Sra. Secretária da Educação, se está também disponível para rever o modelo de avaliação das escolas, no sentido de o tornar menos burocrático?

Finalmente, a última questão que lhe colocamos nesta primeira intervenção é a seguinte: na nossa perspectiva é urgente rever o Estatuto do Aluno. A indisciplina e o consumo de drogas estão a crescer assustadoramente nas nossas escolas. Cresce também a desmotivação e a desvalorização do espaço escolar por parte dos alunos. É urgente encontrar soluções que possam responder às expectativas destes alunos. Nesse sentido, pergunto-lhe, Sr. Secretária da Educação, também se está disponível para iniciar a revisão deste diploma fundamental?

São questões concretas, as que aqui deixámos. Todo o nosso discurso foi construído com base em duas premissas essenciais: a procura de consensos no âmbito do nosso sistema educativo e a recentragem de todas as nossas energias e capacidades no aluno e na sua formação.

Disse!

Deputado Francisco César (PS): Mal.

Presidente: De acordo com o Regimento, o Governo tem direito a falar imediatamente a seguir ao interpelante, se assim o quiser.

Nesse sentido, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e uma vez que é a minha primeira intervenção nesta câmara nas novas funções de que fui empossada, gostaria de saudar todas as Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ...e desejar também que possamos ter um trabalho colaborativo e profícuo, a bem do desenvolvimento dos Açores, que é o que nos une, essencialmente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Depois, também gostaria de saudar, em primeiro lugar, a figura da interpelação escolhida para trazer a esta casa, hoje. Este é um instrumento que dá ao interpelante a oportunidade de abrir um debate, neste caso, sectorial, e, neste caso, sobre a educação, que é, efectivamente e sempre, uma oportunidade galvanizadora, porque dá também ao interpelante a possibilidade de ser ele a dispor do prisma sob o qual quer ver essas matérias debatidas. Mas também gostava de salientar que dá ao interpelante uma dose considerável de responsabilidade, que deve ser gerida com a devida cautela.

É evidente que o Governo está disponível para o debate e que procurará responder a todas as questões que lhe foram colocadas e que ainda serão, ao longo do debate, colocadas. Mas também gostava, uma vez que é a primeira intervenção, de começar por destacar alguns aspectos que nos parecem fundamentais.

Em matéria de educação, sabemos todos que este é um dos factores, numa sociedade moderna, promotores de desenvolvimento e que muitas vezes, em muitos países, quer da Europa, quer fora dela, se traça o exacto paralelo entre aquilo que é o desenvolvimento do país e as políticas de educação que adopta. Este

é, portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Governo, um investimento altamente reprodutivo, que nos cabe assegurar e manter em níveis que consideramos de qualidade. A educação e a sua qualidade têm sido, por isso, uma das premissas principais dos governos do Partido Socialista.

Eu começaria por recordar que a política educativa nos Açores tem passado por diversas fases. Uma fase que foi muito mais infra-estrutural, uma fase que foi muito mais de funcionamento do próprio sistema, em que se teve de atender, em alguns casos com emergência e com urgência, a situações de funcionamento que hoje estão ultrapassadas. Portanto, nós, hoje, estamos num patamar de política educativa, nos Açores, ligeiramente ou, se calhar, bastante diferente do que outros governos antes atravessaram. Porque podemos agora, com outra latitude, discutir...

Deputado João Costa (PSD): Agora é que vai ser!

A Oradora: ...políticas pedagógicas, discutir questões essenciais que necessitam ainda, algumas delas, de aprofundamento, que em outras alturas, por melhor boa vontade que existisse, não podiam ser o centro da agenda. Portanto, esses novos objectivos que temos fazem com que tenhamos uma visão, neste momento, diferente daquela que foi possível ter noutros momentos da história dos governos.

Devo dizer também que muitas das nossas políticas – e penso que haverá consenso na câmara sobre esta matéria – foram não só bem vistas pelo todo nacional, pelo território continental, como muitas vezes por ele replicadas. Muitas, e recorde, por exemplo, o caso da autonomia das escolas; recorde também o próprio concurso de pessoal docente; recorde outros exemplos que temos, que foram, ao longo do tempo, sendo apreciados e até replicados a nível nacional. O que fez com que a região estivesse à frente, em muitas matérias, como ainda está hoje em dia, do que acontece a nível nacional. Mas entendemos também a emergência de intervir – e neste momento que atravessamos – em duas questões, duas medidas de grande alcance, no nosso entendimento.

A primeira delas trata-se do reforço, que nos parece urgente, da autoridade do pessoal docente, no contexto da sala de aula e também fora dela. É determinante recuperar, hoje, o papel do professor como educador, libertando-o, por um lado, do excesso, que também existe, de trabalho burocrático e administrativo, e

devolvendo-lhe a possibilidade de se concentrar mais na essência da actividade lectiva, na essência da sala de aula. Certo é que esta confiança tem de ter o seu reverso, ou seja, a sala de aula, passando a ser o centro da actividade docente...

Deputado João Costa (PSD): Pensava que já era!

A Oradora: ...tem também, ao nível da avaliação, de ter o seu efeito.

Iremos, para tal, intervencionar um conjunto de normativos que nos permitem concretizar este objectivo, com alterações que estão já em curso e profundas alterações ao Estatuto do Aluno, ao Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos e ao diploma que regula a autonomia e a gestão das unidades orgânicas. Esta reestruturação passa também pelo reforço da liderança das escolas, que é essencial para nós. A liderança da escola determina muito daquilo que é o percurso e o perfil dessa escola, no sentido do aprofundamento da sua autonomia, mas também no reforço da sua responsabilização directa.

Para atingir tal desiderato, concederemos aos docentes, por exemplo, o estatuto de autoridade pública. Passar-se-ão a considerar todas as situações de agressão – como, aliás, já previstas no Código Penal – como situações de crime público. Simultaneamente, asseguraremos aos docentes que sejam arguidos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Grande evolução!

A Oradora: ...ou parte, em processo administrativo-judicial, com direito a assistência jurídica.

É um facto que existe uma sistemática desvalorização, também, por parte das famílias e um desinteresse de participação, mesmo quando disso depende o sucesso dos seus educandos. Durante algum tempo, Sras. e Srs. Deputados, tentámos promover ou tentou-se promover esta participação. A promoção revela-se, mesmo assim, ainda hoje e infelizmente, insuficiente. É preciso ir mais longe e chegou a altura de se forçar este envolvimento. A educação não é uma responsabilidade exclusiva, nem da escola, nem dos professores, não é sequer, sobretudo. É também um facto assente que o sucesso da política educativa de alguns países europeus está ligado à atitude dos pais relativamente à educação dos filhos e à co-responsabilização da própria comunidade educativa pelo sucesso dos seus alunos.

O reforço da autoridade do professor passa também, necessariamente, pela obrigação inadiável de se exigir – de se exigir, repito – a participação dos pais e dos encarregados de educação na vida escolar dos seus filhos. Este comprometimento é para nós e na nossa óptica um dever. E uma sociedade verdadeiramente responsável é precisamente aquela que conhece as duas faces de uma mesma moeda, os direitos e os deveres. Para tal, utilizaremos os meios que tivermos à nossa disposição, incluindo aplicação de coimas e perda de apoios sociais, quando estas situações não se verificarem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas isto está!...

A Oradora: Exigiremos o cumprimento estrito da obrigação dos pais de participarem no percurso escolar dos seus filhos, comprometendo-se, também eles, como colaboradores nas medidas de promoção de sucesso, tornando-os, como aliás já são, partícipes dos resultados escolares que os alunos alcançam, responsabilizando-os pelos mesmos. Envolveremos também os pais ao nível da gestão das escolas. Criaremos o Conselho Regional de Pais e Encarregados de Educação, instrumento que potenciará esta participação e criará um compromisso de futuro. Se a educação falha, os primeiros responsáveis são os pais, a família, e a estes deve ser sempre assacada a primeira responsabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Graça Teixeira discorda disso.

A Oradora: Se estes perderem esta preocupação, nós temos o dever e a responsabilidade de lha devolver. Educar as famílias a compreenderem o que fazer e como fazer para que o seu filho tenha sucesso é também uma responsabilidade do Governo. Temos conhecimento de que em outros países da Europa se começam iniciativas como, por exemplo, uma que é bem sucedida, um guião de estudo que é entregue às famílias e que os ajuda, que os motiva, mesmo quando não têm a possibilidade de acompanhar aprofundadamente o estudo dos filhos, neste caminho.

Para o reforço da autoridade dos professores, é fundamental intervir ao nível de três vectores essenciais: promoção da disciplina, reconhecimento do mérito académico e aprofundamento da consciência cívica. Estimamos também a criação de um Observatório de Segurança e de um Gabinete Coordenador da Segurança

Escolar, na dependência do membro de governo responsável pela área da educação. E vamos ainda avançar imediatamente com outra medida, que se coaduna e se conjuga com esta, que destacamos com carácter de importância e de relevância, que tem a ver precisamente com a desburocratização dos processos, quer administrativos, quer pedagógicos.

Entendemos que, neste momento, a quantidade – e muitos deles com qualidade – de projectos educativos que estão em curso nas escolas merecem, sobretudo alguns deles, ser aligeirados, no sentido de permitir que o fulcro da atenção do professor se centre na sala de aula. O Governo irá, com carácter prioritário, implementar um plano detalhado de intervenção, no sentido de garantir essa desburocratização. Intervencionaremos documentos que estão previstos, como o projecto curricular de turma, o regulamento de gestão administrativa e pedagógica de alunos, o estatuto do aluno do ensino básico e secundário, e também o regime de educação especial e dos apoios educativos.

Para tal, pretendemos suprimir todos os formulários que se tiverem revelado desnecessários ou inconsequentes; reduziremos prazos de entrega de documentos; responsabilizaremos os encarregados de educação; reforçaremos a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias; reforçaremos a autoridade do conselho executivo; e agilizaremos procedimentos. Determinaremos ainda, o que está já em curso, a utilização de uma única plataforma informática nas escolas, que parece que poderá ser aqui também um instrumento útil, no sentido de que possa concentrar toda a inserção de informação por parte das escolas.

Deputado João Costa (PSD): Vai ser uma revolução!

A Oradora: Tendemos a proceder a uma revisão simplificada do QUALIS, que é um projecto interessante e com conclusões muito importantes para o sistema educativo, mas que tem de ser revisto, no sentido da sua simplificação e da sua adequação a alguns dos procedimentos, que tiveram um impacto mais burocrático ao nível das escolas.

Ao nível da liderança das escolas, também temos a intenção de intervir, no sentido de criar aquilo que se chama, em linguagem internacional relacionada com estas questões, *accountability*, que é precisamente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uau! Finalmente!

A Oradora: ...a prestação de contas.

Consideramos que é importante que a liderança das escolas tenha uma dose significativa de responsabilização por aquele que é o desempenho da escola em particular.

Combateremos também, em sede de várias alterações, aquilo que podemos considerar como a banalização do insucesso. Ou seja, o facto de que a reprovação é muitas vezes entendida como algo de normal. Para nós, obviamente o insucesso de um aluno, de uma turma ou de uma escola não deve ser entendido como normalidade, mas como uma excepcionalidade e sinal de que há ali vários intervenientes, vários actores neste processo, que falharam.

Também reforçaremos uma cultura generalizada de avaliação. Consideramos que, quer a avaliação de desempenho dos docentes, quer a avaliação dos alunos que se processa nas nossas escolas, quer também a avaliação interna e externa das escolas, são instrumentos imprescindíveis a uma cultura de avaliação, que em outros países funciona bem e obtém resultados. Nós, sem uma cultura de avaliação, sem sermos capazes de medir quanto avançámos, de onde partimos e onde chegámos, não teremos nem poderemos alcançar o melhorar do sistema educativo.

Em termos gerais, eram estas as primeiras questões que queria apresentar.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Tenho inscritos os Srs. Deputados Artur Lima e Aníbal Pires.

Não sei se há mais inscrições. Sr. Deputado Rui Ramos, Sra. Deputada Zuraída Soares, Sra. Deputada Catarina Furtado, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sra. Deputada Vera Bettencourt, Sr. Deputado Jorge Costa Pereira. Portanto, ainda não estão inscritos todos os Srs. Deputados do Plenário, mas estamos bem encaminhados. É bom saber que estes assuntos despertam tanta paixão. O Sr. Deputado Pedro Gomes também, quem diria.

Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, vamos então avançar.

Por ordem de inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária da Educação, Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos, Sr. Presidente, este é um assunto educativo. Todos os deputados, ou quase todos, querem participar neste assunto.

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, vejo – o primeiro comentário que se oferece dizer sobre a sua intervenção, mas antes queria saudar primeiro o Deputado Paulo Estêvão, pela interpelação que traz e pelo assunto – que há uma mudança substancial no modo de encarar a educação, pela sua parte. Vejo, sobretudo, que o Partido Socialista sempre encarou a educação, já desde os idos tempos do engenheiro Guterres, como a paixão. Vejo que V. Exa., na sua intervenção, introduz a razão. Portanto, abandona um bocadinho a paixão e vai mais à razão.

Deputado Francisco César (PS): Razão e coração, Sr. Deputado!

O Orador: Traz aqui uma série de assuntos com que nós concordamos absolutamente. Saudamos que os encare, saudamos essa ruptura que tem, quase, com o passado e o que tem sido a política do seu partido nestes anos.

Efectivamente, Sra. Secretária, como disse e bem, houve uma primeira fase da educação nos Açores, que foi e muito bem estabilizar o corpo docente. Foi um esforço nesse sentido, foi estabilizado o corpo docente. Agora, o que não se compreende é por que é que, estabilizado esse corpo docente, não houve, digamos, ganhos mais palpáveis em educação. E em que é que eu me baseio? Duvidoso ou não, podemos discordar ou concordar, no *ranking* das escolas. Julgo que, com essa estabilização do corpo docente, devíamos ter resultados mais palpáveis. Isso não aconteceu, era preciso uma explicação. As explicações também são, em educação, baseadas na evidência. Elas são evidentes, porque as medidas que se tem vindo a impor e que se tem vindo a concretizar no sistema educativo regional não funcionam.

Há duas traves mestras que temos de ter: professores a ensinar, alunos a aprender. Só assim conseguiremos ter resultados. Quando se sobrecarrega um professor com relatórios e mais relatórios, pareceres, reuniões e mais reuniões, absolutamente estéreis, que não servem rigorosamente para nada e que não estão a ensinar e a

preparar as suas aulas, para darem aulas de qualidade aos alunos, os alunos nunca vão aprender. Enquanto não houver disciplina na sala de aulas, os alunos não vão aprender. Enquanto não houver exigência da sala de aulas, os alunos não vão aprender. É a isso que, infelizmente, temos vindo a assistir. O professor é cada vez menos professor, é cada vez mais um administrativo, é cada vez mais um tecnocrata, ou burocrata, o que lhe queiram chamar, não exerce a nobre função de ensinar. Espero que tenha a coragem de acabar com isto.

Depois, foi só inovações, foi só experiências. É DPS, é cidadanias, olhe, eu até já lhes perdi a conta. Depois, não sabem matemática, não sabem português, não sabem história, enfim, mas vêm com aquelas cadeiras muito bonitas. Para quê? Para que é que existem estas cadeiras? Naturalmente, o defeito será meu e de muitas dezenas de pais que conheço, que não percebem para que existem essas cadeiras, que não lhes ensinam rigorosamente nada! A senhora veio, aí, com um ponto com que nós concordamos: parte da educação vem da família! Coisa que os senhores sempre negaram, nestes anos todos, com a escola inclusiva, com toda a teoria da escola inclusiva, que os senhores defenderam aqui, com a cor-de-rosa escola inclusiva!

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): É importante.

O Orador: Mas, agora, vejo que chegam à razão. Por isso eu digo: estão a chegar à razão com a autoridade dos professores, com a disciplina sobre os alunos, enfim, coisa que os senhores sempre negaram! Os alunos, coitadinhos! Os chumbos, não se podia chumbar mais que 10% dos meninos, coitadinhos! Também não se pode. O que vai fazer a esse respeito?

Com um sistema de avaliação de professores absolutamente ineficaz! Não serve rigorosamente para nada, esse sistema de avaliação de professores! Onde já se viu que um professor que quer ser excelente tenha de pedir: eu quero ser excelente, os senhores avaliem-me. E mais de 90% dos outros são todos bons! Isto não funciona, não pode funcionar! Isto é demitir-se de avaliar os professores com uma avaliação séria! É contentar todos, para não fazerem ondas. Foi isso que se fez, até agora, na educação, piorando substancialmente nos últimos anos.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não foi.

O Orador: Sra. Secretária, outra coisa que ainda não percebemos o que é, o que vai ser, é o currículo regional. Esta célebre coisa, inventada, também, que gostávamos de saber o que é e para que serve, também não percebemos. Naturalmente, o defeito será meu, de mais umas dezenas de pais que conheço e de mais umas dezenas de professores que conheço. Naturalmente, o defeito é meu.

Deputado José San-Bento (PS): É, sim senhor!

O Orador: Criaram burocratas na Secretaria Regional da Educação, que já estão há anos a fazer um currículo regional que, até hoje, não percebemos o que é. Mas gasta-se tempo, dinheiro, energias e por aí fora.

Portanto, Sra. Secretária, devo registar a grande evolução do Partido Socialista e felicitá-la por isso, pela sua coragem nas medidas relativamente à autoridade dos professores, relativamente à disciplina dos alunos, relativamente à coragem de aplicar coimas quando elas forem necessárias. Sra. Secretária, permita-me dizer-lhe o seguinte: nós não estamos, neste momento – e do que a senhora aqui disse e da sua intervenção, acho que é legítimo tirar essa conclusão –, perante uma nova política de educação. Estamos perante uma política da negação do que foi o passado infeliz do Partido Socialista durante estes anos.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Nada disso!

O Orador: Conceitos que os senhores sempre negaram, nunca quiseram aceitar, nestes anos todos, a senhora agora aceita-os e presumo que irá implementá-los. Há, de facto, agora, uma viragem...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Nada disso!

O Orador: ...uma aparente viragem na educação dos Açores. Foi isso que eu ouvi, foi isso que a senhora disse e foi isso que daquela bancada sempre se disse, relativamente à educação dos alunos, à punição dos alunos e à autoridade dos professores. E isto, Sra. Secretária, é só ler os Diários e só ver alguns artigos de opinião e algumas opiniões de alguns Srs. Deputados – que já aqui não estão, estão noutras funções – e nós percebemos que isto é, pura e simplesmente, os senhores estarem a chegar-se à razão, e ainda bem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Renovo os cumprimentos à Dra. Cláudia Cardoso, Secretária Regional da Educação e Formação, pelas novas funções que assumiu. Já tinha tido oportunidade de o fazer no Plenário anterior mas, de qualquer forma, gostaria de a cumprimentar de novo e desejar-lhe um bom desempenho.

Queria começar por dizer que, de facto, do discurso da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação transparece que algo vai mudar e que, tal como foi dito anteriormente pelo Deputado Artur Lima, isso implica um reconhecimento de que era necessário mudar e que as políticas educativas, na região, eram enformadas de um conjunto de erros. O que não é mal nenhum em si mesmo. Fez má avaliação, não é mal nenhum em si mesmo. Também queria acrescentar o seguinte: não me surpreendeu, Sra. Secretária, nem o discurso da Sra. Secretária, nem a declaração de intenções que faz, relativamente a algumas alterações que pretende ver introduzidas no sistema educativo. Aliás, estava à espera disso mesmo. Que isso venha a corresponder a uma realidade, cá estaremos para ver e para avaliar, em devido tempo.

De qualquer forma, e do discurso ou, digamos, de algumas questões que a Sra. Secretária colocou como alterações que iria fazer, nomeadamente no reforço da autoridade das escolas, dos docentes, etc., falou na necessidade de alterar alguns diplomas e de reforçar nomeadamente a liderança das escolas. A pergunta é esta: isso significa acabar com o modelo de gestão democrática das escolas e introduzir outros modelos, nomeadamente com a figura do director? Esta é uma questão que eu gostaria de ver respondida.

A outra questão tem a ver com o seguinte: é fundamental, efectivamente, um envolvimento das famílias na educação dos seus filhos, dos seus educandos. É fundamental a família. Tem de se procurar aqui meios de envolvimento. Pergunto à Sra. Secretária como pensa conciliar isso, sem ser com a obrigatoriedade que a senhora, enfim, deixou transparecer, nomeadamente com penalizações às famílias. Como é que a senhora pretende conciliar isso com um código de trabalho que conforma, ou melhor, “desconforma” a vida familiar e que deixa os pais e

encarregados de educação sem tempo e sem horário para poderem estar com os seus filhos e envolver-se nas actividades escolares? Como é que a senhora pensa fazer essa conciliação?

Para já, ficava-me por aqui, agradecendo que me respondesse concretamente às duas questões que lhe coloquei.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar a nova Secretária Regional da Educação e Formação e dizer-lhe que, em Janeiro de 2009, tínhamos afirmado que o tempo dar-nos-ia razão.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Já se esperava isso.

O Orador: E parece que, ao que foi aqui dito, houve e está a haver uma mudança de paradigma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Uma mudança baseada naquilo que tinham dito.

Deputado Francisco César (PS): Já tinham proposto tudo isso.

O Orador: Sim, Sr. Secretário.

Portanto, folgo muito em vê-la, de facto, pôr a razão à frente de outras coisas que têm sido precisamente aquilo que os senhores têm defendido. E têm defendido o contrário.

Eu quase aplaudi a Sra. Secretária. Só não a aplaudi...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Devia tê-lo feito, ficava-lhe bem!

Deputado Francisco César (PS): Devia tê-lo feito.

O Orador: ...porque, enquanto deputada, a senhora defendeu e votou coisas contrárias àquilo que tem vindo a dizer. Mas folgo, folgam os açorianos e folgam os professores e os alunos. Acho que vamos no bom caminho. Pelo menos, é um bom início.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não se precipite.

O Orador: Sra. Secretária, uma pergunta: os pais têm sido confrontados muitas vezes com necessidades que se prendem com falta de dinheiro nas escolas, para fotocópias, para diverso material, para transportes, etc. Muitas vezes até são pedidos contributos financeiros aos pais, para aliviar ou para tornar possíveis determinadas actividades nas escolas. Bem, sabendo nós que os pais, todos os pais, já pagam os seus impostos, a pergunta que lhe faço é esta: pretende a Sra. Secretária rever essa situação, inteirar-se dessa situação, alterá-la, eventualmente?

Em primeiro lugar, era essa a questão que queria fazer-lhe.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, também eu não posso deixar de a cumprimentar, em nome do Bloco de Esquerda, pelas suas novas funções e desejar-lhe sucesso na implementação de políticas educativas, na nossa região, que sejam capazes de a retirar do atraso estrutural que ela ainda mantém nesta área.

Nesta primeira intervenção, gostaria de lhe pôr três questões. Minutos após a tomada de posse da Sra. Secretária, a senhora afirmou que não haveria mudanças de política neste departamento governamental. Talvez um pouco, pelo menos foi assim que eu interpretei, para baixar as expectativas, que eram, na altura, demasiado altas, aparentemente, e no sentido de trazer, enfim, as pessoas à terra, dizer-lhes que não haveria nenhuma alteração de política educativa. Disse a Sra. Secretária, a política não será alterada. De qualquer modo, na nossa opinião, a nosso aviso, ela foi.

A primeira coisa que, na realidade, foi feita foi alterar profundamente a política. Porque, no que diz respeito à abertura ou não abertura dos concursos interno e externo para pessoal docente, entre abri-los e não os abrir vai uma distância política imensa, e a Sra. Secretária decidiu abri-los. Entre cumprir a lei e não a cumprir – e quando falo aqui em lei, falo na lei regional, nomeadamente no

Decreto Legislativo 27/2003 –, entre cumprir a nossa lei e não a cumprir, vai uma diferença política imensa. Entre impor o Orçamento de Estado como lei final e fazer valer a nossa autonomia e o nosso Estatuto, vai de facto uma diferença política imensa.

Portanto, a pergunta que lhe faço, nesta matéria, Sra. Secretária, é: qual foi a avaliação que a senhora fez que a levou a alterar profundamente, em termos políticos, o posicionamento da Secretaria Regional da Educação, face à abertura dos concursos interno e externo para pessoal docente? Por que é que os abriu, quando a palavra de ordem era mantê-los fechados?

A segunda pergunta é relativa às afirmações reiteradas, quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional, de que se espera uma diminuição – de que se espera, não; de que tem havido, nos últimos anos, uma diminuição – considerável de alunos nas escolas. O que pergunto à Sra. Secretária é se está na disponibilidade de franquear a esta câmara o levantamento, eventualmente o estudo, feito pelo Governo Regional que mostre essa diminuição e a progressão dessa diminuição por anos, por ilha, por escola, por ciclos e por faixa etária.

Pergunto-lhe também, Sra. Secretária, se, no que diz respeito à implementação da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano a partir de 2012, o Governo fez, com certeza, já uma prospecção no sentido de perceber e até de se organizar para receber mais alunos nas escolas. A pergunta que lhe faço é: qual é a prospecção do aumento do número de alunos? Com mais alunos, mais professores. Portanto, a pergunta que lhe faço é: quantos mais professores este alargamento do ensino obrigatório irá trazer para dentro do nosso sistema educativo? E, finalmente – e não entenda isto como uma provocação, mas...

Deputado Francisco César (PS): Mas é.

A Oradora: ...–, indagar se as alterações e inovações que a Sra. Secretária acabou de anunciar na sua primeira intervenção, no que diz respeito à política educativa nos Açores, são meramente táticas ou se há, de facto, uma estratégia por trás delas e qual é essa estratégia.

Para finalizar, ouvi-a falar de responsabilização das famílias, ouvi-a falar de coimas, a propósito da disciplina, ou da falta dela, nas nossas escolas. Mas não a

ouvi falar de uma coisa que o Bloco de Esquerda considera essencial, que são equipas multidisciplinares a trabalhar, dentro das escolas, com ligação ao meio, às famílias, que integrem psicólogos e assistentes sociais. E talvez fosse melhor, quando falamos em indisciplina nas escolas, começarmos por aqui, antes de chegarmos às coimas, porque para nós as coimas são o *deadline*, são a última, digamos, metodologia a que recorrer. Há um outro caminho a fazer e talvez por, enfim, lapso – penso que não foi por desatenção da nossa parte –, a Sra. Secretária não referiu estas primeiras iniciativas, que se impõem, mas foi directamente às coimas.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Já existem.

A Oradora: Depois, também perguntar-lhe – e aí não posso deixar de fazer referência à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, porque não entendo o que é que a escola inclusiva tem a ver com a responsabilização das famílias, ou seja, eu não entendo a crítica que foi feita relativamente à escola inclusiva...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Também não percebi.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Mas eu explico-lhe.

A Oradora: Pronto, fico na expectativa dessa explicação. Ou, então, se a Sra. Secretária de facto concordou com ela, perguntar-lhe...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não concordei: não percebi.

A Oradora: Então, parece que fomos as duas que não compreendemos.

Ficaria por aqui nesta primeira intervenção.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Vera Bettencourt, tem a palavra.

***Deputada Vera Bettencourt** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O processo de criação do currículo regional iniciou-se em 2001, com a aprovação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2001, que abriu a possibilidade de a região dispor de um currículo que atendia às especificidades do arquipélago. O PS Açores alcançou a possibilidade de esta Assembleia Legislativa debater, analisar e votar

matéria de tão profundo conteúdo pedagógico. Muito trabalho foi feito para se chegar a este patamar. O Partido Socialista tem a consciência da complexidade destas questões e também tem a consciência da necessidade da concretização do trabalho já desenvolvido nas escolas, como também a necessidade da uniformização de algum trabalho que é feito.

Tendo como exemplo o projecto “Cidadania e sustentabilidade para o século XXI, caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores”, que é um projecto de investigação, acção, formação, apoiado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que visa potenciar e desenvolver novos olhares sobre a realidade local dos Açores e promover a intervenção local, através da formação de professores para a educação para o desenvolvimento sustentável e das potencialidades da fotografia neste domínio, neste sentido, gostaria de perguntar à Sra. Secretária, atendendo à complexidade e à transversalidade da implementação do currículo regional:

Quantas pessoas foram envolvidas neste processo? Se se vai tratar de uma implementação faseada. Se existirá sobreposição com as metas de aprendizagem nacionais da lei de bases do sistema educativo. Se esta implementação será feita com recurso a uma experiência piloto, ou será feita de uma forma generalizada. E quais os recursos disponibilizados para apoio à sua implementação, quer a nível de material, quer a nível de recursos humanos?

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, Sra. Secretária Regional da Educação, que a senhora respondeu – correspondeu, melhor dito – às minhas expectativas sobre esta área.

De facto, acabou por enunciar e descrever uma série de medidas que estavam à vista de todos há muitos anos. O que a Sra. Secretária veio aqui dizer foi aquilo que tem sido defendido por diversos partidos da oposição, nomeadamente o PPM...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...no sentido do reforço da autoridade do professor, do combate à burocracia e da responsabilização das famílias. São, todas, matérias em que temos realizado diversas propostas e intervenções. Considero que a sua intervenção demonstra que há uma profunda mudança ou, pelo menos, a intenção. Vamos ver se se concretiza, acredito que sim, uma mudança de rumo muito importante na educação regional.

De facto, nos últimos três ou quatro anos foi criado, por parte do Governo e com o apoio do Partido Socialista, um conjunto de mecanismos burocráticos que está a asfixiar o trabalho das escolas e dos professores, afectando o trabalho e a disponibilidade dos professores para trabalharem com os alunos. Os sistemas de sucesso, o que têm, as condições que criam, é exactamente criar uma grande disponibilidade para que o professor possa desempenhar o seu trabalho na sala de aula, para que o professor possa acompanhar de perto as dificuldades dos alunos, para que os possa motivar, para que possa, realmente, provocar uma melhoria na qualidade da aprendizagem. Isso era impossível com os mecanismos que tinham sido criados por parte do Partido Socialista e por parte do Governo Regional. Há uma inflexão nítida. Não vou aqui reivindicar uma vitória ideológica, ou estratégica, por o Partido Socialista, ao fim destes anos todos, estar a fazer aquilo que nós lhe pedimos para fazer ao longo de todos estes anos.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: Não vou aqui embandeirar em arco e dizer que os senhores demoraram tanto tempo a entender que estas políticas eram necessárias! Como é que foi possível prejudicar o trabalho das escolas, prejudicar o trabalho dos professores ao longo de anos, com políticas erradas, carregando de burocracia as escolas e os professores e carregando, de facto, os alunos com esse ónus de não terem o apoio que o sistema público lhes deveria dar? Portanto, nesse sentido, essa é a vossa responsabilidade.

Reconheço, de facto, o mérito de apresentar estas propostas, que são inovadoras. Só por isso esta interpelação já valeu a pena, porque, de facto, o Partido Socialista corresponde às expectativas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Da direita, às expectativas da direita!

O Orador: ...que a sociedade tinha e que eram bastante evidentes. Na nossa perspectiva é isso, porque eu não ficaria contente se a Sra. Secretária Regional da Educação viesse aqui anunciar que iria seguir as políticas da sua antecessora e, portanto, continuar a persistir nos erros! Isso é que seria errado.

Deputado Francisco César (PS): Isso é básico.

O Orador: O que nós pretendemos, o que tentamos conseguir, é que, de facto, o Governo e a maioria, perante a razão, perante a força da razão e dos argumentos, alterem as suas políticas e foi isso que foi feito.

Quero alertar o Partido Socialista para o seguinte: se a Sra. Secretária Regional tem este mérito, o Partido Socialista merece ser penalizado por parte da população açoriana pelo facto de nos ter feito perder tanto tempo, pelo facto de não ter compreendido que as políticas que estava a implementar significavam mais despesa, mais desperdício e mais ineficácia. Os senhores merecem ser devidamente penalizados pelo tempo que nos fizeram perder, o que não quer dizer que se não vá, agora, no bom sentido.

Em relação às questões que lhe coloquei, Sra. Secretária Regional, não me respondeu a duas delas, que volto a reiterar:

Na avaliação dos docentes, o que lhe propus e que já nos anteriores debates que tivemos sobre o Estatuto da Carreira Docente lhe tinha proposto era um modelo mais simplificado, menos burocrático. Pergunto-lhe novamente se está disponível para mexer neste modelo, no sentido de o tornar menos burocrático.

Segundo aspecto, que tem a ver com o período em que é aplicado: sempre defendi neste Plenário que deveria ser aplicado no final do escalão de cada docente.

Portanto, o que lhe quero perguntar é se está na disponibilidade de avançar também nesse sentido, de que a avaliação seja mais simplificada e que se faça no final do escalão. Essa é a pergunta concreta.

É evidente que para este ano lectivo o que defendemos é...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A suspensão?

O Orador: ...a manutenção e, portanto, que este processo se conclua. Que o processo se conclua, porque, evidentemente, é uma questão de credibilidade do sistema educativo e de credibilidade do trabalho das escolas. Agora, é evidente também que temos tempo, até ao final do ano, para começar a pensar num novo modelo, mais simplificado, e pensar em alterar, de facto, estas regras e, portanto, fazer a avaliação no final do escalão.

Também há outra coisa que é necessário fazer. Foi vendido, à população portuguesa e à população açoriana, este modelo de avaliação: que agora sim, temos um óptimo modelo de avaliação, que vai diferenciar aqueles que trabalham pouco dos que trabalham muito, aqueles que são mais competentes daqueles que são menos competentes, aqueles que se esforçam mais dos que se esforçam menos, aqueles que têm melhores resultados com os alunos dos que têm piores resultados com os alunos. Afinal, 99% tem bom, tem a mesma nota! Ou seja, não é uma avaliação diferenciadora, e é necessário.

É evidente que tem de existir avaliação, estamos todos de acordo com isso. Agora, também é evidente que uma avaliação significa que se tem de diferenciar os professores, no sentido de valorizar quem trabalhou mais, quem de facto demonstra maiores competências e quem merece, quem tem um mérito maior no desempenho das suas actividades. Nesse sentido, tem de se criar aqui um mecanismo diferenciador. Este modelo de avaliação já se viu que não é, quase 99% tem a mesma nota!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não serve.

O Orador: Portanto, é evidente e é racional, qualquer pessoa percebe, que um modelo assim, deste tipo, não pode funcionar.

Há outra coisa que é fundamental, também, num modelo de avaliação, seja ele qual for. Neste caso, estamos a falar do modelo de avaliação dos docentes, mas se analisarmos outros modelos de avaliação, de outras entidades, poderíamos chegar à

mesma conclusão. A avaliação tem de ser realizada por parte de alguém que tem mais competências, mais experiência e mais formação do que aquele que está a avaliar. Porque senão, evidentemente, o modelo não é credível! E é isto que sucede actualmente.

O que temos, neste momento, é um modelo em que, muitas vezes, os avaliadores têm menos competência e menos currículo do que aqueles que estão a avaliar.

Logo por si isto demonstra ou provoca que o modelo não tem credibilidade.

Portanto, é necessário afiná-lo. Não pretendo que os professores não sejam avaliados, têm de ser avaliados. Mas têm de o ser, de facto, com um modelo que funcione, um modelo credível, o que lhe volto a reiterar. A pergunta que lhe volto a fazer é que nos diga, em relação à avaliação docente, o que pensa fazer.

Quanto ao currículo regional, já foram feitas diversas perguntas em relação à calendarização e à implementação do modelo. Eu não concordo com este modelo, defendo a criação da história, da geografia e da cultura dos Açores, mas este é o modelo que acabou por ser adoptado por esta casa e portanto, agora, neste momento, o que é necessário é evitar que ele possa penalizar a aprendizagem dos conteúdos nacionais. Isto tem de ser muito bem estruturado, para que os alunos açorianos aprendam todos os conteúdos, que lhes sejam transmitidos todos os conteúdos nacionais e, por acréscimo, também os açorianos. Por acréscimo, mas nunca – nunca, é preciso impedir, é preciso criar mecanismos, para que os alunos não – venham a ser prejudicados.

Há outra coisa fundamental, que é a publicidade em relação ao currículo regional. É necessário que a população açoriana, já que se trata duma matéria de identidade açoriana, o conheça e que exista uma fase de discussão pública sobre este modelo. Para que não venha depois um governo dizer que “com esta visão de identidade e da história dos Açores, nós não estamos de acordo. Nós estamos de acordo com privilegiar mais esta área ou menos esta área”. É necessário encontrar um consenso em relação a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas são os pais da autonomia.

O Orador: Acho que é fundamental que se faça essa análise e essa discussão prévia em relação aos conteúdos do currículo regional.

Para já, fico-me por estas duas questões muito precisas.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção, queria apenas deixar duas notas.

Começo por cumprimentar a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação e desejar-lhe as maiores felicidades e um bom trabalho nesta nova tarefa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Secretária, tenha cuidado com os elogios!

A Oradora: Também não posso deixar de dar uma nota bastante agradada do discurso da Sra. Secretária relativamente ao que são as políticas anunciadas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu tinha cuidado com essas felicitações!

A Oradora: ...que estão em sintonia com o que foram as políticas para a educação plasmadas no programa do Governo do Partido Socialista.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Quem diria!

A Oradora: Para isso, bastará que ouçam e vejam os Diários das Sessões...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o Estatuto da Carreira Docente, e o Estatuto do Aluno...

A Oradora: ...no que à discussão do programa do Governo diz respeito. Portanto, é para elogiar.

Deputado João Costa (PSD): O que será que andaram a fazer durante dois anos?

A Oradora: Depois, uma segunda nota, apenas para dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que o PPM chegou, de facto, em 2008 ao Parlamento, mas o PS já cá anda há muito tempo...

Deputado João Costa (PSD): Há tempo de mais.

A Oradora: ...e, nas políticas do Governo, da educação, há catorze anos que anda a fazer muita coisa. O Sr. Deputado diz que, nos sistemas educativos de outros países...

Deputado João Costa (PSD): Os resultados estão à vista.

A Oradora: Sr. Deputado João Costa, até agora, todos os Srs. Deputados que intervieram – e se o senhor se quiser juntar ao debate será, decerto, bem-vindo – ...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: ...foram bastante elogiosos relativamente ao conteúdo e ao essencial do que às políticas de educação na região se trata. Mas, se o senhor se quiser juntar, esteja à vontade, será bem-vindo.

Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sra. Deputada, pela sua benevolência.

A Oradora: Continuando, queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, de facto, quando o senhor diz que os sistemas educativos regionais se fazem com consenso, é verdade, e o nosso também! O nosso também, Sr. Deputado. Se o senhor se desse ao trabalho de ver apenas nas últimas duas legislaturas, veria com gosto, como eu vi, que muitos dos diplomas estruturantes do nosso Sistema Educativo Regional foram aprovados, nesta casa, na sua grande maioria, por unanimidade, Sr. Deputado! Unanimidade! Se o senhor for à VIII Legislatura, vai ver...

Deputado Rui Ramos (PSD): E nesta Legislatura, como foi?

A Oradora: ...documentos importantes e estruturantes, como: o Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo, votado por unanimidade; o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, por unanimidade; vai ver o Regime Jurídico da Avaliação do Sistema Educativo Regional, por unanimidade; e vai ver o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, por unanimidade. Já nesta Legislatura temos outras situações, também por unanimidade ou por maioria, em que não fomos os únicos a votar a favor...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, não?

A Oradora: ...uma vez que é pluripartidário, muito mais nesta casa. Como o senhor pode ver, Sr. Deputado, não estávamos à espera do PPM para ter sucesso nas políticas da educação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ai, não?

A Oradora: Até porque, se formos ver o que o senhor até agora propôs, Sr. Deputado, de âmbito regional, diga-se em abono da verdade que foi só a história e a geografia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Pegando nas suas propostas todas, na área da educação, podemos ver que o senhor queria a criação do ensino secundário regular na Ilha *do Corvo*; recomendava ao Governo que criasse condições necessárias para garantir o ensino e formação de música *no Corvo*...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): A Sra. Deputada está a fazer muito bem de notária parlamentar.

A Oradora: ...e queria que fosse alterado, aí sim, o senhor propunha a disciplina de história e geografia. Aí sim, é a única proposta de âmbito regional que, apesar de muito redutora, era a sua proposta. O resto, Sr. Deputado, não é assim tão...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E a limitação dos mandatos dos conselhos executivos?

A Oradora: Isso era uma pequena alteração a um diploma perfeitamente estruturante. Só para lhe dizer que não estávamos à espera do PPM para fazer o muito que já foi feito pela educação nos Açores.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (*PS*): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tem a palavra.

***Deputado Jorge Costa Pereira** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, cumprimentando-a pelo exercício das suas funções, gostava de, neste debate, fazer um comentário e uma questão.

O comentário é que quem naturalmente ouviu a Sra. Secretária na sua intervenção inicial terá pensado, como aliás foi aqui notório nas intervenções de alguns dos que me precederam, que vem aí uma revolução na área da educação, que as medidas

anunciadas e as questões que foram aqui propostas à nossa consideração traziam uma profunda alteração à política educativa deste Governo nos Açores. Mas a verdade é que, no meu entendimento, parte significativa, senão a quase totalidade daquilo que aqui disse, já havia sido anunciada e já havia sido prometida por este Governo, do qual agora a senhora faz parte.

Lembro, por exemplo, que tudo o que tem a ver com a questão do reforço da autoridade dos docentes, com o Estatuto do Aluno, com a desburocratização da carga administrativa que cai sobre os docentes, já tinha sido proposto e defendido pela anterior titular e por este Governo, inclusivamente dizendo que estão a ser preparadas as medidas para que, no final de Abril e Maio – portanto, de 2010 –, possa haver a apresentação de propostas. Portanto, essencialmente, na minha opinião, não há aqui nada de especialmente novo. O que há é a continuação de uma política de um Governo que é muito mais, infinitamente mais, rápido com as palavras do que com a concretização dessas medidas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Era este o comentário que queria deixar sobre o conjunto das “novidades” que aqui eventualmente vão ser trazidas.

A questão que queria colocar à Sra. Secretária é a seguinte, um pouco no desenvolvimento de uma questão que já aqui foi colocada, que tem a ver com uma preocupação que já coloquei várias vezes, que nunca teve resposta cabal e aguardo que possa ser desta. Tem a ver com a breve e necessária implementação do alargamento da escolaridade obrigatória de nove para doze anos, nos Açores e no país, de uma forma geral. A questão que queria colocar, de uma forma concreta, é que, embora todos saibamos que essa implementação não será repentina, será gradual, nos Açores e no país, ela necessariamente precisa ser preparada. E é preciso que a região e todos nós possamos ter os instrumentos necessários para preparar essa implementação.

Isso também tem a ver com os estudos necessários sobre o impacto que essa medida tem no sistema educativo e, depois, verter a conclusão desses estudos para um documento, que já foi aqui proposto. Gostaria de saber qual era o ponto da situação da sua aprovação e da sua apresentação, que é a nova carta escolar onde

esta realidade será, naturalmente, traduzida e posta à disposição do sistema educativo dos Açores. Portanto, a questão concreta que coloco à Sra. Secretária é: os estudos que eventualmente terão sido feitos sobre o impacto no sistema educativo dos Açores da implementação dos doze anos de escolaridade obrigatória, se foram feitos, se estão feitos, se existem. E quando vai ser apresentada a nova carta escolar dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha questão é muito simples.

Todos nós sabemos que, hoje em dia, suportar os custos inerentes a um filho nas nossas escolas é elevadíssimo.

Deputado José San-Bento (PS): Quantos filhos é que o senhor tem?

O Orador: São as cantinas escolares, são os livros, é todo o material de apoio na área de que o aluno precisa nas escolas. É um custo elevado para as famílias açorianas. Neste momento, com a crise que atravessamos, é muito difícil aos pais que têm dois, três e quatro filhos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Graças a Deus.

O Orador: ...suportar estes custos, nas nossas escolas, na nossa região.

O Presidente do Governo Regional, em 2007, anunciou manuais escolares gratuitos para todos os alunos açorianos, da nossa região, na Graciosa. A prova disso, quem quiser, pode ir ao GaCS e ver, está lá.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, senhor, nós já sabemos isso tudo!

O Orador: No ano passado, o PSD, nesta casa, colocou a questão dos manuais escolares gratuitos. A Sra. Secretária da Educação de então, na altura a Dra. Lina Mendes, disse e anunciou que seria para o ano lectivo de 2010. Ora bem, já estamos em 2011. De 2007 a 2011 vão 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, já vão cinco anos passados, do anúncio do Presidente do Governo, dos manuais escolares gratuitos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma proposta do CDS, Sr. Deputado.

O Orador: A questão é precisamente nesse sentido: para quando os manuais escolares gratuitos, Sra. Secretária? Para quando a promessa que foi feita há cinco anos pelo Presidente do Governo Regional dos Açores sobre os manuais escolares gratuitos, reiterada novamente no ano passado pela Sra. Secretária? Neste sufoco financeiro por que estão a passar, quando é que as famílias que estão a atravessar esta crise financeira poderão ver uma lufada de ar fresco de apoio, nomeadamente na área escolar, aos seus filhos que estão nas escolas?

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, é um conjunto de questões. Vou tentar organizá-las pela ordem cronológica em que me foram colocadas e responder, espero eu, à maioria delas. Se tal não acontecer, pois peço que possa fazer uma segunda intervenção nesse sentido.

Começava por esclarecer o seguinte: não há, como é bom de ver, nenhuma inflexão profunda, nem nenhuma alteração àquilo que é a política do Governo. Aliás, só o desconhecimento do programa de Governo do Partido Socialista pode ditar esse tipo de afirmação. Todas as questões que elenquei, embora talvez do ponto de vista da sua aplicação tenham sido mais específicas, estão expressas no programa que foi sufragado pelos açorianos em 2008. Falo do Estatuto do Aluno, falo da autoridade do professor, falo da desburocratização, falo do currículo regional, estão lá todas. A questão é que apresentei medidas concretas e específicas, mais detalhadas, possivelmente, mas exactamente as mesmas que lá estão previstas.

Deputado João Costa (PSD): Quer dizer que perdemos dois anos e não fizeram nada!

A Oradora: Portanto, fica este primeiro esclarecimento, antes de avançarmos.

Agora, indo directamente às questões e, porque são muitas, tentando ser o mais sucinta e sintética possível:

Questões levantadas quanto à avaliação dos docentes. Pois, como sabem, a avaliação do desempenho do pessoal docente é, neste momento, o único sistema de avaliação que está em verdadeira implementação no país. A Madeira tem um sistema legislado mas não aplicado. O continente tem um sistema legislado e parcialmente aplicado. A Região Autónoma dos Açores tem um sistema que teve um ano transitório em aplicação, como sabem, com a elaboração apenas do relatório; e, de há uns dois anos a esta parte, tem uma aplicação efectiva nas nossas escolas.

O *feedback* que o Governo tem da aplicação deste modelo é que, efectivamente, ele já acolhe, da parte dos professores, compreensão e, neste momento, a recolha de evidências, que ao princípio levantou dificuldades, é uma prática corrente. Inclusivamente, os docentes das escolas que estão a ser avaliados entendem, na generalidade, que não faz nenhum sentido a suspensão de um modelo de avaliação que está em curso.

Do que estamos aqui, então, a falar, em termos de avaliação de desempenho? Como sabem, e até em virtude dos escalões e da progressão na carreira, da estrutura da carreira nacional, está em curso uma revisão da estrutura da carreira regional, a ser negociada com os sindicatos. O que foi dito por parte do Governo, e se mantém, é que há abertura para rever outros aspectos da carreira, que não apenas a estrutura dos escalões e da progressão na carreira. O que devo dizer da minha parte é que, obviamente, não faria sentido estar, enfim, a dizer quais são os princípios que estarão subjacentes a esta negociação, que está precisamente em curso.

Aquilo que o Governo entende que se deve fazer, em termos gerais, na avaliação de desempenho é o seguinte: há aspectos que se revelaram, digamos, menos positivos, ou mais burocráticos, ao nível das escolas. Todos esses aspectos, do nosso ponto de vista, devem ser resolvidos nessa revisão. Isto pode passar, quer por alteração, por exemplo, nos itens de verificação de observação de aulas; quer pelo peso que a observação de aulas tem neste momento, no todo da avaliação de desempenho; quer pela periodicidade da avaliação de desempenho; quer por outros mecanismos. Agora, o princípio geral é este, e é isto que vos posso dizer: da parte

do Governo, há abertura para, efectivamente, se desburocratizar naquilo que for possível, como eu disse na minha intervenção, o processo de avaliação do desempenho docente.

Segunda questão, o QUALIS e a questão do tempo. Também aqui, embora eu tenha dito que de acordo com os relatórios elaborados pelas diversas unidades orgânicas este tipo de avaliação interna tem pontos fortes, tem vantagens, há aspectos que podem ser simplificados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mil horas para fazer um relatório!

A Oradora: Até porque este tipo de avaliação decorre de uma avaliação que tem uma terminologia própria, que é inserida no âmbito do CAF e que, portanto, pode ser mais adaptada à realidade da escola. Entendo que assim pode ser e trabalharemos nesse sentido.

Quanto à questão do currículo regional, que também foi aqui levantada, o currículo regional é, efectivamente, um documento que está, neste momento, elaborado. Há um referencial de competências chave no âmbito do currículo regional, ele está pronto, os acertos finais que foram feitos, como compreendem, tiveram a ver com a necessidade de acertar um processo que é amplo, porque este referencial foi construído com a ajuda, com o mérito, de doze equipas, constituídas por setenta professores. Desses professores, envolveu dois professores universitários – a professora Luísa Alonso, da Universidade do Minho, e um professor da Universidade dos Açores – e envolveu também doze equipas com professores do ensino regular. Portanto, professores que estão na escola, têm redução de horário e trabalharam na elaboração desse referencial.

O que procurámos aqui fazer? Que houvesse, da parte de quem lá está, de quem trabalha com os alunos, a ligação àquilo que pode ser aplicado nas escolas. Neste momento, estamos em momento de quê? O referencial está pronto, no próximo mês de Março vai ser apresentado ao Conselho Regional da Educação e, a partir deste momento, vai ser enviado às escolas para que as escolas, nos seus órgãos próprios, façam a sua divulgação no sentido de, no próximo ano lectivo, podermos avançar em todas as escolas com esta iniciativa.

Neste momento, a equipa está em fase final de trabalhos e está na fase de produção de materiais. Produz materiais, que são incluídos numa bolsa que existirá ao nível de um *site* na internet. Esta bolsa pode ser permanentemente actualizada com esses materiais, permitindo que haja uma transversalidade – porque é isso que se pretende – do conhecimento e dos saberes. Nunca uma duplicação e muito menos um, digamos, distanciamento daquilo que está previsto, quer na lei de bases, quer no currículo nacional.

Aliás, por um lado, até do nosso ponto de vista faz sentido que agora estejamos neste patamar. Porquê? Porque a nível nacional, como sabem, houve uma reformulação das metas de aprendizagem por ciclo. Essas metas de aprendizagem não podem, nem devem – e tivemos esse cuidado na feitura do referencial – contender, sobrepor-se ou conflitar com aquilo que está disposto no referencial. Portanto, estando as metas muito recentemente aprovadas e divulgadas, fez sentido que o referencial agora também pudesse integrar e coadunar-se com o que existe a nível nacional, para que não haja sobreposições, que não podem de facto haver, no sentido de que os nossos alunos são depois avaliados por exames nacionais, como todos sabem.

Estatuto do Aluno: penso que foi o Deputado do PPM que levantou a questão da urgência da sua revisão. O Estatuto do Aluno está a ser revisto, como eu disse. E toda a revisão se pautou pelos princípios que eu referi: reforço da autoridade do professor e reforço dos deveres dos alunos. Está em fase final e, portanto, será a breve trecho apresentado também ao Conselho Regional, depois irá a Conselho de Governo e virá a esta casa, como sabem.

Quanto à questão dos professores, do reforço das disciplinas nucleares, penso que levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima, o Governo concorda absolutamente com isso. Aliás, nós aprovámos uma matriz curricular, muito recentemente, que atende precisamente a isso, ao reforço da matemática e ao reforço da língua portuguesa. Aliás, em consonância, também, com aquilo que tem sido a formação dos professores nessas duas áreas, nucleares, do nosso ponto de vista.

Questões levantadas pelo Sr. Deputado do PCP: responsabilização das famílias e a questão do Código de Trabalho. Parece-me haver aqui um certo exagero, não é, da parte do Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nada exagerado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos de acordo.

A Oradora: É evidente que a responsabilização das famílias é necessária e é fundamental no ponto em que estamos, porque sem ela nós não conseguimos atingir patamares que temos de atingir. É para isso que vamos trabalhar e é nesse sentido.

Quanto à alteração da liderança das escolas, está a ser equacionada, está a ser reavaliada, mas é evidente que a liderança das escolas é para nós um ponto fundamental. A liderança e a forma de organização. Nós temos escolas, até, devo dizer com absoluta clareza, em que as questões da liderança levam a que tenhamos, por exemplo, excesso de professores numa escola a trabalhar e noutras não tenhamos. Esse tipo de situações tem de ser coordenado por lideranças fortes, que consigam efectivamente ter um projecto educativo de escola forte, também ele. É a isso que nos comprometemos.

Deputado João Costa (PSD): Acho que tem é excesso de alunos.

A Oradora: A questão do dinheiro das escolas, levantada pelo Sr. Deputado Rui Ramos, para os transportes e material, pois com certeza não sei que situações estava aqui a elencar, mas é evidente, como sabe, que a escola dispõe quer do orçamento de escola, quer do seu fundo escolar e nós, do que temos conhecimento, é que tem os orçamentos necessários e suficientes. Essas situações que elenca, pois com certeza serão revistas e terão da minha parte toda a atenção.

Quanto à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, que levantou a questão da alteração dos concursos, como sabe, por decisão do Governo, foi decidido abrir o concurso de pessoal docente. Essa decisão baseou-se no que me parece evidente: existe uma lei em vigor, a 23, que aborda o regulamento do concurso de pessoal docente. Esta lei está em vigor.

Deputado João Costa (PSD): Grande evidência!

A Oradora: Nós considerámos que, estando em vigor, haveria expectativas criadas junto dos docentes e haveria, por essa via...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Era uma questão legal, portanto?

A Oradora: ...enfim, a necessidade de esse concurso ser aberto. Portanto, Sra. Deputada, foi isso que aconteceu. O Governo procedeu à abertura dos concursos, como entendeu que deveria ser feito.

Depois, a questão do número de alunos por escolas, ilhas, ciclos, faixa etária, se é possível disponibilizar os dados, com certeza. Não os tenho, mas posso disponibilizar. Há, de facto, uma diminuição sistemática do número de alunos na região, de um ano para o outro diminuíram cerca de 6,5%, o que é um número algo significativo.

Deputado João Costa (PSD): Nas ilhas mais pequenas, Sra. Secretária.

A Oradora: Obviamente, com mais consequências numas escolas do que noutras, mas há uma diminuição sistemática deste número de alunos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há salas que vão ficando vazias.

Deputado João Costa (PSD): É mais um indicador de sucesso dos resultados das políticas implementadas.

A Oradora: Quantos professores serão necessários ao alargamento, essa questão está a ser estudada e será, a breve trecho, também divulgada. O número de docentes que, eventual ou previsivelmente, será necessário no alargamento da escolaridade obrigatória.

Depois, a questão se é estratégica, se é tática, esta penso que é uma pergunta retórica, Sra. Deputada.

Na questão das equipas multidisciplinares e das coimas, como deve saber, Sra. Deputada, o Governo do Partido Socialista é também o grande responsável pela introdução das equipas multidisciplinares nas escolas. É que nós inserimos os alunos nas escolas – a chamada escola inclusiva – e, além disso, demos-lhes possibilidades de trabalho específicas. A esmagadora maioria das escolas da região dispõe actualmente de psicólogo; muitas delas dispõem de terapeuta da fala. Portanto, temos um corpo técnico, Sra. Deputada, muito alargado, muito mais alargado do que existia antigamente.

Mais, nós temos, neste momento, nas escolas, um número de docentes a que recorreremos, de educação especial, muito significativo. Inclusivamente, nesta abertura de concurso, também ocupam um número significativo. É isso que nós consideramos poder providenciar e fornecer aos alunos as melhores circunstâncias. Agora, para além disso, é preciso tomar outras medidas, não é? E o que nós constatámos é que muitas vezes, embora as equipas multidisciplinares sejam muito importantes e nós as valorizemos, há outras medidas que precisam ser tomadas.

A simples promoção da participação no sucesso dos alunos não tem sido, como eu disse, suficiente. Os pais que se interessam são sempre os mesmos, muitas vezes são aqueles que menos precisam de se interessar, porque os alunos já têm desempenhos escolares e curriculares bons e excelentes. Nós precisamos dos pais *todos!* E precisamos mais de alguns, que são aqueles que não aparecem nem para levantar as notas. Portanto, Sra. Deputada, é nesse sentido que vamos trabalhar.

A Sra. Deputada Vera Bettencourt colocou as questões do currículo. Pois, como lhe disse, são doze equipas, setenta pessoas envolvidas, não haverá sobreposição, o documento está pronto, é um documento vasto e complexo, que aborda oito competências chave e essas oito competências chave percorrem todas as áreas do conhecimento, de forma transversal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais carga horária.

A Oradora: Gostava também, finalmente, ainda no âmbito da avaliação de desempenho, de dizer o seguinte: a abertura do Governo existe, está a ser negociada com os sindicatos. Se será no final do escalão ou não será, essa é uma questão que será avaliada depois, como já tive oportunidade de dizer.

Deputado João Costa (PSD): Tem abertura para manter tudo na mesma.

A Oradora: Depois, a questão de esta avaliação não ser diferenciadora. Como disse, há intenção do Governo, também, de, ao nível dos itens de classificação, proceder a alterações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E isso será feito, mas sobretudo atendendo a algo que me parece importante aqui constatar, que é o seguinte: há, por exemplo, nos descritivos da prestação de aulas, três descritivos que depois correspondem a cinco menções.

Penso que isto também faria sentido que fosse conciliado e articulado e, neste sentido, nós pretendemos intervir.

Finalmente, as questões levantadas quanto ao argumento dos doze anos, pelo Deputado Costa Pereira. O Governo considera que, efectivamente, tem de haver uma previsão daquilo que implica este alargamento. Ela está a ser estudada. Neste momento, está a ser estudada quer ao nível da evolução possível do número de alunos, quer também ao nível da necessidade de recrutamento de docentes para fazer face a essa situação. É isso, precisamente, que temos neste momento em estudo. Devo dizer também que, do ponto de vista geral, há uma diminuição efectiva do número de alunos, que será parcialmente – apenas parcialmente, e isto ainda é sem o estudo na minha posse, mas apenas parcialmente – contrariada pelo alargamento da escolaridade obrigatória até aos doze anos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de vinte minutos. Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas e 05 minutos.

Temos um momento e, se quiserem, podemos informar os tempos. O Sr. Secretário vai informar.

Secretário: O PPM dispõe ainda de 12 minutos e 30 segundos; o Governo dispõe de 1 minuto; o PS, de 24 minutos; o PSD, de 12 minutos; o CDS, de 7 minutos e 20 segundos; o BE, de 7 minutos; e o PCP, de 7 minutos.

Presidente: Muito bem, podemos ir para intervalo mais descansados, com excepção do Governo, em termos de tempo, claro. Até já.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeceia que retomassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 11 minutos)

Há ainda inscritos, a quem vou dar a palavra.

O Sr. Deputado Artur Lima é quem se segue, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Ouvi a Sra. Secretária, enfim, relativamente à matemática e ao português e ao reforço da carga horária, mas não a ouvi pronunciar-se sobre as cadeiras, ou sobre as disciplinas, melhor dizendo, que eu considero perfeitamente inúteis, que são DPS e cidadania. Daquilo que conheço, ainda não vi a utilidade dessas cadeiras, ou dessas disciplinas, conforme se diz.

Agora, o currículo regional, Sra. Secretária, vai pelo mesmo caminho que foi o sistema de avaliação de desempenho. A pergunta que tenho para lhe fazer relativamente ao sistema de avaliação de desempenho é: se ele vai ser revisto, se há disponibilidade do Governo para o rever, se foram detectadas incongruências, por que não é suspenso? E com o argumento de que não vai haver promoções, como sabemos, devido às políticas do Governo da República. Portanto, por que não se suspende o modelo de avaliação, até se ter um modelo de avaliação consensualizado e aplicado, justo e equitativo?

Relativamente às equipas multidisciplinares, reconheço ao Partido Socialista e ao Governo que introduziram as equipas multidisciplinares nas escolas, é uma verdade. Nomeadamente, numa vertente até muito importante, que não foi aqui referida e que eu gostaria de referir, que são os nutricionistas, que têm tido nas escolas e nas cantinas escolares uma alimentação com qualidade e equilibrada. Foi um grande passo, um grande avanço, que funciona, está a funcionar e a dar resultados. Esse elogio, com certeza merecido, fica aqui,

Agora, relativamente aos psicólogos, assistentes sociais, às equipas multidisciplinares, digamos, da área social e de apoio às famílias, funcionam muito deficientemente. Ainda são os professores, nomeadamente os directores de turma, a tomarem a parte de leão desse trabalho dos outros, que infelizmente lhes tira tempo para várias coisas. Para ensinar e para prepararem as suas aulas, porque infelizmente continuam a não ter tempo para o fazer nas escolas, tempo e condições.

De resto, Sra. Secretária, como sei que também não tem muito tempo, acho interessante a concorrência entre escolas públicas. Acho interessante que se

repense o modelo de gestão da escola pública. Acho interessante e até, se calhar, é uma poupança significativa de dinheiro que se evolua para um outro modelo de gestão, centralizado numa figura que dirija a escola, que seja responsável, que nós sabemos quem é, a quem podemos pedir responsabilidades a qualquer momento, que até podemos responsabilizar e, se for caso disso, demitir quando for necessário, pelas eventuais má gestão ou asneiras que possa fazer. Coisa que é impossível fazer com os actuais conselhos executivos. Com certeza que têm feito o seu trabalho.

Agora, Sra. Deputada Zuraida Soares, presumo que a senhora percebeu o que eu disse, porque a senhora falou sobre o que eu disse da escola inclusiva e da questão da penalização das famílias. A Sra. Secretária falou nas coimas, na autoridade dos professores, na disciplina sobre o aluno, em castigar os alunos. Concordamos perfeitamente com isto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é a escola inclusiva?

O Orador: O que a Sra. Secretária disse era em antítese à escola inclusiva. Quando a Sra. Secretária avança que vai reforçar a autoridade dos professores, lembro-me do gozo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é mais grave do que eu pensava!

O Orador: ...que aquela bancada fez, o gozo, quando o Deputado Paulo Estêvão aqui defendeu o reforço. Até perguntaram se ele queria pôr um polícia dentro da sala de aulas! Os senhores fizeram essa pergunta. Agora, vêm defender...

Deputado Francisco César (PS): O que tem a ver uma coisa com a outra?

O Orador: ...o reforço da autoridade dos professores! Foi isso que os senhores disseram e agora vêm defender o reforço da autoridade dos professores! Agora vêm defender mais disciplina na sala de aula mas, antes, era a tal escola inclusiva, em que ninguém era responsabilizado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Em que, sob a capa da escola inclusiva, os senhores iam metendo a marginalidade, digamos assim, na sala de aulas. Foi isso que os senhores fizeram e é isso que eu digo, Sra. Deputada Zuraida Soares: é preciso haver disciplina na sala de aulas, é preciso haver autoridade dos professores e é preciso que sejam todos

responsabilizados. Inclusivamente as famílias, todas as famílias! Porque há umas, Sra. Deputada, que só têm direitos, para receber o subsídio e por isso é que lá vão, depois estão-se borrifando para a educação dos seus filhos.

Agora, têm de ser todas penalizadas, não podem ser só algumas. Não podem ser só as famílias que trabalham, nem os pais que trabalham! Têm de ser *todos* penalizados, *todos*! E é muito mau – se quer falar de escola inclusiva, fale de sociedade inclusiva – haver quem receba dinheiro para não fazer nada e quem receba dinheiro...

Deputada Zuraida Soares (BE): Lá vamos nós outra vez.

O Orador: ...só para ter filhos na escola. Só os põem na escola para receber o dinheiro, isso é que é muito mau, Sra. Deputada Zuraida Soares! Isso não é inclusivo, antes pelo contrário! E é isso, exactamente, o que eu quero dizer com a escola inclusiva, naturalmente em total discordância...

Deputada Zuraida Soares (BE): Naturalmente.

O Orador: ...com as posições do Bloco de Esquerda, com que nós não concordamos.

Agora, digo e repito, Sra. Secretária Regional, a aplicar-se as medidas que V. Exa. disse, só posso, enfim, salientar a sua coragem e determinação para as implementar e dizer-lhe: bem-vinda ao clube.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, eu tinha de si e continuo a ter, porque acho que foi um lapso, uma imagem de seriedade. É bastante importante que os deputados, nesta casa – nesta casa e em todas as casas – digam a verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em todas as casas!

O Orador: A Sra. Deputada, quando há pouco disse que o trabalho do PPM e a apresentação de propostas de âmbito regional se resumia ao Projecto de Resolução sobre a Criação da História e Geografia dos Açores, não disse a verdade. Espero que se retrate e que a diga, porque está no Diário das Sessões! Espero que se

retrate, porque senão, em futuros debates, vou fazer-lhe a mesma coisa, a ver se gosta! Acho que esta é uma questão de dignidade. Nesse sentido, vou perguntar-lhe, Sra. Deputada Catarina Furtado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais foram os contributos que a senhora deu? Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: ...na Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a Alteração ao Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas, limitação dos mandatos: quem apresentou? Foi a senhora, ou fui eu?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Então, por que é que a senhora não o referiu, e disse apenas uma única? Não referiu quem apresentou a Proposta de Decreto Legislativo Regional em relação à suspensão do Processo de Avaliação de Desempenho. Quem apresentou, foi a senhora, ou fui eu? Então, quer dizer, não é admissível! Afirmações deste tipo, como a Sra. Deputada fez...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o Sr. Deputado não está a pedir a suspensão!

O Orador: ...não é admissível que as faça!

Também lhe vou perguntar mais! Oiça, Sra. Deputada!

Evidentemente que fiquei incomodado com esta situação e tinha de lhe dizer isto. Mas também lhe dou o benefício da dúvida de se ter esquecido e de não ter feito uma boa pesquisa, porque é a única forma que tenho, de facto, de colocar esta questão. Porque, do ponto de vista parlamentar, isto não é aceitável!

Também lhe pergunto, por exemplo, em relação ao conjunto de propostas que apresentámos quanto à alteração do Estatuto da Carreira Docente, que são estas todas que aqui estão, se a Sra. Deputada não se lembra de as ter votado. Ou, por exemplo, de ter votado contra a primeira que aqui está.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Ela não estava nesse momento.

O Orador: “A avaliação dos docentes integrados na carreira realiza-se no último ano do respectivo escalão”. É o que a senhora votou contra e é o que agora, muito provavelmente, a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação vai fazer, embora se tenha votado contra. Em relação a estas matérias todas, a estas propostas, em relação à alteração do estatuto, a Sra. Deputada também não disse

nada! Quem as apresentou, foi a Sra. Deputada, ou fui eu? Para não falar nas quarenta propostas que apresentei em relação à alteração ao orçamento...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ...que são no âmbito educativo.

Portanto, é evidente que minorizar os adversários faltando à verdade não é ético. Fica-lhe mal e não é aceitável. Espero que seja a última vez que ocorre tal incidente.

Depois, em relação à questão do reforço da liderança das escolas, esse reforço é importante. O Sr. Deputado do PCP colocou a questão, se isto significa, de facto, uma alteração do modelo de gestão das escolas. É uma alteração fundamental, estruturante, e considero que, se surgir, se existir esta alteração em relação a este regime jurídico, é importante novamente – e insisto, outra vez – a limitação de mandatos. Para que as escolas, ou as lideranças, assim reforçadas, não venham a ter um poder total naquela comunidade educativa...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Absoluto!

O Orador: ...e sejam inamovíveis. Porque é importante manter um princípio fundamental, que é o princípio da *democracia* nas escolas. Portanto, lideranças fortes, com certeza, mas é importante que continuem a existir condições, do ponto de vista democrático, para que sejam removíveis da liderança das escolas. Senão, ficam lá eternamente e isso também não é algo aceitável.

Depois, no âmbito da escola inclusiva, queria dizer-lhe, Sra. Secretária, que é preciso também avançar com algumas alterações. Nomeadamente, no que diz respeito, realmente, à dotação das escolas com um conjunto mais alargado de profissionais nesta área. Qualquer encarregado de educação que tenha os seus filhos nas escolas açorianas, filhos com limitações – a todos os níveis, nomeadamente a nível cognitivo –, sabe que, de facto, os meios que são colocados à disposição da escola não são, neste momento, minimamente aceitáveis e não dão uma resposta cabal ao sistema. O modelo de escola inclusiva é um modelo civilizacional bastante avançado, mas necessita que a região faça um esforço no sentido de dotar as escolas com a capacidade técnica e com docentes devidamente

habilitados para, depois, superarem essas dificuldades, para que o sistema funcione de forma eficaz.

Depois, volto a colocar-lhe a mesma questão a que ainda não me respondeu – pela terceira vez –, o currículo regional. O programa do Governo Regional tinha realmente esta medida, “Identificar os conteúdos identitários açorianos que podem integrar os currículos escolares do sistema regional de educação”. Acho que é fundamental que não seja apenas o Governo, ou instituições, ou grupos de estudo organizados pelo Governo, a definir quais são estes conteúdos identitários açorianos. É necessário abrir, alargar o debate, para que ele seja consensual. Portanto, torno a reiterar-lhe a perspectiva do PPM de que é necessário que estes conteúdos sejam divulgados o mais rapidamente possível e que sejam discutidos de forma pública, não será com certeza muito difícil, para que seja possível consensualizar também posições neste âmbito.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, qualquer coisa vai ser diferente em termos da educação. Mas eu estou a ficar muito preocupado, porque o debate sobre a educação, que costuma ser um debate apaixonado, hoje está a ser um debate morno. Está a ser um debate morno e eu só posso concluir isto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por parte dos senhores, pela parte da esquerda.

Deputado João Costa (PSD): O senhor ainda não aqueceu!

O Orador: Não é por parte da esquerda, é por parte do Partido Socialista. Pelos vistos, aquilo que hoje aqui veio dizer, pela voz da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, deixa-vos inteiramente satisfeitos. Deixa-vos, à direita, inteiramente satisfeitos!

Deputado João Costa (PSD): Então isso é uma questão ideológica.

O Orador: E isso preocupa-me, Sra. Secretária! Preocupa-me muito!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O Sr. Deputado tem ciúmes! Os ciúmes ficam-lhe muito mal!

O Orador: Eu fiquei com algumas dúvidas relativamente a algumas questões. Fiquei satisfeito pela vontade de alterar, pelo reconhecimento de que havia necessidade de fazer algumas alterações. Fiquei, entretanto, preocupado com algumas coisas que a Sra. Secretária foi anunciando. Mas estou a ficar preocupadíssimo com esta colagem do Partido Socialista à direita! De facto, o Deputado Paulo Estêvão, que costuma, digamos, travar o debate de uma forma perfeitamente apaixonada e, às vezes – perdoe-me, Sr. Deputado – completamente irracional...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...hoje ficou completamente siderado, enfim, com a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação! Isso preocupa-me, Sra. Secretária!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Tem ciúmes!

O Orador: Preocupa-me muito! Aliás, o Deputado Artur Lima também foi dando o aval àquilo que a Sra. Secretária Regional foi anunciando e isso não pode deixar de me preocupar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é a lógica do PCP, é a ideologia do PCP.

O Orador: Eu estou só a fazer uma apreciação.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas tem de ser aos berros.

O Orador: Vou fazer-lhe uma pergunta, mas não lhe vou fazer muito mais perguntas, porque sei que a Sra. Secretária não tem tempo. Portanto, não vou fazer perguntas. Apenas gostaria que dissesse claramente a questão do reforço da liderança das escolas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Vai ou não vai fazer uma pergunta?

O Orador: Olhe como a direita está a ficar incomodada! Sra. Secretária, está a ver? Olhe como a direita está a ficar incomodada!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não! O senhor disse que não ia fazer uma pergunta, mas está fazendo!

O Orador: Isso não pode deixar de me preocupar.

Eu concordo com o reforço da liderança das escolas. Concordo que alguma coisa tem de ser feita para reforçar a autoridade dos professores e a autoridade da escola.

Mas isto não implica que as soluções que temos sejam as mesmas soluções que a direita tem e que, pelos vistos, são as soluções que V. Exa. vem propor.

Deputado Rui Ramos (PSD): Vai fazer uma pergunta ou não?

O Orador: A pergunta há pouco não ficou clara, ou melhor, a resposta não ficou clara: se há alguma coisa que diferencia substancialmente o sistema educativo regional e que, de facto, é talvez das únicas coisas que subsistem relativamente ao modelo do sistema educativo no continente é a gestão democrática. Isso tem sido sempre louvado por nós e pelos professores. Eu gostaria que a Sra. Secretária dissesse claramente se as alterações que pretende introduzir, ao nível da gestão das escolas, no sentido de reforçar a liderança das escolas, implica uma alteração ao modelo de gestão democrática. Porque a Sra. Secretária, há pouco, não foi suficientemente clara quando me respondeu. E é apenas esta a pergunta que lhe faço, porque sei que não tem muito tempo.

Reafirmo, de facto, que estou muito preocupado, porque hoje há aqui alguma unanimidade entre a bancada da maioria e as três bancadas da direita e isso não pode deixar de me preocupar profundamente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas então quais são as suas propostas?

O Orador: Até porque tenho V. Exa. em grande consideração e, mais, como uma mulher de esquerda. Hoje, a senhora está aqui a dar sinais de mudança, mas essa mudança eu não queria que a senhora a tivesse.

Muito obrigado.

Presidente: Eu lembrava às Sras. e aos Srs. Deputados que a Sra. Secretária Regional, aliás, o Governo, só tem um minuto e meio. Mas sei que querem continuar o debate e sei que alguns Srs. Deputados ficaram preocupados com as declarações do Sr. Deputado Aníbal Silva acerca da autoridade dos professores.

(Risos da Câmara)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Presidente! Aníbal Silva? Até o senhor!

Presidente: Vamos prosseguir o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma pequena citação, para fazer uma pergunta.

“Rui Bettencourt, responsável pela gestão do Fundo Social Europeu nos Açores, destacou que este programa está sobretudo a ser usado para qualificar trabalhadores e desempregados da região, que ocupa o 271.º lugar, em termos de qualificação dos seus habitantes, entre as 272 regiões analisadas no quinto relatório da CE.

Considerando esta «situação muito inquietante» [são palavras do Sr. Director Regional], os representantes açorianos salientaram que foi criado um grupo de trabalho «que está a fazer um levantamento» desta situação, que justificaram com o facto de os Açores serem uma região essencialmente agrícola, de forma que os jovens «são roubados à escola, às vezes até sem vontade própria», para ajudarem a família na agricultura ou na pequena indústria”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os senhores não concordam com isso!

O Orador: A pergunta tem a ver com isto: para além da parte factual em considerarem-nos, nessa matéria de qualificação, como se fossemos a Nova Papua, ou o Quirguistão, a penúltima região entre as 272 avaliadas, concorda o Governo com esta visão, onde os jovens são roubados à escola, para ajudarem as famílias na agricultura e na pequena indústria?

Se concorda, prestam e prestaram, nesse caso, um mau serviço em prol da região.

Se não concordam e se essa não é de todo a visão do Governo, o que poderá a Sra. Secretária fazer para evitar e devolver esses jovens que foram roubados? Portanto, se foram roubados é porque deviam estar na escola. O que poderá a Sra. Secretária fazer?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito aqui já foi falado e tem sido falado nos últimos dias sobre o modelo de avaliação do pessoal docente.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Catarina Furtado, faça o favor de continuar.

A Oradora: A verdade é que nenhum dos partidos da oposição adianta ou avança um modelo diferente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é verdade.

A Oradora: São unânimes em concordar com...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sra. Deputada, anda distraída!

A Oradora: Não, não ando. É verdade que o PP não participou nos debates a que eu fui. Mas a verdade é que, ainda ontem...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O PP não participou?

A Oradora: Sr. Deputado Artur Lima, o senhor tenha calma. Mesmo com a paixão toda que temos aqui dentro pela educação, se me deixarem falar talvez consigamos.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Explique porque é que o PP não teve assento.

A Oradora: Sr. Deputado, no estado da região, onde eu estive presente, e ontem no Parlamento, onde eu estive presente, o PP não teve assento. Nos dois. Foi isso que eu quis clarificar.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah! Não foi aqui!

A Oradora: Não senhor, Sr. Deputado. Já lá vamos, o senhor está cheio de pressa para dizer que eu não tenho tido iniciativa. Vamos com calma, Sr. Deputado!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Ainda ontem foi perguntado claramente ao Sr. Deputado Rui Ramos qual era o modelo de avaliação do PSD para os docentes e não foi avançado nenhum. E os princípios básicos elencados pelo Sr. Deputado Rui Ramos, que está

participando neste debate – e também ontem falámos sobre educação, e com o Sr. Deputado Aníbal Pires – são os princípios que regem este modelo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Portanto, não há, não tem havido, aqui, alternativas ao modelo em si. Há críticas ao modelo, há propostas de suspensão ao modelo...

Deputado Rui Ramos (PSD): De aperfeiçoamento, Sra. Deputada!

A Oradora: ...mas não há alternativas, pelo menos nos últimos tempos. Esta era uma questão.

Outra questão, Sr. Deputado Artur Lima: a inclusão, uma escola inclusiva. Deixe-me que lhe diga que a sua perspectiva é, no mínimo, redutora. Achar que uma escola inclusiva é aquela que traz os filhos dos pais que são pagos para lá não andar – que é como quem diz, o senhor acha que são os filhos dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção – é muito redutor da sua parte! Porque uma escola inclusiva é trazer para a escola *todas* as crianças e jovens que estão em idade escolar!

Deputado Rui Ramos (PSD): Menos os que foram roubados.

A Oradora: E isso é o que o PS tem feito ao longo do tempo, com a criação de todas as condições para que possam ser trazidos os alunos todos com necessidades educativas especiais.

Deputado João Costa (PSD): E depois dizem assim: os meninos pobres escrevem no caderno; os meninos ricos escrevem no manual!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aí é que está.

A Oradora: A criação da diversificação curricular veio dar resposta a toda a diferenciação e a todas as diferentes competências com que os alunos chegavam à escola. Quando se diz, ou quando aqui o Sr. Deputado Rui Ramos volta outra vez aos jovens roubados, não, Sr. Deputado!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não fui eu, foi o Sr. Director Regional do Emprego!

A Oradora: Não, não são roubados na idade de escolaridade obrigatória! Pelo contrário, e eu já ontem tive oportunidade, mas hoje aqui nesta câmara reafirmo: foi política do PS trazer para a escola, incluir na escola, no sistema educativo

regional *público*, todas as crianças e jovens que estavam em idade escolar! Não ficavam em casa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Esqueceram-se de avisar o Rui Bettencourt.

A Oradora: Isso não é feito, como o senhor ontem afirmou, com a escolaridade obrigatória, Sr. Deputado! Isso é feito pela grande redução do absentismo escolar e do abandono precoce, que era uma grande realidade no tempo em que o PSD governava nesta região. E, com a diversificação...

Deputado João Costa (PSD): Esses jovens já acabaram o curso.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não serviu de nada separar o Sr. Deputado Rui Ramos e o Sr. Deputado João Bruto da Costa!

Deputado Mark Marques (PSD): Nós tentámos!

(Risos da Câmara)

Presidente: Vamos continuar. Sra. Deputada Catarina Furtado, faça o favor.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Daí, Sr. Deputado Artur Lima, é preciso distinguir o que é a escola inclusiva do que é a disciplina na sala de aula e a autoridade dos professores. Nada tem a ver uma coisa com a outra. O senhor não pode misturar conceitos, o que é uma escola inclusiva com as outras duas coisas e, a seguir, dizer que agora é que se acordou!

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, não me vou retratar, Sr. Deputado. Não me vou retratar, porque eu não menti. E, como não menti, não me vou retratar por isso, mas vou ao encontro do que o Sr. Deputado disse. De facto, o Sr. Deputado, além do que eu referi há pouco, tem duas propostas que eu não mencionei.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora disse que era só uma!

A Oradora: Não, mas eu não as mencionei, porque achava melhor não o embaraçar!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Mas, agora, vou mencioná-las!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos num debate, Sra. Deputada, Que brincadeira é essa?

A Oradora: Então, é assim: o Sr. Deputado, na sua proposta à limitação de mandatos, fez uma alteração que não é estruturante para o sistema educativo regional, num diploma que tem mais de cento e quarenta artigos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Daí que eu não vi o alcance, sobretudo para aquilo que o senhor, na sua primeira intervenção, disse, que eram três pilares do sistema educativo regional: os alunos, os alunos e os alunos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: E, na limitação de mandatos ao conselho executivo, eu não vejo alunos, não vejo alunos, não vejo alunos. Vejo uma alteração a alguma coisa, que não vai ter qualquer consequência naquilo que são o bem-estar e a melhoria das condições pedagógicas, infra-estruturais, todas de aprendizagem para os alunos, os alunos, os alunos. Não vejo. Começando por aí, daí que eu nem referi essa da limitação dos mandatos.

Mas podemos ir à outra, Sr. Deputado, podemos ir à sua proposta de suspender o processo de avaliação do pessoal docente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora já não quer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal mudou de ideias.

A Oradora: É que eu não falei nesse, Sr. Deputado, porque quando eu intervimos, o Sr. Deputado tinha acabado de dizer que não queria suspender o modelo de avaliação. Portanto, como o Sr. Deputado – como bem se pode ver, nisto – tinha acabado de dizer na sua intervenção, aqui, hoje, agora, que não queria suspender, que não concordava com a suspensão do modelo de avaliação, eu saltei...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Este ano!

A Oradora: ...este pormenor da minha lista, exactamente para não o deixar embaraçado e lembrar que o senhor, de facto, tinha-o proposto em 2009, que era a suspensão do modelo de avaliação. Sr. Deputado, como o senhor pode ver, eu não estava a faltar à verdade, estava a evitar este embaraço para si!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Afinal havia outra... alteração!

A Oradora: Eu estava a ser solidária e a evitar este embaraço ao Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu já vou tentar embaraçá-la.

A Oradora: Mas fica reposta a verdade e, de facto, as suas alterações, as suas propostas, a sua propositura, foram essas.

Mais lhe digo: para o PS, isto não é um concurso de propositura.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quando o senhor se dirige a mim e diz: “Fui eu, ou a Sra. Deputada?” Sr. Deputado, eu, apesar de ter mais vinte e nove deputados na minha bancada, não estou a concorrer, nem com eles, nem com o senhor!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E o Estatuto da Carreira Docente?

A Oradora: Estou a tentar trabalhar e a servir o melhor que posso o povo açoriano, que foi quem me elegeu.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, isto não é um concurso. Quando o senhor vem desfilar aqui proposituras, comigo, não! O senhor deve fazê-lo, de facto, porque o senhor está sozinho, mas aqui são trinta!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Tem a mesma legitimidade que aqueles trinta.

A Oradora: Se o senhor quiser desfilar proposituras, desfila com a bancada do PS e não com a Deputada Catarina Furtado, está bem? Mais essa questão, para ficarmos claros relativamente a essa matéria.

Deputado Mark Marques (*PSD*): E ele a desfilar consigo está a perder! Tem razão!

A Oradora: Depois, Sr. Deputado Aníbal Pires, não podemos confundir paixão no discurso com a posição – e permita-me a brincadeira – terrorista. Não, Sr. Deputado! A posição de terrorismo, aqui dentro, no debate, não pode ser confundida com paixão!

Só mais um esclarecimento, Sr. Deputado: é preciso deixar claro que não é o PS que se está chegando à oposição de direita! É a oposição de direita que está vindo

ao encontro do que são as políticas do PS, Sr. Deputado! Isto é preciso ficar muito claro!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

A Oradora: Não foi o PS que resolveu dirigir-se, ir ao encontro e abraçar tudo o que é oposição de direita! Não, Sr. Deputado! Se há esta consonância, é uma caminhada que a direita está fazendo para as políticas e para reconhecer os benefícios das políticas do PS.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária Regional, apelando à sua bem conhecida capacidade de síntese, tem um minuto e meio. Afinal, foram aqui corrigidas e precisadas as contas. Faça o favor, tem a palavra.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Muito obrigada.

Tentarei, neste minuto e meio, abordar as questões que foram levantadas, que são várias e muito diferentes.

Começando pelas questões levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, do CDS/PP, quanto às disciplinas inúteis e à questão de se ter de valorizar o português e a matemática, efectivamente nós consideramos que a recente revisão feita da matriz curricular compreende precisamente esse princípio, o de valorizar o que deve ser valorizado, nomeadamente o caso do português e da matemática, e contempla ainda a importância de disciplinas que são transversais.

Falou, nomeadamente, na questão da cidadania e no DPS. O Governo não considera que sejam inúteis. Aliás, de acordo com aqueles que são os princípios orientadores europeus, até, elas são disciplinas essenciais! Aquilo que antes era a Estratégia de Lisboa, agora a Estratégia 2020 para o Desenvolvimento Sustentável, defende um dos princípios que é precisamente a questão da cidadania e da oportunidade de ter lugar no âmbito do desenvolvimento sustentável. Portanto, nós

não consideramos que andamos nas escolas a perder tempo, e foi isso que o senhor tentou fazer passar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O problema é o conteúdo.

A Oradora: Depois, abordou o currículo regional, a avaliação de desempenho, e a necessidade de ser revisto. Já aqui disse em que ponto está, qual é o ponto de situação do currículo regional. A necessidade e por que não era suspenso foi a questão que foi colocada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente.

A Oradora: Do nosso ponto de vista, seria extremamente injusto suspender, no meio deste ano lectivo, o modelo de avaliação, por várias razões. A primeira de todas, porque este é um modelo que se tem revelado sustentável e sustentado, com frutos nas escolas. Há três comissões de acompanhamento – aliás, onde os sindicatos participam, onde participam também membros da direcção regional –, que têm feito relatórios apurados da implementação deste modelo. Destes relatórios conseguem destacar-se pontos fortes e pontos fracos.

Só para lhe dar uma ideia daquilo, por exemplo, que existe, um dos pontos fortes destacados em várias escolas é que o processo estava a decorrer de forma serena e tranquila. Estou a citar o relatório. “Não se verificou prejuízo na actividade lectiva dos alunos, as escolas tiveram a preocupação de proceder à substituição dos docentes avaliadores sempre que necessário. Algumas comissões de acompanhamento denotaram um profundo trabalho em termos de reflexão e orientações directivas relativamente à implementação e operacionalização do processo”.

Agora, pontos fracos, por exemplo, a constatação de que houve excesso de trabalho, resultante deste modelo de avaliação de pessoal docente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está.

A Oradora: A constatação da necessidade de existência de formação específica, ou especializada...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Secretária.

A Oradora: ...em avaliação de desempenho docente. E, também, a questão da necessidade da observação de aulas ser mais extensiva.

Portanto, Sr. Deputado, o que quero com isto dizer-lhe é: há aspectos, de facto, que foram elencados, como estes que lhe disse e outros, que são aspectos menos bons, ou que correram menos bem, e é nesse sentido que o Governo está disponível para agir. Sobretudo, naquilo que for a desburocratização deste processo, porque nós entendemos que a avaliação é fundamental. Agora, não faz sentido, também, que tudo tenha de ser excessivamente atestado. Há evidências que são importantes e fundamentais e essas não as vamos tirar. E há outras que são excessivas e essas vão acabar.

Sr. Presidente, não querendo esgotar, muito brevemente, uma última questão, para nós importante: a autoridade do professor e o reforço da sua autoridade passam também pela questão de agilizar, por exemplo, processos que têm a ver com o dia a dia da sala de aula, nomeadamente a questão da expulsão dos alunos e o controlo da indisciplina. Para nós é fundamental que o professor possa ter uma acção, nesse sentido, mais eficaz e mais ágil do que tem actualmente. E, nisso, vamos também intervir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para que não diga que não respondi à sua questão do currículo regional e a importância de se será divulgado publicamente, o Governo entende que o referencial está pronto; no próximo mês, como disse, vai ser apresentado ao conselho coordenador do sistema educativo; e a partir daí será apresentado em todas as escolas. Ele próprio foi elaborado por professores, que estão nas escolas a trabalhar com alunos. Não haverá discussão pública, a discussão será interna, dentro das escolas e acho que basta. É isso que deve ser feito e será feito. Ou seja, para haver tempo, até ao próximo ano lectivo, de ele estar implementado.

Penso que, relativamente – só para terminar mesmo – à questão levantada pelo PCP, as alterações à liderança das escolas, que para nós é essencial, aquelas que forem necessárias fazer para que funcione serão as que faremos. Neste momento, a questão está a ser reavaliada. Nós o que queremos é o sucesso do sistema educativo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não está respondido, Sra. Secretária.

A Oradora: Portanto, tudo faremos para que este sucesso se confirme, também através do reforço da liderança.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sei que a Sra. Secretária acabou de esgotar o seu tempo para responder mas, de qualquer maneira, o debate não pode acabar por causa disso. Ainda vamos ter, ao longo destes dias, uma outra oportunidade para voltarmos a reflectir e a debater questões ligadas à educação. Ficarão, assim, numa espécie de bolsa as questões por responder, ou por clarificar.

Deputado João Costa (PSD): Se com essas bolsas pode querer insinuar alguma coisa, tenha cuidado!

A Oradora: A primeira prende-se com o facto de a Sra. Secretária ter, de alguma maneira, achado retórica – aliás, foi isso que disse – a nossa questão, quando perguntámos se a inflexão de caminho relativamente à abertura ou não abertura dos concursos para o pessoal docente era uma decisão meramente táctica, ou estratégia. A Sra. Secretária considerou-a uma pergunta retórica.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Eu expliquei.

A Oradora: Nós discordamos, e vou explicar-lhe porquê, Sra. Secretária. A mesma assertividade com a Sra. Secretária disse, dessa cadeira, ao longo da manhã de hoje, que o Governo não poderia fazer outra coisa senão abrir os concursos para pessoal docente, em nome da legalidade, foi a mesma assertividade com que a sua antecessora disse que o Governo não podia fazer outras coisas senão não abrir os concursos para pessoal docente. Ou seja, Sra. Secretária, a nossa questão é uma questão de credibilidade, porque não se pode mudar de política de um dia para o outro sem dar uma justificação cabal, credível, dessa mudança! Isto não é retórica, é dar oportunidade ao Governo de credibilizar, quer a política anterior, quer a política actual.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Eu dei essa justificação.

A Oradora: Porque houve uma alteração. Como disse, para nós foi o ponto de passagem: até um dia, não havia concursos, no dia seguinte passou a haver. Portanto, isto não é retórica, pelo menos nós não consideramos como tal.

(Aparte inaudível do Deputado Hernâni Jorge)

A Oradora: Quer inscrever-se, Sr. Deputado? Faça favor, penso que PS ainda tem tempo, o Sr. Deputado inscreva-se, por favor.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não senhora, mas se quiser não vou pedir a sua opinião.

A Oradora: Sr. Deputado, isso é uma ameaça, ou é um convite?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não, só estou a dizer que a minha inscrição não depende da sua opinião ou autorização.

A Oradora: Não, eu estou a convidá-lo a fazê-lo, para o ouvir e poder responder-lhe. É uma questão de democracia, Sr. Deputado.

Depois, diz o Governo e diz também o Partido Socialista, sobre o número de vagas abertas este ano para o concurso de pessoal docente, e cito: “Não é o suficiente, o número de vagas, mas é o possível”. Aquilo que pergunto à Sra. Secretária – e teremos oportunidade, mais uma vez, de falar sobre isto mais à frente, talvez amanhã, ou quinta-feira – é o seguinte: o que quer isto dizer, “não é o suficiente, mas é o possível”? Querirá isto dizer que estamos a falar de contenção orçamental? É que se estamos a falar de contenção orçamental, eu permito-me dizer que há aqui uma coisa muito estranha: onde não falta dinheiro para apoiar o ensino privado, não pode de maneira nenhuma faltar dinheiro, nem haver contenção orçamental, para apoiar o ensino público e a escola pública!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já cá faltava.

A Oradora: Porque é a escola que garante a democracia, a igualdade de oportunidades, a inclusão e o acesso universal. É isto a democracia!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

A Oradora: Portanto, não percebemos o que quer dizer que “não é suficiente, mas é o possível”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Viva o ensino público na Coreia do Norte!

A Oradora: Outra questão: é público que as vagas abertas foram vinte e nove.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Não, são trinta!

A Oradora: Ah, agora já são trinta? Pronto.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sempre foram!

A Oradora: A pergunta seria, não vinte e oito, não trinta, vinte e nove. Mas trinta vão dar ao mesmo. Não são trinta e uma, não são vinte e nove, são trinta. A pergunta que lhe faço, Sra. Secretária, porque ainda ninguém percebeu e os professores também não, é: quais foram as contas que o Governo Regional fez para chegar exactamente a este número? Essas contas, essa transparência, esse rigor, não foram apresentados em nenhuma altura. Portanto, a pergunta do Bloco de Esquerda é: quais foram as contas, qual foi a avaliação, qual foi o levantamento, para serem trinta vagas, nem mais uma, nem menos uma?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não faça perguntas que não podem ser respondidas.

A Oradora: Finalmente, ainda a propósito do modelo de avaliação que está em vigor e que, reconhecidamente, é um modelo que tem sido criticado no país, pelos professores, pelos alunos, pelos encarregados de educação...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Mas aqui não é o país, são os Açores.

A Oradora: ...e que está implementado, este modelo de avaliação, na nossa região.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): O modelo típico dos Açores.

A Oradora: Este modelo tem sido criticado – e justamente criticado, do nosso ponto de vista – pela burocracia, pelo facto de, ao contrário do relatório que a Sra. Secretária acabou de ler e que diz que, em todas as aulas em que os professores avaliadores tiveram de se ausentar para avaliar os colegas, houve substituições, mas isso não acontece...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Acontece, acontece.

A Oradora: ...em grande número de escolas, em que, de facto, os alunos ficam sem aulas para o professor se ausentar para ir avaliar o seu colega. Portanto, não é só a questão da burocracia, são outras inevitabilidades e outras menos valias que têm sido apresentadas, que têm sido criticadas e que têm sido reconhecidas.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Isso tem a ver com a escola, com o conselho executivo, não é comigo!

A Oradora: Mas não é só isso. É que este modelo de avaliação, como todos sabemos, é um modelo de avaliação punitivo, não é um modelo de avaliação formativo.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Já cá faltava!

A Oradora: É punitivo porquê? Porque ele só tem um objectivo, que é permitir ou não permitir a progressão, na carreira, aos docentes. Não permite aos docentes, nem auto-avaliar-se, nem corrigir as suas deficiências.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): A senhora não conhece o modelo.

A Oradora: Não, permite apenas uma coisa, progredir ou não progredir. Ora, sabendo-se que as progressões nas carreiras dos professores estão congeladas – sabe-se lá até quando, há a ameaça de que seja nos próximos dez anos –, não há progressão...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não se avalia, não é?

A Oradora: ...a pergunta que lhe faço é: não seria este o momento para, com calma e tempo, sem haver nenhum tipo de pressão, se reavaliar...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): O Governo já disse que este não é o momento!

A Oradora: ...este modelo de avaliação, se corrigir este modelo de avaliação, e, sobretudo, retirar-lhe a componente punitiva e a componente apenas de permitir ou não a progressão das carreiras, e transformá-lo em qualquer coisa que os

professores possam utilizar em seu proveito, em proveito da comunidade educativa e, portanto, em proveito da sociedade no seu todo?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpa, eu ainda tenho tempo, Sr. Presidente?

Já agora, como será a última intervenção...

Presidente: Tem vinte segundos, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada.

Ainda a escola inclusiva, porque eu não percebi, mas não poderia deixar de voltar a ela. Pareceu-me, mas posso ter interpretado mal, que o Sr. Deputado Artur Lima quis fazer uma certa dicotomia e diferenciação entre aquilo a que ele chamou a escola inclusiva – que não é aquilo a que o Bloco de Esquerda chama a escola inclusiva, mas aquilo a que ele chamou a escola inclusiva – e as medidas propostas e a eventual nova política trazida pela voz da Sra. Secretária, como se uma coisa se opusesse à outra. Eu acho isso preocupante, porque se nós tivermos de escolher entre uma escola inclusiva e uma escola policial ou policiada, penso que, se estamos dentro de uma democracia, de um sistema democrático, não há a mínima dúvida sobre a escolha. Não quero acreditar que a escola inclusiva do Sr. Deputado Artur Lima seja o contrário daquilo que a Sra. Secretária Regional da Educação aqui nos veio trazer, obrigando-nos a escolher, ou uma coisa, ou outra.

De qualquer maneira, esclareceremos isso numa próxima oportunidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Relembrando que o Governo e o Bloco de Esquerda esgotaram o seu tempo, Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra. Tem um minuto, Sr. Deputado.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Será um minuto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, aliás, de substancial sobre o debate não tenho mais nada para dizer, o que quero dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares e começo por si, é que a escola inclusiva é para todos, não é só para alguns. Não é só a tentar fazer que se faz uma escola inclusiva.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é para mim que está a dizer isso, é para o Governo!

O Orador: Para famílias que estão, essas sim, no Rendimento Mínimo e aí são tratadas e as famílias e pais que têm dificuldades e trabalham todos os dias, não são tratados do mesmo modo. Portanto, a escola não é inclusiva.

Relativamente à autoridade do professor, à disciplina dentro da sala de aulas, nós defendemos isso há muito tempo!

Sra. Deputada Catarina Furtado, a senhora, das duas, uma: ou enquanto andou na vice-presidência do grupo parlamentar andava hibernada sobre os assuntos da educação e, portanto, não percebeu o que se passou aqui dentro...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, o senhor não tem nada a dizer sobre a educação.

O Orador: ...ou não esteve com atenção ao que aqui foi dito e, portanto, é natural que possa, enfim, dizer o que disse. Relativamente ao programa de televisão, ao estado da região a que a senhora foi, foi felicidade sua o CDS não ter participado.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem.

O Orador: De resto – e vou terminar já, Sr. Presidente –, queria dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que ainda bem que o modelo de autoridade que a direita defende para as escolas não é o modelo de autoridade soviética e o modelo comunista que os senhores aplicam e aplicaram nas vossas escolas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nesses, era o castigo à paulada, à reguada e até à fome, quando era preciso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, com este momento de elevação pedagógica, vamos almoçar. Até é bom, o debate continuará residualmente, relativamente aos tempos e às inscrições que ainda existem, designadamente o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Bom almoço e até logo.

(Eram 12 horas e 57 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 11 minutos)

Vamos reiniciar, exactamente, no ponto onde os deixámos, ou seja, no debate de Interpelação acerca d' "O sector da educação". Pela minha lista de inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de me concentrar novamente na matéria da interpelação, tenho de dar uma réplica à lamentável intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado.

Quero dizer-lhe, Sra. Deputada, que fiquei absolutamente desapontado pelo seguinte facto – e nesta intervenção vou ser muito mais duro com a Sra. Deputada, porque a senhora merece, depois das afirmações que fez, que eu seja duro consigo –: na primeira intervenção que fiz, ainda considerei que a Sra. Deputada se poderia ter esquecido ou analisado mal as propostas que o PPM tinha apresentado. Mas o que a Sra. Deputada fez, na segunda intervenção que realizou, foi dizer que o fez de forma propositada! Portanto, que mentiu de forma propositada e isso é inaceitável, Sra. Deputada! Ainda por cima, tentando diminuir aquelas que são as propostas dos outros parlamentares! Diminuir e fazer desaparecer, como se não existissem.

Como se a Sra. Deputada pudesse estar contente por parte do reconhecimento que lhe é dado, por exemplo, pela sua bancada parlamentar, tendo sido a Sra. Deputada relegada para a parte de trás da bancada, onde era Vice-Presidente, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista!

Deputado Francisco César (PS): Isso é feio, Sr. Deputado, muito feio!

O Orador: A Sra. Deputada foi destituída das suas funções!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, atenha-se ao tema do debate, se faz favor.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente do Governo Regional, mas eu não posso...

Presidente: Não, não sou do Governo Regional, sou da Assembleia Legislativa. Olhe, e sabe porquê, Sr. Deputado? Só para o esclarecer, com mais do que os dois terços com que o senhor reclama que o Presidente da Assembleia deve ser eleito, trinta e nove votos a favor. Obrigado, pode continuar.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, a partir do momento em que só os seus colegas da bancada parlamentar fazem essa apreciação em relação ao seu desempenho e a recambiam para a parte de trás, a Sra. Deputada é recambiada para a parte de trás da bancada parlamentar, exactamente porque não lhe é reconhecido mérito nenhum...

Deputada Bárbara Chaves (PS): E insiste!

Deputado Francisco César (PS): Não tem mais argumentos.

O Orador: ...não venha agora a Sra. Deputada aqui dar qualquer tipo de lições de moral em relação aos outros e em relação à qualidade parlamentar das propostas apresentadas pelos outros deputados!

Deputado Francisco César (PS): Até estou envergonhado!

O Orador: Eu tinha de lhe dizer isto! Mais do que isso, a Sra. Deputada perdeu a minha confiança. A Sra. Deputada, ao omitir o trabalho desenvolvido por um parlamentar, ao mentir sobre o trabalho desenvolvido por um seu colega do Parlamento, perdeu a minha confiança institucional! Portanto, da próxima vez que eu tiver de me dirigir à Sra. Deputada, ainda por cima como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para que nada desapareça, para que nenhuma proposta desapareça, vou enviar-lhe uma carta registada com aviso de recepção, para ter a certeza absoluta que a Sra. Deputada está, de facto, a não fazer desaparecer as propostas dos outros!

Mas, Sra. Deputada, acabei por perder neste episódio algum tempo, o que é lamentável, porque este episódio foi provocado por si!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal, foi ultrapassado!

O Orador: É lamentável, porque tinha vários pontos a referir, ainda, nesta intervenção.

Relembrando a questão da autoridade pública, que é agora apresentada como uma grande proposta por parte do Governo Regional, quando apresentei em Março esta questão...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é que inventou a autoridade dos professores!

O Orador: ...também em interpelação parlamentar, lembro o que a actual Directora Regional da Educação disse dessa proposta: “Pedia então à Sr. Secretária que medidas preventivas tem a senhora, para além destas, que possam e devam reforçar a autoridade dos professores? Não quero ver os professores transformados numa autoridade pública porque, de facto, não é pela violência que estas coisas resultam. Então, que propostas, Sr. Secretária, tem a curto prazo, para a região, nesta área?” Ora bem!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Aí é que está!

O Orador: Como o Partido Popular Monárquico apresentou uma proposta nesse sentido, mas que teve e ainda tem, estou convencido de que ainda tem graves dificuldades, do ponto de vista jurídico, para ser implementada, a não ser que a legislação venha a ser modificada, a legislação nacional, isto significa que esta é uma ideia do Partido Popular Monárquico que o Governo Regional aceitou e está a seguir! Também a proposta em relação à retirada da burocracia do projecto QUALIS, também em relação a esta questão, foi uma proposta apresentada pelo Partido Popular Monárquico!

Nesse sentido, obviamente, quando a Sr. Secretária vem aqui apresentar um conjunto de iniciativas em que dois terços delas foram apresentadas, em primeira mão, pelo Partido Popular Monárquico, nós temos de ficar contentes e de considerar que ganhámos esta batalha, do ponto de vista daquilo que é a afirmação de ideias em política. E a afirmação de ideias, em política, é essencial!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que má avaliação da autoridade nas escolas!

O Orador: E termino já, Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: ao longo da minha vida profissional, sempre valorizei aquela que deve ser a principal preocupação por parte dos professores: os alunos! O meu currículo, nessa área, fala

por si e, portanto, não tenho de o estar a descrever. Mas vou dizer-vos e transmitir à bancada do Partido Socialista, porque é fundamental, que nós temos de fazer o seguinte, uma ideia muito simples, que não tem nada de complexo, mas é uma ideia essencial: temos de retirar uma grande quantidade do trabalho burocrático e não lectivo que os professores estão a realizar, para que os professores se possam concentrar nos alunos. Assim, vamos obter melhores resultados. A ideia é tão simples como isto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

Presidente: O Partido Socialista pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para a defesa da honra da bancada.

Presidente: Tem três minutos, Sr. Deputado.

***Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É lamentável e vergonhoso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando não tem argumentos, a única coisa que se lembra de fazer na Assembleia é insultar um dos seus colegas deputados...

Deputado Hernâni Jorge (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...quando a Sra. Deputada Catarina Furtado a única coisa que fez foi poupar o Sr. Deputado à vergonha de algumas propostas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vergonha? Qual vergonha? Isso é que é ofensivo!

O Orador: Sr. Deputado, connosco não conte para fazer este papel e para recorrer à arruaça quando se acabam os argumentos.

Tenho dito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem três minutos, Sr. Deputado Paulo Estêvão, com serenidade e elevação, como todos nesta casa.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, como é meu hábito.

(Risos da Câmara)

O que eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Francisco César, que se sentiu muito ofendido, é o seguinte: esta afirmação e esta tomada de posição, que tive de tomar, em relação às afirmações da Sra. Deputada, em que a Sra. Deputada omitiu e mentiu em relação ao número de propostas e às propostas que o Partido Popular Monárquico apresentou...

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que o senhor disse. O senhor disse que foi relegada!

O Orador: ...não é admissível nesta casa! Não é, isso é que é vergonhoso! Que seja utilizado esse terrorismo parlamentar, dizendo que não, que só tem uma, quando afinal até tem quarenta, ou cinquenta, isso é que não é aceitável, isso é que é vergonhoso!

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que o Sr. Deputado disse!

O Orador: E o Sr. Deputado Francisco César, como se sente culpado porque, se calhar, também foi um dos responsáveis por a Sra. Deputada ter ido para a bancada de trás, vem aqui defender a honra não sei do quê! Na verdade, o Sr. Deputado voltou a ofender esta bancada, a partir do momento em que disse a vergonha das propostas!

Deputado Francisco César (PS): Essa é que é a verdade!

O Orador: Mas qual é a vergonha de apresentar uma proposta a limitar o mandato dos presidentes dos conselhos executivos, como esta, que é uma proposta que neste momento funciona em toda a Europa civilizada? No território continental, na Espanha, na Suécia, na Holanda, em todo o sítio! Qual é a vergonha? A vergonha é não adoptar esta medida! A vergonha é defender os ditadorzecos, como os que os senhores têm aí na mão! É essa a vergonha!

Deputado Francisco César (PS): Um projecto tão grande!

O Orador: É vergonha vir propor que o processo de avaliação termine, quando não funcionava e tinha os problemas que tinha, e que a Sra. Secretária Regional agora vem dizer que sim, que tem? A proposta era: como não estava a ser implementada na altura, o PPM veio defender que esta proposta não funcionava!

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que o Sr. Deputado disse!

O Orador: O Sr. Deputado acha que funciona? Com 99% das notas iguais, acha que isto funciona? Quando os professores faltam às aulas dos alunos para irem avaliar os colegas, acha? Isto é que é vergonhoso!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, eu não insultei a sua bancada; o senhor é que insultou a minha!

O Orador: A sua intervenção, Sr. Deputado, desvalorizando as propostas dos outros – que, fundamentalmente, depois vem a adoptar, porque dois terços das medidas que foram propostas foram apresentadas pelo Partido Popular Monárquico –, essa sua postura, a postura da sua bancada, é que é vergonhosa!

Presidente: Terminou, efectivamente, o seu tempo, Sr. Deputado.

Eu gostava de lembrar duas coisas. Em primeiro lugar, que estamos num debate de interpelação ao Governo. Em segundo lugar que, quer o Governo, quer os Grupos Parlamentares do BE e do PP, já terminaram o seu tempo. Gostava que os Srs. Deputados que ainda têm tempo e que vão intervir de seguida não deixassem de levar isso em consideração.

Vamos prosseguir. Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra, tem dois minutos e meio.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Com estes dois minutos e meio que me faltam, vou fazer mais uma incursão terrorista neste debate.

Deputado Domingos Cunha (PS): Terrorista?

O Orador: Sim, sim! Aliás, foi a Sra. Deputada...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Salvo seja!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Salvo seja, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): Comunista!

O Orador: Terrorista, foi assim que me classificaram há pouco!

Estamos em fase de terminar o debate e era importante – sei que a Sra. Secretária já não tem tempo, não me vou sequer dirigir à Sra. Secretária, mas era importante – que a bancada do Partido Socialista esclarecesse aqui uma questão.

Há pouco, nos comentários que teci, concluí, de alguma maneira, que o PS, enfim, se tinha apropriado, ou se estava a apropriar e a aproximar das posições da direita,

em termos de educação. Agora, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na intervenção que fez antes, quando terminou o debate, afirmou claramente que o Partido Socialista se tinha apropriado de dois terços das propostas que fez ao longo da Legislatura! Era bom que o Partido Socialista, nomeadamente a bancada do PS, esclarecesse isto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está mal!

O Orador: Até por isto, Sra. Deputada Catarina Furtado: há pouco, a senhora disse que o problema não era o PS estar a aproximar-se da direita, era a direita que se estava a aproximar das posições do Partido Socialista. Para mim, a coisa está clara. Afinal de contas, a política educativa do Partido Socialista é uma política musculada e de direita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

Só um momento, Sr. Deputado, para esclarecer a câmara. Falei há pouco, imediatamente a seguir, como é natural, à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, para informar que o PPM também já esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Rui Ramos, faça o favor.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Porque não foi respondida a nossa pergunta, volto a fazê-la, mas já esclareço.

Concorda ou não o Governo com a visão de que, na Região Autónoma dos Açores, os jovens são roubados às escolas, às vezes sem vontade própria, para ajudarem a família na agricultura, ou na pequena indústria?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda bem que a senhora está aí!

O Orador: Porque há aqui duas visões: uma, externa e miserabilista, no sentido de captar atenções e, eventualmente, verbas; e outra visão, interna, cor-de-rosa, de que tudo vai bem.

O PSD cede um minuto e meio do seu tempo para a Sra. Secretária responder concretamente a esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que generosos que eles estão!

Presidente: Registo e registará, com certeza, sobretudo, a bancada do Governo, a generosidade do PSD, mas o Presidente da Mesa tem de se reger por uma coisa que se chama Regimento e não vejo em sítio nenhum, no Regimento, essa figura.

O Sr. Deputado Pedro Gomes pede uma interpelação à Mesa? Faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É que já há precedentes.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas lembrar ao Sr. Presidente da Mesa que há pelo menos dois precedentes nesta matéria. Um, a 9 de Julho de 2009, quando a Sra. Deputada Zuraida Soares cedeu dois minutos do seu tempo ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. E o segundo precedente a 20 de Janeiro deste ano, perdão, de 2010, quando a mesma Sra. Deputada cedeu três minutos ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito generosa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu sou muito generosa!

O Orador: Portanto, nessa medida, a Mesa abriu já este precedente da cedência de tempo, pelo que julgo que deve também proceder em conformidade.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Uma interpelação.

Presidente: Faça o favor.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para deixar aqui a ideia clara de que o Governo nada tem contra a hipótese de poder voltar a intervir neste debate, e fá-lo com muito gosto...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Pensei que ia confrontar o que eu disse!

O Orador: ...havendo necessariamente consenso para que tal aconteça.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É assim mesmo!

Presidente: Srs. Líderes Parlamentares, Sr. Secretário da Presidência, façam o favor de se aproximar. Do Partido Socialista, o Sr. Deputado Hernâni Jorge pode chegar aqui, se faz favor?

(Pausa)

Podendo, e dou desde já o penhor do meu agradecimento ao Sr. Deputado Pedro Gomes, porque até já houve dois casos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É um gosto, Sr. Presidente!

Presidente: ...a decisão da conferência de líderes foi a seguinte: sem prejuízo de, sobre isso como prática, se tornar uma decisão melhor pensada e mais aprofundada em conferência de líderes, para valer como regra, neste caso concreto vamos admitir.

Nesse caso, Sr. Deputado, é um minuto e meio que tem, um minuto e meio, se a Sra. Secretária ou alguém do Governo quiser, depois, inscrever-se.

Vamos prosseguir. Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

***Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retomando um pouco o que tem sido ainda o debate da parte da manhã, e no que à intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares dizia respeito – uma vez que, quando falou, a Sra. Secretária também já não tinha tempo, não querendo aqui sobrepor-me a ninguém, mas talvez dizendo-lhe que –, a questão da inflexão no que toca aos concursos acho que, até por uma questão de educação, a Sra. Secretária teve o bom tom de apenas se referir à inflexão, como a senhora chama, da forma como o fez. Porque, obviamente, se muda a tutela não é uma inflexão, é a concretização duma prática que vinha sendo tida, do cumprimento da lei e do programa do Governo do Partido Socialista. No que toca a isto, acho que estamos esclarecidos.

Na outra parte, do modelo de avaliação, e como a Sra. Deputada bem disse, julgo que será de facto com grande agrado – e do concurso – que vamos aqui falar disso, quando também o Governo tiver tempo, que não concedido generosamente pelo PSD, quando chegarmos ao capítulo da nossa ordem de trabalhos, que é um

Projecto de Resolução da iniciativa do próprio Bloco de Esquerda. Acho que, então, teremos todos oportunidade de, numa forma igual em termos de tempo, debater sobre isso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sra. Deputada, espero que não seja um preconceito contra a cedência de tempo da parte do PSD!

A Oradora: Queria dizer-lhe ainda que, relativamente ao modelo de avaliação, esta consideração de o modelo ser punitivo é uma questão que a mim me surpreende, porque já ontem tive e tenho tipo oportunidade de dizer que não sei até que ponto se pode considerar punitivo e não formativo – só mesmo por falta de conhecimento das grelhas e dos parâmetros que são a avaliação do professor, e porque nenhum sistema pode ser punitivo, ou nenhum modelo de avaliação pode ser punitivo – quando, de facto, a maioria dos resultados fica acima do razoável, fica no bom.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que engraçado! Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, não considero, mas também teremos oportunidade de, com a participação da Sra. Secretária, discutir isto a devido tempo e a devido respeito, até porque toda esta questão do Estatuto da Carreira Docente e da estrutura da carreira está em revisão e, decerto, teremos oportunidade e tempo para aqui debater isso com maior profundidade.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, eu vou pôr essa intervenção conjuntamente, numa resposta só, com o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Vou pôr os dois juntos, porque acho que, relativamente ao que aqui se disse do centro da questão, do centro da interpelação, do que é o sistema educativo regional, já todos foram esclarecidos. Na minha interpretação, enquanto deputada desta casa, enquanto membro desta bancada, eu socorri-me das iniciativas do PPM e realcei aquelas que, para mim, eram estruturantes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora anda sempre com um reбуçadinho para o PSD.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O senhor está muito azedo.

A Oradora: Nas outras, fiz e repito, tive o entendimento que tive. Esclareci o entendimento que tinha, exactamente porque o Sr. Deputado assim fez questão de o fazer. Portanto, não vou dizer mais nada.

Com relação ou relativamente às considerações pessoais, Srs. Deputados, quanto a andar hibernada porque andei na vice-presidência, ou quanto ao ser relegada para a segunda, para a terceira, ou para a primeira bancada – pois já as corri todas, no tempo que aqui estou, sem o mínimo pejo de nada –, direi apenas, socorrendo-me da Mafalda do Quino, com uma das tiras de que mais gosto, quando a Susaninha, numa das suas muitas instigadas ao Manelinho, o acicatou, o Manelinho, num assumo de grande inteligência, respondeu: “Os cheques das tuas piadas não têm cobertura no banco da minha determinação”. Assim fica, para os dois.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: A Sra. Secretária Regional da Educação e Formação vai usar a doação do PSD, tem um minuto e meio.

***Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso):** Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu falei do seu cargo institucional!

Deputada Catarina Furtado (PS): E eu falei das suas piadas institucionais.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, está no uso da palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

A Oradora: ... agradecendo a cedência de tempo do PSD, enfim, isso também pode sempre significar, ou que o Governo usou com excessiva pressa o seu tempo, ou que o PSD usou com excessiva lentidão o seu, para ter tanto tempo disponível.

Mas vamos ao que interessa. Penso que a pergunta seria à volta daquilo que o Sr. Director Regional teria dito da questão de os alunos não irem à escola, e se seria essa a opinião, se o Governo concordaria com essa afirmação. A verdade é que, actualmente, este não é o cenário que nós vivemos nas nossas escolas. Todos conhecemos, e felizmente são cada vez menos, os cenários de abandono e de falta

de assiduidade devido a outro tipo de actividades, muitas vezes, como disse, por exemplo, na área agrícola, na área da agricultura.

Deputado Rui Ramos (PSD): A 16 de Fevereiro, 16 deste mês!

A Oradora: Portanto, obviamente, o Governo não se revê neste tipo de retrato. Não é esta a realidade. Aliás, os nossos níveis, quer de assiduidade, quer de abandono escolar, estão em números, como deve saber, muito razoáveis.

Agora, aquilo que tenho a dizer neste particular é o que o Governo pensa fazer. Especificamente é, obviamente, cada vez mais valorizar, por um lado, o papel das famílias; e, por outro, reforçar a responsabilidade, não só pela assiduidade dos seus discentes e educandos, mas também e sobretudo pelo seu comportamento no espaço escolar. É isso que o Governo entende que faz sentido no enquadramento actual.

Agora, esta realidade, embora pontualmente possa acontecer, não é uma realidade generalizada nas nossas escolas, nem tem paralelo na maioria delas. Portanto, era isso que eu gostava de esclarecer, que posso esclarecer e é esse o ponto de vista do Governo sobre esta matéria.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ramos pede para se inscrever, tem a palavra.

***Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo só recordar que, há pouco tempo, o Sr. Presidente do Governo, publicamente, disse que a comunicação social estaria mais interessada em divulgar aspectos negativos. Bem, neste momento, temos um director regional a, aparentemente, divulgar uma situação, para nós, do ponto de vista político, miserabilista, de facto. Portanto, ficamos assim sem saber como é que as coisas são. Há visões internas, há visões externas e, depois, faz-se um discurso do qual, no fundo, a Sra. Secretária acabou por dizer que não concorda com ele. Fica a contradição.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Bom argumento!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não falemos de contradições!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já há vários grupos, além do Governo, com os tempos esgotados. Além disso, não tenho, neste momento, mais nenhuma

inscrição. Não posso, por razões óbvias, dar a palavra para encerrar o debate, quer ao interpelante, quer ao Governo.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, consideramos este debate como encerrado e passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, o qual é o **Projecto de Resolução n.º 14/2010 – “Serviço público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Rege a grelha de tempos que temos vindo a usar neste tipo de iniciativas, a saber: 25, 19, 13, 11, 10, 10, sendo 25 para o PS, para o Governo e para o proponente.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses, para apresentar o diploma. Tem a palavra, Sr. Deputado.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É comum dizer-se, hoje, que vivemos no tempo da abertura das comunidades umas às outras, vivemos no mundo da comunicação, vivemos na sociedade da informação. De facto, o modo como comunicamos e nos relacionamos uns com os outros e com o mundo, é ou acaba por ser decisivo no sucesso das nossas actividades, no desenvolvimento das regiões e, até, das próprias pessoas. Nos Açores, tudo isto é ainda mais impressionante.

De facto, quando às 15 e 30 do dia 19 de Agosto de 1975 foi para o ar a primeira emissão da Televisão dos Açores, foi dado um importante passo para a configuração de região que, a partir daí, passámos a ter. Uma ideia de região assente num serviço que chegasse às ilhas, que as unisse e levasse as ilhas lá fora. Consideramos, assim, de importância inestimável o serviço público de rádio e televisão nos Açores. Desde logo, por razões geográficas. O nosso isolamento, a dispersão arquipelágica, até a forma como chegámos geograficamente a outras partes do planeta, através do fenómeno da emigração. Mas também por razões sociais, económicas, culturais e até desportivas. A realidade das ilhas, hoje, chega às ilhas e chega ao mundo, através da RTP Açores.

Mas também por razões políticas. A RTP, de resto como os órgãos de governo próprio da região e a Universidade dos Açores, clara e assumidamente constituem, cada uma destas entidades, um pilar da própria autonomia. A actividade política

dos Açores chega aos vários pontos do arquipélago, e até fora da região, também através da Rádio e Televisão Pública dos Açores. Quando falo aqui em razões políticas, é importante que fique claro que não falo em razões partidárias, para que haja esta importância da RTP Açores. Obviamente que os partidos são meios da acção política, mas o que, na perspectiva do PSD, é importante relevar nesta fundamentação política da importância da RTP Açores vai muito para além das meras questões partidárias a que alguns querem reduzir a sua relação com a RTP Açores.

Com os desafios dos novos tempos surgem, também, novas e importantes razões para que se perceba este papel fundamental da Rádio e Televisão Pública dos Açores. Este Parlamento tem responsabilidades políticas, institucionais e também tradição na abordagem deste assunto, pelo acompanhamento que faz ao serviço público de rádio e televisão. Pelo menos desde 1982 que foram feitos vários debates nesta Assembleia, alguns deles bem curiosos, sobre a importância, dimensão e efeitos desta relação entre este serviço público e os órgãos políticos.

O PSD, por várias vezes, já trouxe esta questão a debate e volta a trazê-la, com esta iniciativa que estamos hoje a discutir. Surge na sequência de notícias, em primeiro lugar, sobre as dúvidas relativamente à existência de um serviço público de rádio e televisão nos Açores. Mas, para além desta dimensão das dúvidas que, de quando em quando, surgem, sobre a existência e a importância da existência deste serviço, também fundamentaram esta iniciativa as certezas, as certezas dos problemas que se vão sentindo, ano atrás de ano, relativamente a esta matéria e que exigem que este órgão, como primeiro órgão da autonomia, tome uma posição política clara sobre esta matéria.

É certo que a lei já prevê e faz referência a este serviço público. A Lei 58/90, de 7 de Setembro; a Lei 31-A/98, de 14 de Julho; a Lei 32/2003, de 22 de Agosto fazem sempre referência ao facto de o Estado assegurar a existência e funcionamento de um serviço público de televisão, sendo que as duas últimas que referi referem expressamente as regiões autónomas e os canais de televisão nas regiões autónomas, fazendo referência, até, a que a concessão geral do serviço público de televisão inclui ainda a obrigação de transmitir dois serviços de programas

especialmente destinados, respectivamente, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira. Digo isto, para dizer que não estamos aqui a trazer nada de novo. A lei prevê isso.

Mas também é certo que, apesar desta previsão legal, apesar das declarações públicas e políticas de várias entidades sobre esta matéria, o que é certo é que os problemas subsistem. A cada audição do Sr. Director do Centro Regional dos Açores surgem grandes preocupações. A cada episódio de instabilidade no centro surgem sinais de que as coisas não estão bem. A cada abordagem do problema que é feita em termos políticos, ficamos com a sensação clara de que não há maneira de as coisas melhorarem, não há maneira de as coisas se endireitarem.

Os problemas de instalações continuam sem ter solução efectiva, depois de muitos anúncios e actos de fé, inclusive do Governo Regional dos Açores. Por questões, se calhar, de alguma solidariedade político-partidária, faz actos de fé de que se vão resolver os problemas das instalações e há várias declarações sobre isso ao longo dos últimos tempos. O que é certo é que estes problemas de instalações continuam e Angra e Horta estão, ainda, em situações deploráveis e indignas para um serviço público. As condições técnicas e de equipamentos continuam por resolver, ano atrás de ano. À excepção de um pequeno investimento feito relativamente à conectividade entre São Miguel e Terceira, o que é certo é que, nos últimos meses, nos últimos largos meses, não foi feito qualquer investimento significativo relativamente a esta matéria dos equipamentos, apesar dos anúncios que são feitos. As situações de instabilidade e precariedade ao nível dos recursos humanos continuam a ser relatadas.

Isto é, quer em termos de instalações, quer em termos de equipamentos e condições técnicas, quer ainda em termos de recursos humanos, há problemas que se vão repetindo ano após ano, sem verem solução à vista, efectivamente, que não seja ao ouvido. Ao ouvido, as soluções existem há muitos anos. Há muitos anos que, ao ouvido, todos temos soluções para tudo isto. O que é certo é que, à vista, na realidade, elas continuam por aparecer.

Por outro lado, e a outro nível deste problema, temos a falta de autonomia administrativa e financeira, que continua a emperrar a actividade do centro e o

desenvolvimento do serviço público de forma eficaz. Tudo continua a depender do centralismo de Lisboa, o que causa, de facto, grandes constrangimentos. Não vou repetir aqui um exemplo dado pelo Sr. Director, a história do prego, que para comprar um prego precisa de pedir a Lisboa. Vou fazer referência a um exemplo bem mais recente. Uma entidade privada regional queria patrocinar, isto é, fazer um anúncio antes dum serviço noticioso regional. Não pôde fazê-lo, porque foi entendido que só quem podia autorizar, permitir e negociar, tudo isso, tinha de ser Lisboa. Isto é, mais um exemplo de um constrangimento, de uma dificuldade, que está criada e que põe em causa o próprio serviço público.

Obviamente que tudo isto afecta a qualidade deste serviço público e a eficácia do seu desenvolvimento. Apesar do esforço dos trabalhadores, que já mais do que uma vez referimos aqui, que em situações precárias e muitas vezes indignas continuam a fazer um trabalho com brio, com profissionalismo, com dignidade e com a qualidade que é possível, perante estes constrangimentos que referi e são de todos conhecidos. A verdade é que tudo isto causa instabilidade, sentida desde logo nas sucessivas mudanças de chefias, que vão sendo notícia; nas demissões; no mal-estar que muitas vezes é relatado, porque sentido, por quem trabalha nessa casa. Isto é, todas estas dificuldades também propiciam esta instabilidade, que é visível e é objectiva. Não é nada de leitura política, são relatos que chegam, também, ao Parlamento.

Obviamente que todas estas dificuldades, fragilidades, debilidades, são aproveitadas por algum poder político para condicionar o serviço público e impor a sua presença. A prova cabal e inequívoca, para que não assistamos a esses esgares de surpresa do Sr. Secretário da Presidência, são factos objectivos, são factos claros.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é de surpresa, é de indignação. Objectivamente, não me surpreende nada!

O Orador: São factos e objectivos e, para que se indigne ainda menos, Sr. Secretário, vou ler parte do relatório, do recente relatório da Entidade Reguladora da Comunicação Social sobre o pluralismo pluripartidário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora, aí é que está! Ora aí é que vamos! O programa começa sexta-feira.

O Orador: Sobre esta matéria, gostaria de citar só algumas partes deste relatório, para percebermos o efeito que também esta instabilidade, esta fragilidade e debilidade tem. Vou citar: “Na análise de cada partido verifica-se, nos dias de amostra, uma sub-representação do PSD Açores”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O que tem isso a ver com o Projecto de Resolução?

O Orador: Adiante, é referido que, o “Governo Regional dos Açores em conjunto com o PS Açores encontram-se acima dos valores definidos como referência. Os valores relativos à presença da oposição parlamentar dos Açores, em conjunto, estão abaixo daqueles definidos para os valores de referência, tendo em conta o modelo que pondera a valência e a audiência”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso não tem nada a ver!

O Orador: “Os valores relativos à presença do PSD Açores encontram-se abaixo dos definidos para os valores de referência, menos cerca de 19 pontos percentuais”. O que tem isto a ver?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nada, não tem nada a ver!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Como é que a Entidade Reguladora respondeu a essa questão? Só vê o que lhe interessa!

O Orador: Eu expliquei, mas, para quem não percebeu, volto a explicar. Isto tem a ver com uma realidade objectiva, que está a acontecer, é factual, e tem a ver também com esta fragilidade, esta debilidade, esta instabilidade, que são aproveitadas pelo poder político, pelo Governo Regional dos Açores, para se impor, para marcar presença, para condicionar.

Lembro só um episódio caricato e ridículo que, num programa de televisão que era supostamente para pôr a sociedade civil açoriana a pronunciar-se, a manifestar a sua opinião sobre uma determinada realidade, o Presidente do Governo Regional, qual Berlusconi, pega no telefone, telefona para o programa e...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não pode?

O Orador: ...ocupa grande parte do programa, naquilo que seria o espaço vivo da participação cívica da sociedade livre açoriana! Até naquilo que seria o espaço de participação cívica, livre, dos açorianos, o Presidente do Governo quer impor-se, quer meter-se e quer mandar-se para o espaço que é dos outros! É esta a realidade!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E então? Não é cidadão como os outros?

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não é cidadão como os outros? Isso é que é uma análise!

O Orador: Por isso, o PSD entende que esta matéria é relevante. É uma consequência – se não quiserem dizer directa, podem dizer indirecta, mas é uma consequência – clara e óbvia deste estado de instabilidade e fragilidade do serviço público de rádio e televisão nos Açores. É para fortalecer a Rádio e Televisão dos Açores...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Está a fortalecer imenso!

O Orador: ...para valorizar a informação, a qualidade, a eficácia deste serviço, de forma a que chegue a cada vez maior número de açorianos das nove ilhas dos Açores, para que cada vez mais os açorianos das nove ilhas dos Açores se identifiquem com a sua rádio e a sua televisão, que o PSD apresenta esta proposta. Por isso, porque queremos efectivamente que seja aprovada por esta Assembleia, pelo maior número de Srs. Deputados, é que queremos que – perante quem tem posto em causa este serviço, perante algumas entidades que não vêem este serviço com a dimensão que ele efectivamente deve ter, perante quem põe em causa, como dizia, este serviço público – se saiba que nos Açores estamos de facto unidos, estamos interessados em que exista um serviço que, na realidade, sirva os açorianos e os seus interesses, e que, no fundo, valorize e afirme a autonomia, os Açores e a realidade das nove ilhas dos Açores, internamente e perante o mundo, com quem nos queremos relacionar.

Foi desta forma que o PSD alterou o Projecto de Resolução, o texto do Projecto de Resolução inicialmente apresentado, conseguindo com isso que, em sede de comissão, todos os partidos se unissem à volta desta proposta. Fazendo com que, esperamos bem, o que saia deste debate seja uma importante manifestação de apoio

e valorização do serviço público de rádio e televisão. Para que, de facto, muitos dos problemas que nos têm ocupado ao longo de todos estes últimos anos passem a ser resolvidos e que cada vez menos se fale dos problemas do serviço público de rádio e televisão dos Açores e se fale naquilo que é positivo, que existe e que cada vez mais tem de identificar um serviço com esta importância ao nível da unidade dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para a prossecução do debate. O Sr. Deputado Hernâni Jorge está inscrito, não sei se há mais inscrições, para já creio que não.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer que, tendo o PSD, através do Sr. Deputado Clélio Meneses, utilizado grande parte da sua intervenção para se referir a aspectos que pouco ou nada têm a ver com o Projecto de Resolução, venho manifestar a disponibilidade da bancada do Partido Socialista para discutir, sempre que assim se entenda, as matérias relativas ao pluralismo pluripartidário.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E lembrar que, aliás, foi por iniciativa nossa que ainda há pouco tempo a comissão parlamentar competente ouviu o Conselho Regulador da Entidade Reguladora da Comunicação sobre esta matéria, cujo relatório está a ser elaborado e será disponibilizado em breve a esta Assembleia...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...para que possa ser apreciado e debatido, sempre que assim se entenda, nesta casa.

Mas, não sendo essa a matéria deste Projecto de Resolução, que se prende única e exclusivamente com a afirmação da inexistência dum serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores assegurado pelo Estado, em condições de eficácia e qualidade adequadas à nossa realidade arquipelágica, aqui já não faço referência à interjeição inicial, que admitia a possibilidade de ser contratualizado com outras entidades, que não a concessionária de serviço público de rádio e televisão nos termos actuais, como existe, ou seja, a RTP S.A.. Por ser assim, e recordando ainda que este Projecto de Resolução deu entrada há dez meses nesta casa, foi objecto de análise e de alguma demora no seu agendamento, dizer que estas preocupações, que são comuns e pelas quais o Partido Socialista sempre se tem batido, merecerão a nossa concordância, com as alterações que o PSD já anunciou fazer. Porque, sem elas, não teria, certamente, o nosso apoio.

Dizia eu que estas preocupações e esta reafirmação do serviço público de rádio e televisão têm, neste momento, um peso que não tinham na altura em que o Projecto deu entrada, em que os relatórios e a apreciação em comissão foram feitos. Até porque, no passado dia 4 de Fevereiro, a Assembleia da República aprovou a nova Lei da Televisão onde, no seu capítulo V, reafirmou a existência deste serviço, com a existência de dois serviços de programas específicos de televisão para as regiões autónomas, dos Açores e da Madeira. Ou seja, há quinze dias, a Assembleia da República afirmou e reafirmou aquilo que este Projecto de Resolução visa sustentar e defender. Será redundante, mas nunca é demais afirmar...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é só isso!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está na lei que foi criada!

O Orador: ...perante o Estado, da parte desta casa, a defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está na lei há muitos anos!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, Sr. Deputado Artur Lima, está na lei há muitos anos, mas também estive na lei dos governos do PSD e CDS/PP precisamente o contrário! Este Parlamento bateu-se contra isso e, felizmente, conseguiu que, em 2007, a Lei da Televisão invertesse esse passo e afirmasse a

posição que hoje consta da lei, que consta deste Projecto de Resolução e que este Parlamento, hoje, irá reafirmar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, reafirmar!

O Orador: É preciso não esquecermos esse passado não tão distante quanto isso. Posições recentes do líder do principal partido da oposição na República, o Dr. Pedro Passos Coelho, que não vão bem no sentido daquilo que nós aqui afirmamos, no sentido daquilo que nós reafirmamos. Até porque o PSD, no passado dia 4 de Fevereiro, absteve-se, depois de ameaças de chumbar a Lei da Televisão, porque este, efectivamente, não é o caminho que a actual direcção nacional do PSD defende para a televisão pública em Portugal.

Portanto, ainda bem que este Parlamento irá reafirmar esta posição de defesa do serviço público de rádio e televisão, e de defesa do serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas, em particular nos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é a proposta de resolução!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esse é outro aspecto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso que o senhor referiu é o proposto no Projecto de Resolução!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a resposta aos vossos apartes.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o CDS/PP, não restam dúvidas que o serviço público de rádio e televisão é essencial para a promoção e divulgação junto dos açorianos, quer em termos sociais, culturais e económicos, quer, até, políticos, sendo que este deve chegar a todas as ilhas, em termos de igualdade, sem qualquer excepção. Por outro lado, não restam as mesmas dúvidas quanto ao facto das inúmeras dificuldades que vive o Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão, em termos humanos e materiais, ou quanto à própria falta de autonomia financeira, situações estas que criam inúmeros constrangimentos ao bom desenvolvimento deste serviço público, que se quer de qualidade e abrangente à região no seu todo.

Vou proferir uma afirmação do representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP S.A., que afirma que “O modelo actual não satisfaz”, e ainda que “este tem de ser alterado. A região precisa de um orçamento próprio e de autonomia financeira, administrativa e editorial, com autonomia total para traçar melhores caminhos para o serviço público”.

Em relação à possibilidade de a emissão da RTP Açores passar para Lisboa, através de janelas, esta, segundo o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão S.A., no âmbito da audição feita pela Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no passado ano, afirma não ser um assunto que esteja em cima da mesa, embora não afaste a possibilidade de no futuro vir a acontecer, e reafirma que não será o actual Conselho de Administração a decidir. Não é, como frisei, um assunto que esteja em cima da mesa mas, eventualmente, no futuro poderá vir a estar.

No entanto, é uma preocupação do CDS/PP e comungamos dela, e, como tal, não será demais este Plenário reafirmar a importância de manter esta emissão a partir dos Açores, bem como criar a tão desejada autonomia administrativa para o Centro Regional dos Açores. O CDS/PP tem história nesta matéria, sendo que tem iniciativas de há algum tempo a esta parte. No ano 2000 já apresentou um projecto de resolução, que no ano 2008 renovou, com outro projecto de resolução, que viriam criar melhores condições à prestação de serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores, sendo que até foram aprovados, e por unanimidade, por esta casa.

No entanto, entendemos também que, para o bom desempenho deste serviço público, não basta termos bons recursos humanos, técnicos, materiais e, até, financeiros. É também necessário haver pluralismo, haver isenção...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ...quer por parte dos senhores jornalistas, quer por parte da própria direcção do Centro Regional. E o facto é que isso, infelizmente, não acontece. Não acontece e não é o CDS/PP que aqui vem trazer a novidade. Quem o diz e o afirma, e que diz que não há essa pluralidade na região, é a própria entidade reguladora. Se, de facto, não conseguimos perceber o porquê de ela não existir, é certo que o

Governo e o partido que o suporta recusam tais acusações. Mas o facto é que ela existe e a própria entidade o reafirma.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, penso que irá haver certamente unanimidade, uma vez que a parte resolutiva sintetiza uma posição que julgo ser consensual. De facto, o segundo ponto, para nós, afigura-se fundamental, que o Estado assegure a autonomia administrativa e financeira correspondente às necessidades do Centro Regional. Até porque, como sabemos, o facto de essa autonomia não ser plena condiciona também, depois, a autonomia editorial, aliás como foi reconhecido pelo representante da Região no Conselho de Opinião da RTP a uma pergunta, feita por mim, em sede de comissão e análise.

Portanto, relativamente a este Projecto de Resolução e a esta recomendação, expurgada que foi, enfim, da possibilidade de que outras entidades pudessem cumprir o serviço público de televisão na região, terá e tem o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deve ter sido por se passarem, ou por se terem passado, nove a dez meses desde que esta iniciativa deu entrada, ou que o PSD deu entrada a este Projecto de Resolução nesta casa, que eu fiquei com a impressão que o Sr. Deputado Clélio Meneses já se esqueceu de qual era o âmbito, o objectivo e o conteúdo da proposta que tinha feito...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Homessa! O senhor não ouve bem!

O Orador: ...porque o que aqui fez foi começar por fazer um voto de congratulação pela existência da RTP Açores. Sr. Deputado, estamos todos congratulados com isso, associamo-nos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Promessas!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário leu isto?

O Orador: ...absolutamente a isso e, se fosse só isso, eu seria o primeiro a dizer “Apoiado, o senhor tem toda a razão, as suas palavras são também as minhas palavras”.

Depois, o senhor deriva para uma segunda questão, que é: vamos lá encontrar aqui um grupo de assuntos, que não tem nada a ver com a nossa iniciativa, um conjunto de temas que, não tendo nada a ver com a nossa iniciativa, possa incomodar o Governo e incluir, no mesmo pacote, os termos Governo Regional e RTP Açores. Portanto, fez aquele arrazoado típico, que o senhor costuma fazer, sempre que fala de comunicação social e do Governo Regional.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é fixação! Isso já é obsessão!

O Orador: Sobre a sua própria proposta, sobre aquilo que está em cima da mesa para discutirmos, o Sr. Deputado praticamente não disse nada. Mas a mim compete-me aqui associar o Governo a este debate e trazer a nossa impressão, ou a nossa opinião, sobre o que é, de facto, a iniciativa do PSD. Até pode ser uma forma de lhe reavivar um pouco a memória.

A propósito do projecto que está em debate, na essência, o que nos cumpre aqui fazer é reafirmar aquilo que dissemos em comissão, há cerca de oito meses, quando fomos ouvidos sobre esta matéria. Ainda que se tenha de reconhecer que esta versão final, que agora se aprecia, é bastante melhor do que aquela que na altura foi objecto da nossa apreciação, desde logo, cumpre-nos dizer e reafirmar aquilo que dissemos em comissão, que o que se trata na vossa iniciativa é, por outros meios, reafirmar os princípios legais básicos, basilares, da existência de um serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas.

O que dizem é que é responsabilidade do Estado garantir a sustentação financeira e a oferta desse serviço; nós concordamos, a lei também concorda. A adaptação desse serviço, nos seus propósitos e meios de funcionamento, à realidade

específica dos Açores; os senhores concordam, a lei diz e nós também concordamos. As necessárias garantias de qualidade e eficácia do serviço público de rádio e televisão; pois é a mesma coisa, estamos todos de acordo e não podíamos deixar de estar, porque este é precisamente o quadro legal que existia e que foi agora, como foi aqui muito bem lembrado, recuperado e novamente aprovado. Portanto, todos estes princípios e todos estes propósitos estão, até, na base do contrato de concessão de serviço público que leva a que a RTP seja, na região, a concessionária de serviço público de rádio e televisão.

Mas há outra coisa que o senhor não disse, e essa é que é a questão fundamental. Na altura em que a iniciativa foi apresentada e em que o Governo foi ouvido em comissão, havia outra coisa que agora não há: o contexto e o *timing*. Os senhores, na altura, a única coisa que fizeram foi arranjar uma iniciativa para aproveitar o contexto! E o contexto qual era? Qual era o *timing*? Eram os rumores que, há dez ou nove meses, diziam, ou queriam, ou pareciam fazer querer, que a RTP Açores ia deixar de existir, para passar a ser a emissão centralizada e transmitida a partir de Lisboa! Portanto, aproveitando essa onda, os senhores pretendiam fazer disso um caso e incomodar o Governo Regional com essa matéria.

Pois passaram nove a dez meses e a RTP Açores, como que por milagre, não fechou, Sr. Deputado! Como que por milagre, aquilo que o senhor dizia – e disse-o depois, ainda mais tarde, na audição do Representante da Região no Conselho de Opinião da RTP Açores – serem informações correntes e bastante fundamentadas de que a RTP Açores ia fechar não se confirmou de modo algum. E estamos hoje, nove a dez meses depois, com a mesma situação que tínhamos na altura e que, felizmente, é a situação que melhor serve os Açores. Portanto, oito ou nove meses passados, a situação desmentiu as suas preocupações, desmentiu a base de sustentação do vosso projecto e desmentiu...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Votem contra!

Deputado Berto Messias (PS): Factos são factos!

O Orador: ...e tornou impossíveis as vantagens políticas que os senhores pretendiam com isto.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Factos são factos!

O Orador: Mas o senhor devia ter aproveitado as audições que existiram, nomeadamente ao Dr. José Lourenço, enquanto Representante da Região no Conselho de Opinião, para perceber que isto não tinha pernas para andar, Sr. Deputado! Porque ele próprio diz, muito claramente, que garante que nunca transpareceu estar em perigo a existência da RTP Açores. Portanto, a única força política que me parecia convencida disso, ou desejosa de que isso pudesse acontecer, para incomodar o Governo, era, na altura, o PSD Açores.

Na mesma questão, o que aqui, na vossa iniciativa, pode ser considerado mais novo ou inovador, a questão da autonomia administrativa e financeira do Centro da RTP Açores, ou do Centro Regional da RTP, pode ser considerada algo que não existe, ou que não pode existir, no quadro legal presente. Porque se fala num conceito que eu admito que é vago, não é claro nem directo, de gestão corrente e, portanto, esse conceito pode ser a base legal necessária para que essa autonomia exista. Eu concordo, o Governo concorda com os senhores! A RTP Açores seria necessariamente melhor gerida, de uma forma mais próxima, mais eficaz, se dispusesse dessa autonomia financeira e dessa autonomia administrativa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é óbvio!

O Orador: Mas essa é uma questão que não me parece que possa ser assacada ao Estado, enquanto concessionário do serviço público de rádio e televisão! Porque essa é uma questão de gestão interna, corrente, da empresa que é concessionária do serviço! É a empresa que tem de se readaptar, de se organizar de outra forma, para melhor cumprir os propósitos de serviço público! Portanto, desse ponto de vista, estamos em sintonia.

Agora, pode dizer-me o Sr. Deputado, e é verdade, que não resulta qualquer mal de esta casa se pronunciar sobre a necessidade e os méritos da existência de um serviço público de rádio e televisão de âmbito regional. Não resulta qualquer mal, não há mal nenhum em que esta casa, com a participação do Governo, possa também revigorar os princípios base do sistema de concessão de serviço público nas regiões autónomas. Mas também daí, há de convir, não decorre vantagem nenhuma. Não se resolve problema nenhum com isso, Sr. Deputado. Não vai

passar, por causa desta iniciativa em forma de resolução do PSD Açores, o serviço público de rádio e televisão a ser um mar de rosas, a partir do momento em que o PSD decidiu que ia fazer uma resolução sobre a matéria! Portanto, resolver, não vai resolver! Trazer mal, também não vai trazer.

Para terminar, como me parece também que essa questão deve ser aqui lembrada, a diferença principal entre a primeira versão da vossa iniciativa e esta que agora estamos a apreciar é que, na primeira, os senhores diziam que podia ser o Estado ou outras entidades a quem o Estado autorizasse a garantir o serviço público de rádio e televisão nos Açores. Isso, basicamente, para traduzirmos para uma linguagem mais corrente, queria dizer o Estado ou uma entidade privada a quem o Estado concessionasse o direito de exercer esse serviço público, ou seja, privatização da RTP Açores!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que diz isso!

O Orador: Perante a audição do Governo, perante o posicionamento das várias forças partidárias – e foram quase todas, à excepção do PSD Açores – e perante o facto de os senhores perceberem que, se não fizessem qualquer alteração, corriam o risco de ver a iniciativa chumbada e serem os únicos a querer aprová-la, os senhores retiraram essa possibilidade de privatização da RTP Açores da vossa iniciativa. Mas retiraram do vosso ideário político, retiraram das vossas propostas políticas? São os senhores a favor, ou contra, uma RTP Açores privatizada? São os senhores a favor, ou contra, o posicionamento que o vosso partido tem na República? São os senhores a favor, ou contra, no fim de contas, a RTP Açores...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não leu isto!

O Orador: ...que nós temos, com as limitações que temos, mas pública, assegurando necessariamente um serviço de carácter público, ou são os senhores a favor de uma entidade qualquer, empresarial, que agora decidisse vir fazer televisão e rádio para os Açores?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não quer falar sobre a resolução!

O Orador: Essa questão foi o que os senhores esconderam da primeira para a segunda versão!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que escondeu? E paciência?

O Orador: Não foi em busca de um consenso, foi para evitar terem de se pronunciar, nesta casa, perante os outros partidos e os açorianos, sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E paciência? Homessa!

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há dez meses, em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, quando fizemos o debate e a análise deste Projecto de Resolução do PSD, nós dissemos que ele era um pouco como chover no molhado, apesar do contexto da altura, agora trazido à nossa memória. Passados dez meses, nós diríamos que isto é um tipo de placebo: não faz mal, não faz bem, sendo que é capaz de fazer melhor do que pior.

Nesse sentido, nós não teremos dúvidas em votar favoravelmente este Projecto de Resolução, sobretudo porque o primeiro ponto foi corrigido, depois de, em sede de comissão – como agora aqui foi lembrado, e bem, pelo Sr. Secretário da Presidência –, ter sido chamado à atenção que havia alguma incongruência numa afirmação que começa por afirmar a existência inequívoca de um serviço público de rádio e televisão na região mas que, depois, no mesmo período, diz que é possível a contratualização com outras entidades. Ou seja, dava com uma mão aquilo que poderia, eventualmente, vir a tirar com a outra; a porta estava aberta. Contudo, foi corrigido e, como foi corrigido, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

Não podemos, contudo, deixar de tecer algumas considerações e elas são as seguintes.

Se nós tivéssemos de dar um título a este Projecto de Resolução – e permitam-me o humor, sem nenhum tipo de ofensa –, nós iríamos recuperar um velho ditado que diz que de boas intenções está o inferno cheio. Se este ditado, para nós, Bloco de Esquerda, já era aplicável com o tal primeiro ponto deste Projecto de Resolução,

que afirma a obrigação do Estado de prestar na Região Autónoma dos Açores um serviço público de rádio e televisão, ao mesmo tempo que abre, de forma mais ou menos sofisticada, a porta a uma possível futura privatização deste serviço, agora, passados dez meses, a questão fica um bocadinho pior, relativamente às intenções e à coerência.

É que, há quinze dias, foi votada na Assembleia da República a nova Lei da Televisão e Serviço Público de Televisão, com propostas de alteração de todos os partidos, sendo que umas foram aprovadas e outras não. Vale a pena recordar qual foi o sentido de voto do Partido Social Democrata relativamente às propostas feitas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e que, no fundo, directa e indirectamente, dizem respeito àquilo que o PSD agora vem defender neste Projecto de Resolução e que nós, Bloco de Esquerda, não temos a mínima dúvida em votar favoravelmente. Mas, lá, propusemos exactamente o que aqui estava. Não propusemos aqui, nem defendemos aqui, uma coisa que, lá, fizéssemos de maneira diferente.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Fizeram, Sr. Deputado, e eu vou explicar-lhe.

Deputado Rui Ramos (PSD): É a autonomia, Sra. Deputada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): São contra a privatização? É isso que precisamos de perceber!

A Oradora: Primeiro, foi o PSD. Oiça, Sr. Deputado!

No artigo 56.º, primeiro ponto, o Bloco de Esquerda fez a seguinte proposta de alteração: “O serviço de programas televisivos especialmente destinados às regiões autónomas dos Açores e da Madeira devem atender às respectivas realidades sociais, culturais e geográficas dos arquipélagos, e valorizar a produção regional”. Sentido de voto do PSD, contra.

Fizemos, ainda no mesmo artigo, outra proposta, ponto 3, em que dissemos: “A concessionária do serviço público de televisão e os governos regionais dos Açores e da Madeira podem estabelecer acordos específicos, que prevejam o

financiamento de obrigações complementares específicas do serviço público de televisão, como tal definidas pelas respectivas assembleias legislativas, incluindo as relativas à ligação com a diáspora”. Sentido de voto do PSD, contra.

Fizemos, ainda no mesmo artigo, uma outra proposta de alteração...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o PS, como é que votou, Sra. Deputada?

A Oradora: Eu ainda não acabei, Sr. Deputado. Enquanto o Sr. Presidente não me chamar a atenção para o tempo, eu vou continuar virada para essa bancada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era para ver se desviava a atenção.

A Oradora: Ponto 4 do mesmo artigo, proposta de alteração do Bloco de Esquerda: “Os serviços de televisão de âmbito regional têm o dever de independência do poder político e, em especial, das administrações regionais”. Sentido de voto do PSD, contra.

Artigo 57.º, proposta de alteração: “O contrato de concessão deve estabelecer a existência de financiamento próprio, autónomo e adequado de cada um dos serviços de programas televisivos especialmente destinados, respectivamente, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira”. Sentido de voto do PSD, contra.

Artigo 2.º, ponto 3: “A sociedade tem um centro regional em cada região autónoma, dotado de autonomia editorial, com a capacidade necessária para a produção de programas próprios e com competências para a prática de actos de gestão corrente, incluindo autorização de despesas com aquisição de bens e serviços, em respeito pelos planos de actividades e financeiros anuais e plurianuais e dentro dos limites orçamentais anuais respectivos”. Sentido de voto do PSD, contra.

Ou seja, este hábito, que parece estar a instalar-se na região, de dizer uma coisa na Lordela e depois passar uma espécie de *Twilight Zone* e dizer, na Portela, exactamente o contrário não dignifica, nem a política, nem os grupos parlamentares que, enfim, protagonizam este tipo de passagem de uma *Twilight Zone*. Portanto, de facto, este Projecto de Resolução é bem intencionado, mas, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não serve para a Madeira!

A Oradora: ... é hipócrita, porque afirma, e bem, e defende, e bem, nesta região um serviço público de televisão prestado por quem tem obrigação de o prestar. E quem tem a obrigação de o prestar é o Estado, com a mesma qualidade em toda e qualquer parcela do seu território. Mas é exactamente o mesmo partido que, na Assembleia da República, vota contra todas as propostas de alteração do Bloco de Esquerda que pretendem exactamente defender, na República, aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD está a defender nesta casa, e bem. O que é lamentável, o que é um exercício de hipocrisia e de incoerência política é fazê-lo aqui e fazer exactamente o contrário em Lisboa, na Assembleia da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): E os outros partidos, como é que votaram, Sra. Deputada?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Esse aforismo que acabou de dizer mostra tudo, Sra. Deputada.

***Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este problema da RTP só se vai resolver no dia em que o Governo Regional, quando for lançar as primeiras pedras, quando for fazer as inaugurações do costume, e quando repetir a mesma iniciativa sete ou oito vezes, que é repetida depois no serviço público de televisão e de rádio, só a partir daí é que, de facto, as pessoas vão ficar preocupadas. E só a partir daí é que o Governo Regional vai, de facto, fazer alguma coisa, porque agora é fácil.

A solução é fácil, é chutar para o Estado: chutar para o Estado a manutenção da televisão.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É uma responsabilidade do Estado, Sr. Deputado.

O Orador: Chuta-se para o Estado. Ora, o Estado está mais do que falido, como podem ver, como sabem, nas notícias. Já nem consegue pagar aos guardas da GNR! Portanto, neste momento, nem os vencimentos são pagos integralmente, vejam bem como está o Estado! É muito simples fazermos aqui, ciclicamente,

debates sobre esta questão e ninguém tem nada a dizer sobre isso a não ser, de facto, dizer uma série de enormidades sobre esta questão: “Estamos muito preocupados, estamos muito, muito, muito, muito, muito preocupados...”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é a sua posição, Sr. Deputado?

O Orador: ...com esta questão”! Sr. Deputado Aníbal Pires, se me deixar terminar a minha intervenção, eu explico-lhe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tem posição? Diga!

O Orador: O que lhe quero dizer é que há aqui uma série de intervenções absolutamente inconsequentes. Eu tenho feito alguma coisa de concreto, que é, de facto, tentar transferir, por parte da região, meios financeiros para a RTP, porque é evidente que os problemas só se resolvem...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Santa paciência, Sr. Deputado!

O Orador: ...se a RTP tiver meios e rádio. Ora, os senhores fazem este discurso, é um discurso até, às vezes, bem conseguido do ponto de vista retórico – “sim, sim, estamos muito preocupados, sim, sim, vamos tentar resolver o problema” –, mas, de facto, chutam para o Estado. Ora, o Estado é um Estado decrépito! Evidentemente que tem enormíssimas dificuldades e, nos próximos anos, a situação não vai melhorar de certeza absoluta, é evidente!

Qual é a minha solução, Sr. Deputado? O Sr. Deputado conhece-a!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois conheço, Sr. Deputado!

O Orador: É que a região assuma também...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Assuma o total da região?

O Orador: Não, mas que assuma parcialmente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, o senhor já pensou nos problemas disso?

O Orador: Porque os senhores e o Governo Regional só vão ficar verdadeiramente preocupados com esta questão quando isto não funcionar! Quando as reportagens começarem a não ser feitas! Quando a RTP começar a dizer: “Bom, não vai aí uma equipa, porque nós não temos ninguém”! Quando isso acontecer, aí, o Estado vai começar a fazer intervenções! Aí, podem ter a certeza de que o Governo Regional se vai preocupar com o assunto!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor nunca mais é convidado pela RTP, se isso acontecer!

O Orador: Mas, como as reportagens do Governo Regional são sempre as primeiras, têm sempre prioridade, enquanto isso atingir os outros, não há problema nenhum!

A questão, meus senhores, é a seguinte: a previsão que faço aqui é que, nos próximos dois, três anos, a situação vai agravar-se muitíssimo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Zanguinha, Sr. Deputado!

O Orador: Não, é só analisar os dados! A situação, do ponto de vista financeiro, a situação, do ponto de vista dos meios humanos, dos meios materiais, do ponto de vista da organização, da capacidade de resposta da RTP, é algo que irá incrementar-se. Mais do que isso, isto só terá verdadeiramente impacto porquê? Porque todos os políticos que aqui estão, dada a natureza insular do território, só existem se aparecerem na televisão! Só existem com a RTP Açores! Portanto, esta questão só se irá resolver quando os políticos desta região deixarem de aparecer no Telejornal da RTP Açores e na RDP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é o senhor, que não tem organização!

O Orador: A partir daí, então, chegarão à conclusão de que é preciso que a região faça algo e, não, pressionar o Estado, que não tem essa capacidade, nem essa vontade e que não é “pressionável” neste momento!

Este é um discurso muito realista. Eu peço desculpa, devo dizer isto com enorme realismo, mas também com muita frontalidade, porque acho que a situação só se resolve se nós, se a região assumir uma quota-parte das funções, do ponto de vista da administração da RTP Açores e do seu financiamento.

Deputada Zuraida Soares (BE): E vai votar como, Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só duas tentativas de esclarecimento àquilo que foram intervenções que me antecederam.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, queria dizer que a sua intervenção apenas me fez consolidar uma ideia de que o Bloco de Esquerda ainda não percebeu o que é a autonomia. Autonomia tem a ver, exactamente, com isto.

Deputada Zuraida Soares (BE): É coerência, tem a ver com coerência. Está a caminho.

O Orador: Eu percebo, na perspectiva de alguns partidos políticos, de alguns partidos ou blocos políticos, para os quais o que se diz em Lisboa é o que tem de se dizer aqui, do seguidismo partidário que o que se manda dizer é o que se faz...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores têm uma moral!...

O Orador: ...percebo a sua intervenção! Agora, intitular, ofensiva e gravemente, o Partido Social Democrata de hipocrisia, por defender os Açores...

Deputada Zuraida Soares (BE): Hipocrisia pura! Hipocrisia política!

O Orador: ...acima de qualquer orientação ou determinação partidária de Lisboa é, de facto, revelador do sentido de autonomia que o Bloco de Esquerda tem! Para o PSD, autonomia é pôr acima de qualquer interesse partidário, de qualquer domínio partidário, os interesses dos Açores e dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não se tem visto nos últimos tempos!

O Orador: É esse o nosso património, é essa a nossa convicção e é esse o nosso trabalho político, diariamente, em cada oportunidade que temos de representar os açorianos.

Para que não haja dúvidas sobre isso, é isto que está em causa! E o PSD orgulha-se muito, o PSD Açores orgulha-se muito, de estar aqui a defender aquilo e a tentar unir os vários partidos, relativamente a uma perspectiva de defesa dos interesses dos açorianos, enquanto outros se preocupam e ocupam a gastar o seu tempo no mero ataque partidário, em tentar encontrar contradições. A nossa preocupação e ocupação não é encontrar contradições, é encontrar motivos que unam os vários partidos, em defesa de algo que é importante para os Açores, como é o serviço público de rádio e televisão!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também devia dizer aqui, esclarecida esta questão, que a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência foi uma intervenção sem sentido. Foi uma intervenção em que faltaram sentidos, porque o senhor nem leu, nem viu o que está escrito na Resolução, nem ouviu o que eu disse. Nessa sua ânsia de fixação, que há de ter outras explicações, em que tenta pôr na minha boca coisas que eu não disse, e tenta pôr na minha cabeça coisas que o senhor nem sabe se eu penso...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Realmente, não é muito fácil perceber o que o senhor pensa!

O Orador: ...para apenas fazer o mero e mesquinho ataque político, acho que é desagradável e desnecessário!

O que está em causa é que o PSD fez um Projecto de Resolução, em cujo texto faz referência a um conjunto de fundamentos, invocando, desde logo, a importância do serviço público de rádio e televisão. Eu limitei-me a, com outras palavras, mas com o mesmo sentido político, valorizar e afirmar a importância do serviço público de rádio e televisão. Fiz isso, o Sr. Secretário veio dizer que eu vim falar de coisas que não estavam no Projecto de Resolução! O senhor, ou não ouviu o que eu disse, ou não leu o que está escrito.

Por outro lado, fiz o enquadramento legal do projecto, fiz referência à lei, fiz uma referência que me parece óbvia, necessária e adequada a este tipo de debate, tal como o Sr. Deputado do Partido Socialista também fez, mas o Sr. Secretário Regional da Presidência veio dizer que o que eu disse está mal.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas fez melhor feito!

O Orador: Fiz uma referência ao relatório da Entidade Reguladora da Comunicação Social, o senhor fez daí um alvoroço com isso, porque vim trazer coisas que não estavam em debate. O Sr. Deputado do PP também fez a mesma avaliação, mas parece que a fixação é apenas comigo e com o Grupo Parlamentar do PSD! O senhor resolva esse problema, mas, sobretudo, preocupe-se em resolver o problema dos açorianos, em contribuir para resolver o problema do serviço público...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É o que eu faço!

O Orador: ...de rádio e televisão, o que o senhor não tem feito!

Gostaria de esclarecer a questão do tempo. O tempo, infelizmente, veio dar razão ao PSD sobre esta matéria! Infelizmente, veio dar razão ao PSD! Porquê? Porque passou todo este tempo e os problemas que nos têm ocupado ao longo destes anos continuam e aumentaram!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas já fechou, a RTP Açores?

O Orador: Quem está mal é o Sr. Secretário Regional da Presidência! Quem tem um problema com o tempo é o senhor, porque o senhor, em Maio, há quase um ano, dizia: “Existem progressos assinaláveis quanto às instalações e aos recursos humanos”...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é verdade!

O Orador: ...e o problema é que passou este tempo todo e continua a haver os mesmos problemas que o senhor dizia que não existiam!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quem tem um problema com o tempo é o Sr. Secretário! Quem está contra o tempo é o Sr. Secretário! Quem não quer aprovar isto é o Sr. Secretário e o PS, mas vêm-se na contingência de aprovar. Se não querem aprovar, não aprovem! O PSD está convictamente ciente da importância de reafirmar o serviço público de rádio e televisão. E está a fazê-lo com esta convicção, com esta seriedade, porque entendemos que é essencial que se afirme aquilo sobre o que alguns têm dúvidas.

Mas, sobretudo, é importante que este Parlamento, como primeiro órgão da autonomia, afirme a necessidade de que este serviço tenha condições de prestar um trabalho de qualidade, com eficácia, que una as ilhas e em que os açorianos se sintam representados. Se o senhor acha que isto não é importante, que não faz sentido nenhum dizer isto, pronto, é a sua perspectiva política! Na perspectiva do PSD, na dimensão política que o PSD dá a esta matéria, é essencial que esta Assembleia tome esta posição política de confronto àqueles que querem pôr em causa a autonomia. Sejam eles de qualquer partido...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que sejam, porque – e termino como comecei – para o PSD Açores, acima de qualquer interesse partidário, de qualquer orientação ou tutela partidária, estão sempre e apenas os interesses dos Açores e dos açorianos!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer duas coisas.

Sr. Deputado Clélio Meneses, na realidade, a verdade dói. E o Sr. Deputado vai ter de explicar aos açorianos e açorianas como é que se defende a autonomia, defendendo e afirmando uma coisa aqui, nos Açores, e exactamente o seu contrário quando chega a Lisboa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Vai ter de lhes explicar onde é que isso é a defesa dos seus interesses, dos seus direitos e, sobretudo, da afirmação da obrigação do Estado português servir, nesta região, o mesmo tipo de serviço público de rádio e televisão que serve nas outras parcelas do território.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado, o senhor tem um problema em mãos, porque é assim: eu não sei, mas penso que o senhor não leu o conteúdo, na sua totalidade, do Projecto de Resolução do PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exactamente, mas vai votar contra.

A Oradora: O senhor vem exactamente no sentido contrário daquilo que é defendido e afirmado e, mais, que o PSD pretende que esta câmara, com a legitimidade que lhe é própria, confirme e reafirme, que é a obrigação do Estado cumprir este serviço.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Sr. Deputado vai votar contra!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O PPM vai votar contra?

A Oradora: O senhor desresponsabiliza o Estado e junta-lhe responsabilidade da região, portanto do Governo Regional, sob o pretexto de que há para aí alguém que chuta tudo para o Estado. Nós chegámos a um momento, Sr. Deputado, em que eu não sei se não é o Estado que chuta connosco, dá-me ideia que é mais isso! Não somos nós que chutamos para o Estado, é o Estado que chuta connosco.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): É mais, Sra. Deputada.

A Oradora: Agora, como o Sr. Deputado acha que não é a República que tem essa responsabilidade e obrigação, porque está a ficar pobre...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é isso.

A Oradora: ...– talvez por causa dos salários dos gestores públicos, de que a televisão também aufere – e, porque está a ficar pobre, o Governo Regional tem de dar algum contributo, o Sr. Deputado só pode votar contra este Projecto de Resolução, como é evidente, porque ele diz exactamente o contrário daquilo que o senhor defendeu e tem vindo a propor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Deputada Zuraida Soares, a questão é a seguinte:

Penso que fui claro em relação ao modelo que defendo. Fui claríssimo em relação ao modelo que defendo. O que eu defendo é uma co-administração, uma co-responsabilidade, entre o Estado e a região em relação à RTP Açores.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Vai votar a favor do Projecto de Resolução do PSD, ou não?

O Orador: Ou seja, não estou a desresponsabilizar o Estado! O Estado tem um papel importante e, evidentemente, do ponto de vista da cooperação entre a RTP a nível nacional e a RTP Açores, é essencial manter essa ligação, até do ponto de vista administrativo.

Agora, o que eu defendo, não é que o Estado esteja a ficar pobre, é que o Estado está falido! E o que acho é que, além de o Estado estar falido, há mais outra coisa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Falido, para alguns!

O Orador: Além de o Estado estar falido, a RTP e a RDP não têm meios para funcionar há muitos anos! O discurso que aqui fiz, foi no sentido de dizer que estou a ficar cansado destes discursos absolutamente inócuos, quer dizer, que não resolvem o problema! Eu gosto de resolver!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai votar contra o Projecto de Resolução do PSD, ou não?

O Orador: Oiça, a minha atitude é sempre a mesma, quando se tem de enfrentar uma questão: é enfrentar e resolver, não é estar aqui anos e anos a fazer o mesmo discurso e não ter uma solução para apresentar. A solução, que eu já tentei implementar, do ponto de vista também das alterações orçamentais, é que a região assuma uma quota-parte de responsabilidade.

Ponto número um: como vamos fazer isso, sem o Governo Regional controlar a RTP e a RDP, o que seria um enorme problema? Se fosse o Governo Regional a pagar os vencimentos, isso seria um problema tremendo! Mas o modelo que defendo é a participação da região através de representantes livremente eleitos, no Parlamento, por uma maioria de dois terços!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está inventando.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado já está todo baralhado!

O Orador: Não, eu sempre disse isto! Sempre disse isto, está no meu programa eleitoral!

A questão é a seguinte: o modelo é muito simples, é uma co-administração, uma co-responsabilidade entre o Estado e a região, para administrar a RTP Açores...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Não diga disparates, Sr. Deputado.

O Orador: ...também do ponto de vista financeiro e do ponto de vista administrativo, sendo que o Governo Regional, por motivos óbvios, não pode ter esta pastilha elástica na mão! Portanto, o que tem de acontecer, e que defendo, é que exista uma intervenção nesta área por parte da Assembleia Legislativa, sendo

que essa eleição seria obtida por uma maioria de dois terços. É isto que defendo há muitos anos. E considero que fazer aqui discursos muito indignados, que não trazem nada de novo, é só retórica e demagogia, mais nada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então vai votar contra! Não é, Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, nesta segunda intervenção, apenas para talvez clarificar um ou outro aspecto e, sobretudo, uma matéria que não ficou, ou pode não ter ficado, e que, pela reacção, parece-me que não terá ficado, suficientemente explícita na primeira intervenção. Uma coisa é reafirmar-se a utilidade, a importância e a necessidade de um serviço público de rádio e televisão na região; outra coisa é fazer-se um diagnóstico daquilo que existe. São matérias distintas, são duas formas distintas de analisar a mesma questão.

Sobre o diagnóstico, isso aqui já foi feito várias vezes, como dizia o Sr. Deputado Artur Lima, e bem, tanto ao nível dos recursos humanos, como ao nível dos equipamentos, como ao nível das infra-estruturas. Estas são todas áreas onde, apesar de ter havido alguns progressos – e eu continuo a afirmar que houve progressos –, eles têm sido, talvez, a um ritmo não compaginável com a necessidade e com a urgência. Têm sido progressos lentos, dificultados, em alguns casos, por questões puramente burocráticas; dificultados, noutros casos, por questões de opção de gestão; e dificultados, noutros casos ainda, por questões administrativas. Vamos, por exemplo, à questão das instalações.

No caso do Faial, há um protocolo firmado com a Câmara Municipal da Horta...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há quanto tempo?

O Orador: ...e a cedência de uma ex-escola para a reinstalação dos serviços. Está resolvido, do ponto de vista da existência de uma alternativa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Resolvido? Como é que está resolvido? E as obras?

O Orador: Não, desse ponto de vista está resolvido, porque já há alternativa, a cedência foi efectuada!

Deputado Luís Garcia (PSD): Há quanto tempo?

O Orador: Agora, quem tem de resolver é a empresa que beneficiou dessa cedência e que deve reinstalar os seus serviços. Aí, cumpre-nos a nós, Governo Regional, insistir, acompanhar e tentar fazer com que as coisas se façam mais depressa, mas não somos nós que gerimos a RTP! Que isso fique muito claro! Aliás, se há coisa que os senhores não querem é que sejamos nós a gerir a RTP, presumo eu, e, portanto, nós também não queremos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não querem, não!

O Orador: Desse ponto de vista, está resolvido.

Vamos ao caso de Angra, ao caso da Terceira. No caso da Terceira, já existiu uma solução, solução essa que voltou para trás, que foi abandonada, por dificuldades de entendimento entre as forças políticas no seio da Câmara de Angra.

Deputado António Ventura (PSD): Não é verdade! Não está a ser sério!

O Orador: Ah é, é! Já existe uma segunda solução, solução essa que ainda não foi aprovada por parte das forças políticas que têm assento na Câmara de Angra!

Deputado António Ventura (PSD): É mentira, o senhor seja sério!

O Orador: Portanto, não é ao Governo Regional que podem vir perguntar por que é que as instalações estão atrasadas!

Deputado António Ventura (PSD): Convém-lhe dizer isso, mas não corresponde à verdade!

O Orador: É à câmara e às forças políticas presentes na Câmara de Angra, e aos entendimentos que existem, ou não existem!

Deputado António Ventura (PSD): O senhor está a mentir!

O Orador: No caso de Ponta Delgada, no caso de São Miguel, o Governo Regional já teve oportunidade de, preocupado com a necessidade de se resolver o problema, fornecer à RTP duas soluções. Primeiro, uma, que parecia estar bem encaminhada e voltou para trás; o processo voltou para trás, por decisão da RTP. E uma segunda solução, num segundo momento. Nós temos procurado encontrar soluções e ser parte da solução! É preciso também que, do outro lado, as coisas tenham consequência e o processo se possa resolver rapidamente.

Portanto, os processos relativos a instalações não estão parados, nunca estiveram parados!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não estão? Vê-se! Vemo-los sempre aos saltos!

O Orador: Estão em andamento. Portanto, este quadro era preciso fazer-se.

Depois, equipamentos técnicos: nós temos, como sabem os senhores – presumo que sabem, porque passa nesta casa e é aqui aprovado –, anualmente no Plano uma verba de apoio ao serviço público de rádio e televisão, que é direccionada prioritariamente para reequipar tecnicamente esse serviço. Isso tem sido feito, quer na rede do parque de câmaras dos repórteres residentes; quer nos sistemas de emissão e recepção entre os vários centros na Terceira, no Faial e em São Miguel; quer no estúdio, por exemplo, principal de informação da RTP Açores, que foi completamente remodelado tecnicamente, com o nosso apoio. Portanto, isso também tem sido feito. É claro que se calhar não é suficientemente noticiado, se calhar devíamos – e aí assumo a minha quota-parte – anunciá-lo de forma mais evidente, para os senhores, depois, virem aqui e reconhecerem abertamente que isso é feito.

Também em termos de recursos humanos sabemos da situação. Há casos onde eles são escassos, e há outros casos, dentro da mesma casa, noutros locais, em que há saída de pessoal e fim de contrato e admissão de novo pessoal; portanto, há situações diversas. É claro, no cômputo geral, está o Governo Regional satisfeito com a situação presente do serviço público de rádio e televisão nos Açores? Não está! Não está e sempre disse nesta casa que não estava. Por isso é que acompanha, por isso é que procura soluções, por isso é que procura encontrar alternativas para que as coisas resultem melhor. Portanto, desse ponto de vista, penso que agora terá ficado mais claro qual a posição do Governo Regional.

Gostava também de dizer só mais uma coisa: se há governos regionais, em Portugal, que têm vocação para terem meios de comunicação social...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há dois!

O Orador: ...para gastarem cinco milhões de euros num jornal, ou para quererem mandar em televisões, esses governos regionais, ou esse governo regional, não é o Governo Regional dos Açores! Portanto, sobre essa matéria podem ficar absolutamente tranquilos, porque o Governo Regional dos Açores não quer ter jornais, não quer ter rádios e não quer ser a parte que paga a televisão dos Açores,

para os senhores poderem vir aqui dizer que o Governo Regional tenta intrometer-se na gestão da televisão dos Açores! Portanto, isso fica absolutamente claro!

Há um governo regional em Portugal que tem jornais? Há! Mas não é o Governo Regional dos Açores. Há um governo regional em Portugal que se intromete na gestão da televisão? Há! Mas não é o Governo Regional dos Açores. Portanto, esse problema não é connosco, é para resolverem internamente...

(Vozes de protesto da bancada do PSD)

O Orador: ...entre a ala nacional e as alas regionais do PSD!

Deputados Berto Messias e Hernâni Jorge (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para finalizar – e esta matéria não ficou esclarecida; ou, por outra, se ficou esclarecida, afinal não era o que eu pensava –, os senhores afinal são contra a privatização da RTP, o que é uma ótima notícia para os Açores! É que, se algum dia tivermos, a nível nacional, um governo da República do PSD...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não estamos a discutir essa matéria!

O Orador: ...se por acaso isso viesse a acontecer, então os senhores estariam do nosso lado da barricada! Ao nosso lado, de braço dado, contra o governo da República do PSD que vai querer privatizar a televisão! Porque, caso não saibam, um *eventual* governo da República do Dr. Passos Coelho vai privatizar a RTP!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sócrates está mais sólido do que nunca!

O Orador: Portanto, nessa altura é que vamos ver onde estão aqueles que defendem a autonomia...

Deputado João Costa (PSD): O senhor fala disso como quem fala do Benfica!

O Orador: ...e aqueles que não se importam de estar contra as estruturas nacionais dos partidos, na defesa dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Deputado Paulo Estêvão, uma vez que ainda não sabemos qual é o sentido de voto do PPM relativamente a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o seu?

O Orador: O meu é favorável, foi anunciado logo na minha primeira intervenção e esta é, salvo erro, a terceira intervenção sobre a matéria.

Porque daquilo de que se trata aqui – enfim, o debate tem sido interessante e é sempre importante falarmos destas questões, mas –, julgo que o mais importante é que isto é uma síntese daquela que é a posição regional, posição regional que deve ser consensual, ou deverá ser consensual. E a questão é esta, Sr. Deputado Paulo Estêvão: nós ainda não percebemos, eu pelo menos ainda não percebi, se o senhor concorda, ou não, com a parte resolutiva deste Projecto de Resolução.

Diz o seguinte: “A existência, inequívoca, de um serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores deve ser garantida pelo Estado (...), em condições de eficácia e qualidade adequadas à nossa realidade arquipelágica. O Estado deve, ainda, garantir a autonomia administrativa e financeira correspondente às necessidades e exigências de um serviço com impacto directo em nove ilhas e na afirmação dos Açores no Mundo”. É isto que nós estamos a discutir e que vamos, certamente, aprovar. E, certamente, esta síntese, que é a posição regional, teria muito mais força se fosse efectivamente consensual, o que me parece não virá a ser, porque o senhor aquilo que defende é uma intervenção regional na RTP Açores.

Presidente: Eu percebo, Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua angústia, mas também vou sossegá-lo. Tenho a esperança de que ainda hoje saberemos qual é a posição do PPM sobre esta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

O Sr. Deputado Clélio Meneses também já está inscrito.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava, naturalmente, para intervir neste debate, mas é só para dar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Presidência, relativamente a quando fez aqui alusão às forças políticas da Câmara de Angra. Portanto, vou falar pela

parte que toca ao CDS. O que nós achámos, Sr. Secretário, naquele protocolo que a RTP queria fazer com a câmara e vice-versa, foram algumas questões que eu gostaria de esclarecer.

Em primeiro lugar, o protocolo tinha cláusulas que nós consideramos inaceitáveis, democraticamente inaceitáveis! Como seja a RTP comprometer-se a divulgar a actividade do município. Do município, leia-se partido do poder; do município, leia-se presidente da câmara; e do município, leia-se o executivo camarário! Não o estou a pôr em causa. O que estou a pôr em causa é um serviço público de rádio e televisão, por causa da cedência de umas instalações, vender-se para dar notícias exclusivas dessa câmara! O que, aliás, também acontece, a pedido.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Democraticamente!

O Orador: Sr. Secretário, leia o protocolo, o que lá está. Bastava ser a pedido da câmara municipal! Nós não concordámos com isto, dissemo-lo na altura e sabe o que foi feito, Sr. Secretário? Foi pedido um parecer jurídico sobre esta matéria, para termos a certeza do que iríamos fazer. Portanto, não colocamos nenhuns entraves, desde que o protocolo seja límpido, transparente e rigoroso.

Deputado João Costa (PSD): Afinal, tinham qualquer coisa.

O Orador: Ademais, Sr. Secretário, havia outra condição, que era aquelas instalações já estarem cedidas à Santa Casa da Misericórdia, exactamente pedidas pelo Governo, para dar cursos de formação profissional, e terem as salas ocupadas, presumo que até Maio deste ano.

Deputado António Ventura (PSD): Exactamente.

O Orador: E, como a RTP queria por um prazo mais longo, porque vai fazer obras, naturalmente necessárias, de adaptação do edifício, nomeadamente a nível do som, de estúdios, etc., não poderia ser um período de cinco anos. A partir dessa altura, Sr. Secretário, nunca mais tivemos nenhum *feedback* do executivo socialista da Câmara de Angra.

Portanto, para lhe dizer que, da nossa parte...

Deputado João Costa (PSD): Má interpretação.

O Orador: ...desde que seja um protocolo transparente, rigoroso, que sirva toda a gente, que sirva a RTP e que dê condições de dignidade à RTP na Terceira, porque não tem, nós estamos prontos para colaborar.

Mas também, Sr. Secretário, estamos prontos para exigir. Exigir meios humanos para a Terceira. Como o senhor há um bocado bem referiu, há ilhas carenciadas e a Terceira é uma delas. Basta pegar na quantidade de eventos desportivos, culturais e políticos que existem na Ilha Terceira e, depois, comparar com os meios humanos que existem noutras ilhas. Aí, chegaremos facilmente à conclusão de que também é preciso acautelar meios humanos para a Terceira.

Portanto, se a Câmara de Angra, se o Governo e se a RTP quiserem sentar-se à mesa e entendermo-nos todos sobre esse conjunto de meios humanos, materiais e técnicos necessários para pôr a funcionar com a dignidade que merece o serviço público de rádio e televisão nos Açores e, concretamente, na Terceira, a nossa disponibilidade é total, Sr. Secretário. Nunca colocámos nenhum entrave, colocámos dúvidas legítimas, porque, como V. Exa. sabe, depois quem tem o acesso à RTP e aos pedidos, obviamente, não é a oposição. Naturalmente, vou inibir-me e abster-me de lhe explicar isso, porque o senhor sabe-o tão bem como eu.

Como, de resto, isso também será sempre uma solução alternativa, será sempre uma solução de mitigação, devido às deficiências de apoio do Governo da República à nossa região e à RTP Açores. Igual posição temos nós também, Sr. Secretário, relativamente aos correspondentes do Pico, de São Jorge, das Flores, que precisam de equipamento, de material, de recursos e de meios. Portanto, estamos abertos para discutir isso. Fica aqui o registo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três ou quatro notas de esclarecimento sobre algumas das questões que foram aqui referidas.

A primeira delas, para que fique claro de uma vez por todas: o PSD quer que seja aprovado, por isso propõe, um texto, que é o que está à discussão, ponto!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah, agora é só esse que está em discussão!

O Orador: Se o PS ou outros partidos não o querem aprovar, não aprovem! Mas o que o PSD quer que seja aprovado é este Projecto de Resolução, com este texto, que está em discussão! Por muito que os senhores queiram dar a volta e queiram que o PSD dissesse o que não está a dizer, o PSD diz aquilo que quer dizer e, sobretudo e mais do que tudo, aquilo que entende ser o melhor para promover o desenvolvimento dos Açores em cada uma das áreas, ponto.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Não é preciso dar mais voltas e mais cambalhotas, como o Sr. Secretário da Presidência tenta dar!

Segunda questão, Bloco de Esquerda. Acho piada a esta luta do Bloco de Esquerda, muito dirigida ao PSD, num resquício “alegrista”, que há-de ter alguma explicação...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Preocupe-se com o seu colega.

O Orador: ...de orientação partidária, que não cabe ao PSD avaliar. Mas, por exemplo, a 12 de Julho de 2010, quando esta matéria veio ao Parlamento dos Açores para parecer, a posição do Bloco de Esquerda sabe qual foi? Não se pronunciou. Está no relatório da comissão.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Sobre o quê? Este Projecto de Resolução?

O Orador: Não, o Projecto de Lei da Lei da Televisão, em que agora a senhora teve tanto enfoque em fazer referência, consultado no âmbito da CAPAT.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Mas o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não tem assento!

O Orador: Na Comissão de Assuntos Parlamentares de Ambiente e Trabalho, o Bloco de Esquerda, consultado para se pronunciar sobre esta matéria, a resposta foi: nada, não se pronunciou!

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Sr. Deputado, o BE não tem assento na CAPAT!

O Orador: Não tem assento, mas foi consultado para se pronunciar, mesmo não tendo assento.

Deputada Zuraida Soares (BE): É obrigatório?

O Orador: Não, mas não se pronunciou! Não estou a dizer que é obrigatório, estou a fazer a leitura política de não se ter pronunciado, ponto!

Deputada Zuraida Soares (BE): E quantas vezes o PSD não se pronunciou?

O Orador: Terceira questão: relativamente à questão das instalações, acho graça que a culpa é sempre dos outros! Para o Partido Socialista e para o Governo, a culpa é sempre dos outros! Na Horta, a culpa é da empresa; em Angra, a culpa é dos outros partidos; a culpa é sempre dos outros! O senhor não tem responsabilidade nenhuma em todo este processo! Mais uma vez, isto tem a leitura política que é evidente!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não disse que era dos outros.

O Orador: O senhor é que o diz, relativamente à Horta, o senhor é que disse! Mas não ficou esclarecido, a culpa é sempre dos outros!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é que tem o complexo da perseguição!

O Orador: Quarta questão, relativamente ao envolvimento, à imposição, à participação de um governo regional, no país, sobre a televisão: é muito fácil o Sr. Secretário da Presidência fazer esse discurso que faz sempre. Diz umas coisas, faz crer que é verdade, há uns risos e uns aplausos e quem não está a par das coisas até, se calhar, acredita. O senhor faltou à verdade e eu vou esclarecer!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Em quê?

O Orador: Há um governo regional em Portugal que tem um tratamento acima dos valores de referência? Há! É o Governo Regional dos Açores. E quem o está a dizer não sou eu, é o relatório da Entidade Reguladora da Comunicação Social! Por isso é, no mínimo, feio...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é de sábia mente!

Deputado Francisco César (PS): Estava a correr tão bem, Sr. Deputado!

O Orador: ...o senhor vir aqui atirar para a Madeira aquilo que sente ser a sua responsabilidade! É, no mínimo, feio e inadmissível politicamente!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, vou ler, vou citar o que está previsto no relatório da ERCS: “Os valores relativos à presença do Governo Regional dos Açores, em conjunto com o PS Açores, encontram-se acima dos definidos para os valores referência a este nível, mais quinze pontos percentuais. Os valores relativos à presença da oposição parlamentar, em conjunto, estão abaixo daqueles definidos para os valores referência. Os valores relativos à presença do PSD Açores encontram-se abaixo dos definidos para os valores referência, menos cerca de dezanove pontos percentuais”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia o do CDS também!

O Orador: E a Madeira? Vou citar: “Em termos genéricos”...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem já não fala da resolução é o Sr. Deputado!

O Orador: Calma, os senhores tenham calma!

...“os valores obtidos pelo Governo Regional da Madeira e PSD Madeira, em conjunto, aproximam-se dos valores referência atribuídos”.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem já não concorda com a resolução é o senhor, que não fala dela!

O Orador: Por outro lado, permitam-me que continue. Sr. Presidente, permite-me que continue?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Estou apenas a responder à falsidade, à ilusão e à mentira do Sr. Secretário da Presidência, e a responder com factos objectivos!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a resolução do PSD?

O Orador: A resolução é o que o PSD trouxe aqui e o PS, porque não quer votar favoravelmente, ainda a inventar situações. Mas, mais grave do que tudo isso, inventa situações fugindo à verdade. E eu estou aqui, acima de tudo, em respeito

pela verdade, no respeito institucional que este órgão deve ter pela verdade e pela verdade política!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): E o que é a verdade política? Diga lá!

O Orador: E continuo, por muito que os senhores não queiram. Enquanto que, nos Açores, o que o relatório diz é que o Governo está sempre acima dos valores referência e a oposição está sempre abaixo do valor referência, na Madeira, o que diz uma entidade independente, como é a Entidade Reguladora da Comunicação Social, é que os valores do Governo e do PS estão nos valores médios de referência.

Concluo, dizendo: relativamente à Madeira, os valores obtidos pelos partidos políticos da oposição parlamentar encontram-se ligeiramente acima dos valores de referência atribuídos pela Entidade Reguladora! É essa a diferença! Na Madeira, a oposição tem melhor tratamento do que o Governo pela RTP! Nos Açores, é exactamente o contrário, porque os valores de referência referidos por esta entidade são exactamente estes! São dados objectivos!

(Risos de deputados da bancada do PS)

Deputado Francisco César (PS): Já lá vamos.

O Orador: Por muito que os senhores não queiram, são dados objectivos!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor acredita nisso que está a dizer? O senhor acha que há democracia na Madeira?

Deputado António Marinho (PSD): A ERCS acha que sim! **Orador:** Eu tenho honra na verdade! O que me preocupa é a verdade, documentos oficiais! Mas os senhores, o Partido Socialista e o Sr. Secretário da Presidência, que é especialista...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor acha que há democracia na Madeira?

Deputado António Marinho (PSD): A ERCS acha que sim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor.

O Orador: Vou concluir, Sr. Presidente.

Presidente: Também é bom que conclua, porque o PSD terminou o seu tempo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Mas, como percebe, foi difícil concluir, com os apartes e intervenções que foram aqui referidos.

Para terminar, só para dizer que o que é certo é isto, são dados oficiais. Mas o Partido Socialista, quando não gosta da verdade, inventa e faz aquilo que o Sr. Secretário da Presidência em aparte disse: “Eu quero lá saber o que é que a ERCS diz”! Quando não diz o que os senhores querem, os senhores dizem: “Quero lá saber”! É essa a vossa posição de respeito institucional...

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...pelas pessoas e, sobretudo, pela verdade! Para nós, a verdade é esta que está aqui em dados objectivos.

Terminando, o respeito que o Partido Socialista e o Governo têm para com a comunicação social e para com os jornalistas da RTP Açores está, por exemplo, plasmado para o resto da história da comunicação social nos Açores: quando incomodados, expulsaram o jornalista da RTP numa conferência de imprensa! É este, claramente, mais um exemplo do respeito que os senhores têm, quando não controlam, quando não dominam, porque é essa sempre a vossa vontade!

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Na Madeira é que há liberdade de expressão.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

O Sr. Deputado Clélio Meneses insiste em não debater o Projecto de Resolução de que é um dos subscritores e insiste em querer falar do relatório do pluralismo político-partidário da Entidade Reguladora da Comunicação Social.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só respondi ao Sr. Secretário!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, eu disse na minha primeira intervenção e vou reiterar agora, porque já foi há algum tempo que falei, que o Partido Socialista tem todo o gosto em debater essas questões, neste Parlamento e em qualquer sede.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem não quer debater é o Sr. Secretário!

O Orador: Aliás, registo novamente que foi o Partido Socialista que promoveu a vinda à região e à comissão parlamentar competente do Conselho Regulador da ERCS, para apreciar esse relatório.

Deputado Berto Messias (PS): Exactamente!

Deputado João Costa (PSD): Nós bem sabemos como tratam a ERCS nos Açores!

O Orador: Quero dizer também que esse relatório permite tirar as mais diversas conclusões. Permite concluir, por exemplo, que o PSD Açores alcançou o maior número de presenças na informação não diária, com 32,1%, a grande distância do Governo, com 4 presenças, do CDS e do PS, que representam 10,7% dessa representação. Permite concluir que o PSD esteve presente em 32 peças, enquanto o PS esteve presente apenas em 30: mais duas do que o PS.

Deputado Berto Messias (PS): Está ali!

Deputado Rui Ramos (PSD): E o tempo?

O Orador: Exactamente! Vou responder-lhe, Sr. Deputado! Olhe, adivinhou do que eu ia falar já a seguir!

Deputado António Marinho (PSD): E o PS e o Governo?

Deputado João Costa (PSD): Isso é que é falsear a verdade!

O Orador: Já quanto à duração das peças entre os dois partidos, o PSD liderou na análise da ERCS, com uma hora e dez minutos, enquanto o PS teve uma hora e dois minutos!

Deputado João Costa (PSD): PS, Sr. Deputado? PS mais Governo! Junte o Governo!

O Orador: É o que é, Sr. Deputado! Uma hora e dois minutos.

(Vozes de protesto da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, estes são os números do relatório da ERCS, que não consideram, nem contam, a presença e a participação dos presidentes de câmara, designadamente da líder do PSD que, enquanto representa a Câmara Municipal de Ponta Delgada, a inaugurar isto, a inaugurar aquilo...

Deputado João Costa (PSD): E o Presidente da Câmara da Horta? E o Presidente da Câmara da Graciosa? E a Presidente da Câmara de Angra?

O Orador: ...e aqueloutro, não conta para os números do PSD, não conta para os resultados do PSD!

Deputado António Marinho (PSD): Conte o que disse a ERCS, na audição em que foi ouvida pela CAPAT.

O Orador: Pois é, Srs. Deputados, há parte da verdade que incomoda! E é esta que, não neste momento e nesta sede, nós pretendemos debater, mas que na oportunidade havemos de trazer à colação, debater e confrontar todos os números com os senhores, relativamente ao pluralismo político-partidário na RTP Açores, em que é absurdo, então, nas comparações...

Deputado António Marinho (PSD): Então por que é que ainda não saiu o relatório da audição da ERCS?

O Orador: ...que os senhores fazem com a Madeira. Como dizia há pouco o Sr. Secretário da Presidência, ninguém acredita que os Açores, comparados com a Madeira em matéria de pluralismo político-partidário, possam ser postos nos termos em que os senhores põem. Era o que faltava, exactamente!

Retomando a questão do Projecto de Resolução do PSD – já que o PSD não fala dela, fala o Bloco de Esquerda, falamos nós agora, já falámos na nossa primeira intervenção –, queria dizer que é com agrado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já agora, nós também já falámos!

O Orador: ...– o CDS/PP também – que o Partido Socialista vê surgir um grande consenso, um largo consenso, em torno destes princípios fundamentais, relativamente ao serviço público de rádio e televisão nos Açores! Mas isto é assim hoje! E é assim, hoje, porque o Partido Socialista e o Governo Regional foram persistentes no trilhar deste caminho!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Conseguiram trazer a oposição, designadamente o PSD, para o nosso lado!

(Vozes de protesto da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Ouçam, ouçam!

O Orador: E mostrar a razão dos nossos argumentos!

Srs. Deputados, em 10 de Julho de 2003...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Francamente, Sr. Deputado Hernâni Jorge!

O Orador: ...a CAPAT dava um parecer negativo à nova Lei da Televisão, na altura numerada com o número 66/IX, que desenvolvia as opções para o audiovisual de 2002 e que dizia: “A autonomização dos centros regionais dos Açores e da Madeira far-se-á através da criação de empresas regionais de televisão, cujo capital será participado pelos governos regionais, pela empresa *holding* do sector audiovisual do Estado e por entidades públicas e privadas. O financiamento do que seja obrigatório por parte do serviço público de televisão nos operadores regionais será assegurado por meios financeiros, suportados inicialmente a 50% pelo Estado, a ser reduzido progressivamente, em função do quadro accionista”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: A CAPAT, na altura, deu parecer negativo, porque entendia que a filosofia e os princípios subjacentes a estes princípios punham em causa o serviço público de rádio e televisão! Como votou o PSD? Contra, porque estava a favor da privatização do serviço público de rádio e televisão nos Açores!

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nunca tive medo.

Deputado José San-Bento (PS): Ui! Logo o senhor!

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Inscrevi-me para responder ao repto do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos finalmente saber qual é a posição do Sr. Deputado!

O Orador: Vou responder-lhe, eu sou um democrata. O Partido Comunista nunca faria isto que eu vou fazer, o Partido Comunista esconde sempre a sua votação até ao fim.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual é a posição do Sr. Deputado?

O Orador: Mas o PPM, como partido democrático que é, não tem problema nenhum em, embora não esteja obrigado do ponto de vista regimental a fazê-lo, responder para satisfazer a sua curiosidade, Sr. Deputado.

Eu percebo por que é que o Sr. Deputado e a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda ficaram preocupados. Os senhores desculpem que vos diga isto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós queremos consenso!

O Orador: Oiçam! Oiçam isto que vos vou dizer.

Os senhores são especialistas em fazer aqui o número da vitimização em relação às questões da RTP. Mostram-se sempre muito preocupados, estão sempre na linha da frente em relação às preocupações. Resultados concretos da vossa intervenção?

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o senhor tem a solução!

O Orador: Zero! A verdade é essa: zero! Resultados concretos da intervenção do Bloco de Esquerda e do PCP, ainda por cima, dois partidos com representação na Assembleia da República!

O que vos posso garantir, Srs. Deputados, é que o PPM, quando passar...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a responder a quem?

O Orador: Aos dois.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah, é a todos...

O Orador: É, estou a responder à extrema-esquerda em conjunto.

Portanto, o que vos quero dizer é que o Partido Popular Monárquico, quando estiver, a partir do final deste ano, representado na Assembleia da República, apresentará lá uma proposta que irá reflectir a posição que aqui assumi! Posso dizer-vos que tenho a certeza absoluta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que é? Qual é a sua posição?

O Orador: ...que a comissão política nacional a que presido está de acordo com a posição que o PPM Açores tem em relação a esta questão! Existe uniformidade e existe um interesse recíproco.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os líderes estão de acordo.

O Orador: Portanto, nesse sentido, é óbvio que eu vou responder e não vou fazer o número que o Sr. Deputado aqui faz, essa preocupação tremenda, que se traduz depois em zero, do ponto de vista de resultados práticos!

A minha votação, a votação do PPM, evidentemente não será uma posição favorável, Sr. Deputado,

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lamento, Sr. Deputado! Se falasse com os funcionários da RTP, não tinha essa posição!

O Orador: Se defendo um modelo diferente, é evidente que não me vou deixar condicionar! E, se é preciso uma pedrada no charco, do ponto de vista político, para dizer que precisamos de fazer qualquer coisa diferente, pois o PPM, com toda a coragem, com toda a lisura, não tem problema nenhum em dizer: nós fazemos e assumimos!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É assim mesmo.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o PCP, ao longo destes anos de legislatura, tem sido conseqüente na sua intervenção e tem tido conseqüência a nossa participação, intervenção e iniciativa parlamentar. De facto, a sua é que é zero! Zero, Sr. Deputado!

E o senhor, se falasse com os trabalhadores e com os quadros da RTP, não tinha essa posição. O seu problema, Sr. Deputado, é que o senhor não fala com as pessoas, o senhor não anda aí a inteirar-se dos problemas desta região!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ele, andar, anda; não anda é a falar...

O Orador: Porque, se o senhor falasse, se falasse com os trabalhadores da RTP, percebia que aquilo que eles querem é exactamente isto que aqui está! Não querem outra coisa. Mas o senhor, como não tem tempo para falar com as pessoas e está à espera da iluminação do Espírito Santo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não meta o Espírito Santo nisso!

O Orador: ...tem depois estas posições, enfim, como esta que o senhor está a ter, que é lamentável!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O incómodo do PC continua. Eu não me senti ofendido com essa expressão de zero, porque a fiz em primeiro lugar. Disse-lhe que, do PCP, os efeitos práticos são zero.

Depois, Sr. Deputado, eu falo com as pessoas. Falo, mais do que o Sr. Deputado, com as pessoas. Agora, o Sr. Deputado é que está aqui a representar uma opinião dos trabalhadores da RTP que eu sei, à partida, que não corresponde à realidade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá perguntar-lhes!

O Orador: Ou seja, o Sr. Deputado, nas conversas que tem com os trabalhadores, o que diz é que está preocupado, com certeza, com a situação. Mas, depois, o seu esforço prático não se concretiza! O senhor tem um instrumento, tem a Assembleia da República, tem...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os senhores são os dois amigos dos trabalhadores da RTP.

O Orador: ...de facto, um instrumento. Agora, o que lhe estou a tentar transmitir, Sr. Deputado, é que o senhor já está aí há quase dois anos e meio, a discussão é sempre a mesma e os resultados concretos são zero! É isto que eu considero inadmissível! Quer dizer, as pessoas ouvem este discurso e é um deserto total! Toda a gente está preocupada, ainda por cima, como sabem...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Zero total é a posição do Sr. Deputado!

O Orador: ...as nossas vozes não passam aqui do hemiciclo, não chegam a nível nacional. O Estado e a Assembleia da República não nos ouvem.

Deputado João Costa (*PSD*): Isto hoje não está a correr nada bem.

O Orador: Os Açores são notícia de mês a mês, quando acontece uma catástrofe, porque, senão, ninguém sabe nada dos Açores! Ou, então, quando aparece uma polémicazinha...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Leia o último boletim do Diário Económico!

O Orador: ...que é necessário aproveitar para a conjuntura nacional, os Açores são notícia. De resto, os Açores não existem! Portanto, estes discursos que estamos aqui a fazer, esta boa vontade, este discursozinho miudinho, não têm efeitos práticos! É contra isto, contra este estado de coisas, que estou!

Já apresentei e já lhe disse qual é a minha solução. Já lhe garanti que, ainda nesta Legislatura, ainda este ano, o Partido Popular Monárquico, se tiver oportunidade disso, apresentará uma proposta...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Até que enfim!

O Orador: ...na Assembleia da República, para definir esta situação.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É lamentável o que vai acontecer agora, lamentável!

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, não temos mais inscrições. Vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer junto do Grupo Parlamentar do PSD que a forma como eu interpreto o anexo ao relatório é que as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, que já foram subscritas em comissão e que já foram

subscritas pelo Grupo Parlamentar, são a proposta de substituição integral. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, votaremos apenas essa proposta de substituição integral que consta do anexo ao relatório da CAPAT.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa, então, é lamentável!

Presidente: Sr. Deputado, não fale durante as votações, se faz favor!

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: É que há mínimos! Eu acho que há mínimos, não é?

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa agenda, “**Conta de gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2009**”, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Creio não haver intervenções. Assim sendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer, Sras. e Srs. Deputados, um intervalo de meia hora. Regressamos às 17 horas e 40 minutos. Até logo.

(Eram 17 horas e 08 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 47 minutos)

Vamos começar com o ponto 4 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010 – “Cria o Parque Natural de São Jorge”**. A grelha de tempos acordada em conferência de líderes foi a habitual: 25, 19, 13, 11, 10, 10.

Para apresentar a Proposta de Decreto Legislativo Regional, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional cuja discussão agora iniciamos visa dar continuação à estruturação da rede de parques naturais dos Açores. Neste momento, estão em funcionamento seis parques; este é, portanto, o sétimo que é aqui apresentado. Basicamente, segue a mesma lógica, a lógica da criação de uma estrutura única em cada uma das ilhas, agregando a essa estrutura, ou incluindo nessa estrutura, todas as áreas protegidas já existentes, quer aquelas que foram criadas no âmbito da Rede Natura 2000 ou de outros instrumentos de protecção da natureza, geridos pela Secretaria do Ambiente; quer aquelas que foram criadas no âmbito do sistema dos serviços florestais, no âmbito da gestão das áreas florestais; incluindo aqui também aqueles parques, aquelas áreas protegidas que foram criadas no âmbito florestal.

Portanto, é um documento agregador, em que se incluem todas as áreas já existentes, em que se tenta dar uma lógica e uma coerência de *continuum* natural, ou seja, criando zonas que são, por um lado, mais extensas e, por outro lado, coordenadas de forma a criar corredores de protecção da natureza, que abrangem as zonas com maior interesse, quer do ponto de vista da biodiversidade, quer do ponto de vista da paisagem e dos acidentes naturais da própria ilha, criando uma estrutura que tem representatividade no que diz respeito às áreas de maior altitude, particularmente em torno do Pico da Esperança e na zona central da ilha; em relação às fajãs, em particular as fajãs da costa norte; em relação às zonas de elevado interesse geológico, como é o caso da Ponta dos Rosais e do Ilhéu do Topo; e áreas com particular interesse para a conservação das aves, particularmente no que diz respeito às falésias costeiras e também ao Ilhéu do Topo.

Também aqui se inclui uma área que tem uma especificidade única no arquipélago. Refiro-me concretamente às zonas lagunares de São Jorge, na Fajã dos Cubres e na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, que são ecossistemas únicos nos Açores. O caso do Santo Cristo tem, para além disso, ainda a presença de uma população, que é explorada, de amêijoas, que também é única na região. Portanto, o parque tenta coordenar todas estas áreas, criando uma estrutura coerente de conservação da natureza.

Incluída no próprio parque – e na sequência, aliás, daquele que é o compromisso eleitoral do Partido Socialista em relação a São Jorge e que já foi por várias vezes referido nas visitas estatutárias do Governo nestes dois últimos anos – é também integrada a gestão daquilo que será o ecomuseu da Ilha de São Jorge, uma proposta que entretanto foi apresentada e que esclarece aquilo que sempre foi uma intenção do Governo, que fica aqui explícita. E também se criam condições para que, em conjunto com o próprio parque, se faça a gestão de um conjunto de outras infra-estruturas que têm interesse para a conservação da natureza e, também, na área cultural, fazendo aqui uma simbiose entre aquilo que é a conservação da natureza e o que é a conservação de estruturas com interesse cultural.

Outro aspecto que também merece ser ressaltado nesta Proposta é que ela visou coordenar, ou conciliar, aquilo que são os objectivos da conservação da natureza com os objectivos, também, de crescimento económico e de boa utilização do território. É preciso não esquecer que o Parque de São Jorge, como aliás os restantes parques dos Açores, é um parque que tem gente dentro. Há terrenos lá dentro e, inclusivamente, no caso das fajãs, há pessoas que lá vivem e que têm lá as suas casas. Obviamente, é preciso criar condições de flexibilidade na gestão e criar condições de conciliação entre aquilo que é o objectivo central do parque, a conservação da natureza, e aquilo que são objectivos perfeitamente legítimos de potenciar o desenvolvimento económico, de potenciar a qualidade de vida e de potenciar uma sã fruição daqueles espaços naturais.

É com essa lógica que foi construído este diploma, conciliando a conservação da natureza com o desenvolvimento económico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Vamos avançar, então, iniciando o debate.

Sr. Deputado Mark Marques, tem a palavra.

***Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa primeira intervenção sobre este assunto, queria referir que o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente, na generalidade e não só, porque subscreveu também as propostas de alteração deste diploma, e quer congratular-se com este documento que é hoje aqui apresentado.

Sobre aquilo que o Sr. Secretário referiu, sobre a congregação das várias reservas, eu queria de facto destacar aquela que o Sr. Secretário destacou por último, que tem a ver com a criação do ecomuseu. O ecomuseu é um assunto que já vem de há cinco anos a esta parte. Se é verdade que fez parte da vossa campanha eleitoral, é verdade; mas também não é menos verdade – e isso é ainda mais importante – que emergiu, não de partidos políticos, mas da sociedade. Foram, salvo erro aqui nas minhas notas, cerca de dez instituições de solidariedade, de ambiente e de amigos desta e daquela fajã. Acho que é aí que temos de nos congratular, porque ao fim destes cinco anos o Governo acolheu. Embora depois possam dizer que também cumpriu a sua promessa eleitoral, o mais importante aqui não é quem conseguiu, o mais importante é o momento de hoje.

Havia sempre um grande problema em discussão, sobre a constituição do ecomuseu e quem seria a entidade financiadora. Quero aqui referir que o Sr. Secretário do Ambiente na área da educação era sempre intitulado como sendo – passe a expressão, que não é para ofender, portanto não peça a defesa da honra a seguir – um pouco teimoso, mas eu quero deixar aqui o meu testemunho sobre esta matéria. Dele, enquanto deputado eleito por São Jorge, tive sempre toda a abertura. Se calhar, alguém vai estranhar eu dizer isto, mas a verdade tem de ser dita aqui.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Mas isso é outra atitude!

O Orador: Sobre este assunto, teve toda a abertura.

É verdade que nós somos um pouco, também, como São Tomé, não acreditamos, às vezes, sem ver, mas também somos pessoas de boa fé. Por conseguinte, entendemos que este ecomuseu é agora plasmado neste diploma de uma forma muito destacada, desde logo pela importância que tem. Como o Faial tem o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, como o Pico tem a Paisagem Protegida da Vinha do Pico, acho que São Jorge tem a questão do ecomuseu. E quero deixar aqui o nome de alguém que, de facto, muito trabalhou nisso, o professor Eduardo Guimarães, que dedicou muito tempo a este trabalho. Portanto, tudo o que há feito sobre o ecomuseu, que é integrado agora neste parque natural, é um trabalho muito importante.

Nesta primeira intervenção, sobre este assunto, era o que eu queria relatar, congratular-me com isso e acho que os jorgenses irão ficar a ganhar com este ecomuseu. Sobre as propostas de alteração, pois, na especialidade aparecerão aqui e iremos pronunciar-nos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vê esta Proposta como muito bem vinda.

As alterações que vamos propor na especialidade têm como objectivo limitar algumas das intervenções humanas nas áreas a proteger. Baseámo-nos nos objectivos consignados nas recomendações do IUCN, a União Internacional para a Conservação da Natureza. Portanto, em concordância com as diferentes categorias que estão consignadas neste documento, nós iremos fazer, então, propostas de alteração que entendemos que melhoram este diploma, no sentido de uma melhor conservação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve esta Proposta e vai apresentar, também, alterações, algumas já apresentadas em comissão e vamos apresentar uma nova alteração. De qualquer forma, gostaria de me congratular com a apresentação deste diploma.

Vem esclarecer uma série de questões que às vezes são difíceis em São Jorge, para quem vive – não só em São Jorge, como em outras ilhas – e sabe a diversidade que existe de legislação sobre classificação de diferentes zonas. Este documento vem, no fundo, resumir todas as matérias num só diploma, o que vai ajudar a gerir melhor as áreas protegidas de São Jorge, as nossas riquezas culturais, paisagísticas e naturais, que são muitas. É realmente um diploma que esteve à discussão pública, foram ouvidos os jorgenses, houve uma participação elevada e penso que é extremamente positivo para o futuro da gestão da conservação da natureza na Ilha de São Jorge.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP entende ser este um diploma positivo e inevitável. No entanto, este mereceu a nossa preocupação e o cabal esclarecimento por parte do Sr. Secretário, no âmbito da audição da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, bem como através de algumas propostas de alteração, que apresentámos em tempo oportuno.

Fomos interventivos e colocámos questões ao Sr. Secretário, de forma a esclarecer algumas dúvidas, como foi o caso da salvaguarda e das condicionantes estabelecidas às explorações agrícolas; das condicionantes estabelecidas em relação à possibilidade da pesca submarina; da possibilidade de edificação na Fajã das Almas; bem como o porquê da exclusão, da zona protegida, da pedreira a sudoeste do aeroporto de São Jorge.

Apresentámos, como frisei, algumas propostas em sede de comissão, como foi o caso da inclusão do ecomuseu neste diploma. Sendo este um projecto, como aqui já foi hoje frisado por outros partidos, de grande importância para São Jorge, quer em termos sociais, culturais, históricos, paisagísticos, bem como em termos de

património e, sobretudo, em termos económicos, esperamos que não seja só e apenas porque apresentámos uma proposta de alteração que o Sr. Secretário aceitou de bom grado e foi integrada no diploma; mas que este, sim, seja desenvolvido e que lhe seja dado o devido tratamento, que merece e que não tem tido por parte do Governo Regional, nem do Partido Socialista, até aos dias de hoje.

Temos de dizer aquilo que aqui já frisámos em relação a todas as mais valias que tem este projecto. Sendo, no nosso entender, um dos projectos mais ambiciosos, se não o mais ambicioso de sempre em termos económicos para a Ilha de São Jorge, foi reconhecido em diversas intervenções dos governantes da região, nomeadamente pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e pela Sra. Secretária com a tutela do ambiente na anterior Legislatura. Bem como sendo este um compromisso do Partido Socialista, no seu manifesto eleitoral, nas regionais de 2008 que, ao que parece, estava uma vez mais a esquecer-se que tinha sido um compromisso do Partido Socialista em Julho passado, em Julho de 2010, numa visita à Ilha de São Jorge do então Sr. Director Regional do Ambiente, em que se comprometeu com as associações de São Jorge que estão a integrar este projecto que este seria incluído no âmbito deste diploma. O facto é que o diploma não continha a inclusão do ecomuseu. O facto é que ele tinha sido esquecido e foi lembrado. Foi pelo CDS, poderia ter sido por outro qualquer.

Facto é que – o Sr. Deputado Rogério Veiros está a abanar a cabeça, mas quero dizer-lhe – as propostas apresentadas em sede de comissão, e em primeiro, foram pelo CDS/PP, com a inclusão do ecomuseu. O senhor estava a dar à cabeça, parecia que não era verdade, porque tudo o que o Deputado Luís Silveira diz, na sua boca, é mentira. Mas vamos discutir durante este Plenário, ainda em relação a esse assunto, algumas matérias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É uma questão a estudar.

O Orador: De maneira que aquilo que aqui deixamos é, de facto, saudar o Partido Socialista e o Sr. Secretário do Ambiente pela inclusão do projecto do ecomuseu no diploma, mas pedir que tenham a atenção devida para o projecto em si e que lhe seja dado o devido encaminhamento e o devido valor, que tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, na sequência das intervenções que acabámos de ouvir, para também reforçar aquilo que, da parte do Governo Regional, é o empenho e o interesse em que o ecomuseu seja um sucesso.

De facto, o ecomuseu é um projecto que nasce da sociedade civil jorgense. É um projecto que tem muito daquilo que foi o empenho e daquela que é a vontade do professor Eduardo Guimarães, a quem também eu aqui saúdo porque, de facto, deu um contributo extremamente importante na elaboração desta ideia e, inclusivamente, na maturação daquilo que ele deve ser. É um projecto que o Governo Regional tem como objectivo e como compromisso lançar ao longo desta Legislatura.

De facto, na proposta inicial não estava incluído o ecomuseu no diploma. Não estava, não porque estivesse esquecido, mas sim porque se entendeu que essa era uma questão de natureza orgânica e que as questões de natureza orgânica são estabelecidas, regulamentadas, pelo Governo. Contudo, quando o Sr. Deputado levantou essa questão, obviamente que ela veio ao encontro daquela que é a vontade do Governo, e nada impede que uma questão dessa natureza seja aqui apontada. Portanto, apenas contribuiu para a clarificação daquilo que era uma intenção, como aliás, se bem me lembro, face a uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Mark Marques na penúltima visita estatutária, foi a resposta que na altura foi dada. Portanto, estamos a cumprir aquele que é o nosso compromisso. Mas o que importa é que as coisas se façam e não tanto em relação à autoria, até porque neste caso a autoria da ideia é de alguém que não está aqui e que não é nenhum partido político.

Em relação às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado José Cascalho, é importante dizer que, da parte do Governo, nós queremos criar uma estrutura que seja uma estrutura de conservação da natureza e que cumpra esse objectivo. Contudo, é preciso não esquecer que em São Jorge há actividade económica, vivem pessoas e a Ilha de São Jorge tem de conciliar, no seu território, aquilo que é a

conservação da natureza com aquilo que são as actividades económicas. E um parque natural tem de ter estruturas suficientemente flexíveis para que a sua gestão possa acomodar estas duas vertentes. É por isso que há um director do parque natural, porque, se o parque natural fosse um conjunto de estruturas rígidas, escusávamos de ter um dirigente, tínhamos uma lei e bastava alguém que fiscalizasse o seu cumprimento. Portanto, não era preciso existir um parque natural, nem era preciso existir órgãos que tomassem decisões face àquilo que é a evolução do território.

Estas questões, a questão da conciliação entre a conservação e o desenvolvimento económico, são extremamente importantes. Só pode haver conservação da natureza se houver uma estrutura económica que gere os recursos necessários para isso. Se calhar, é por causa disso que estamos, enfim, no início do século XXI e só agora é que, na nossa região, estamos a pôr de pé estas estruturas que, em zonas mais desenvolvidas, surgiram mais cedo. Exactamente porque a conservação da natureza tem os seus custos e tem de ter, por detrás dela, uma actividade económica que a suporte. É fundamental que estes parques naturais que agora estão a ser criados, quer na sua vertente em terra, quer na sua vertente no mar, portanto, na zona costeira, não se transformem em entraves a actividades que são perfeitamente lícitas e perfeitamente conciliáveis com os objectivos de conservação que o diploma tem e que são, no fim de contas, a razão de ser da criação do parque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera esta iniciativa de grande importância. Ela é agregadora e fundamental para os objectivos que persegue.

No entanto, temos algumas reservas relativamente ao modelo de gestão, particularmente no que concerne, digamos, ao pouco ou nenhum envolvimento das populações nos processos decisórios. Essas reservas estão, de alguma forma, ainda que limitadamente, traduzidas nas propostas de alteração que fazemos na especialidade.

Para já, a posição da Representação Parlamentar do PCP vai ser de abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Orgulho-me de presidir a um partido que fundou o discurso ecológico e ambientalista em Portugal.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): No tempo de D. Afonso Henriques!

O Orador: Essa é uma matriz do partido e é uma matriz que, na década de 70, quando começámos...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não foram os Verdes, Sr. Deputado! Os Verdes apareceram muito mais tarde.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não disse nada disso, Sr. Deputado.

O Orador: Foi o Partido Popular Monárquico que teve a oportunidade de integrar o discurso ecológico e ambientalista em Portugal. Isso significou, apesar das incompreensões das décadas de 70 e 80, um enriquecimento muito importante para o discurso político em Portugal. Por isso, tendo em conta aquelas que são as nossas preocupações e a nossa matriz ideológica...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Cruz Vermelha.

O Orador: ... e programática, o Partido Popular Monárquico vê sempre com muita simpatia a criação de zonas de protecção e de valorização da natureza.

Tenho ainda uma outra preocupação, que é perceber o impacto financeiro que a criação de novas estruturas tem para a região e, também, para o país. Essa é uma preocupação que, neste momento, dada a situação financeira em que vivemos, devemos sempre aquilatar. Ou seja, há uma decisão, nós estamos a favor desta decisão, mas gostamos também de ter uma perspectiva do conjunto de despesas que significam determinados investimentos. Nesse sentido, Sr. Secretário, a

questão que lhe coloco é a seguinte: se me sabe dizer qual será a dotação anual prevista para a gestão deste parque natural.

A segunda questão tem a ver com o conjunto de pessoas que estarão afectas a este serviço. Portanto, se tem uma ideia da dimensão do pessoal que será necessário e se esse pessoal é transferido dos serviços de ambiente de ilha, ou se será necessário proceder à contratualização dos mesmos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando por uma questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, sobre o envolvimento da população na gestão, eu chamava a atenção do Sr. Deputado e dos Srs. Deputados para o artigo 29.º da Proposta, no qual é criado um conselho consultivo no qual estão presentes as mais diversas entidades na ilha, começando logo por todas as associações, um representante de cada uma das associações que tenham a ver com esta temática. Portanto, é um conselho extremamente abrangente, basta dizer que vai até à alínea i) e, em alguns casos, cada uma destas alíneas não corresponde a uma entidade, mas a várias, a um conjunto de entidades. Tentou-se chamar para este conselho todas as forças vivas da ilha, todos aqueles que, através da actividade económica – seja nas pescas, seja na agricultura – ou na área da conservação da natureza e do ambiente, têm um interesse na gestão do parque e na gestão do território da ilha. Portanto, creio que está salvaguardada essa participação pública e, particularmente, a participação da população local nesta matéria, através das suas associações.

Quanto às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, começaria pelo fim, dizendo que a gestão do Parque Natural de São Jorge, como aliás está a acontecer com os parques já existentes, é integrada com os serviços de ilha, não há uma separação entre uma coisa e outra. O director do parque natural é, naturalmente, o director do serviço da ilha. Portanto, basicamente, nós temos um serviço único, que faz a gestão do parque e que serve de presença, na ilha, do parque natural.

Quanto ao pessoal, o pessoal é aquele que já existe, com excepção dos vigilantes da natureza. Neste momento, está a decorrer um concurso para vigilantes da natureza, que colocará mais dois vigilantes na Ilha de São Jorge. Portanto, passaremos de uma unidade para três, nos próximos meses, exactamente em antecipação da entrada em funcionamento do parque, de modo a que possamos cobrir melhor, do ponto de vista da vigilância, o território da Ilha de São Jorge.

Essa é a única adição que está prevista, em termos de pessoal, àquele que é o pessoal que existe em São Jorge. Até porque em São Jorge, para além daquilo que é o serviço de ilha, havia uma ecoteca, que tinha pessoal que foi incorporado nos quadros da empresa regional, da Azorina S.A., empresa que também tem funções de gestão nos parques naturais. Esse pessoal, que antes trabalhava sob a égide dos Montanheiros, já foi transferido para essa entidade. Portanto, em São Jorge, nesta altura, temos um quadro adequado do ponto de vista do pessoal, com excepção dos vigilantes da natureza. E, nessa área, estamos a suprir essa necessidade, por um concurso que está a decorrer e que está a seguir o seu normal desenvolvimento.

Quanto a recursos financeiros, o Parque Natural de São Jorge não terá um orçamento próprio. Será, sim, gerido no conjunto das verbas para a conservação da natureza, que são em cada ano aprovadas, por esta câmara, no âmbito do Plano. E beneficiará também da actividade da empresa que tem essas funções e que faz a gestão dessas verbas, mas participará das verbas que forem aprovadas por esta câmara, em cada ano, na rubrica de conservação da natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, vamos passar para a votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no debate e votações na especialidade. Há um conjunto de propostas de alteração, apresentadas por um conjunto, também, de partidos. Há as propostas de alteração advindas da respectiva comissão especializada permanente, a CAPAT, que são subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Há, para além disso, propostas do PCP, do BE e uma do próprio Partido Socialista, também.

Vamos iniciar a votação, com a proposta de alteração, advinda da CAPAT, para o artigo 1.º.

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de alteração que vêm da comissão, que foram apresentadas em comissão, visam dar melhor enquadramento e esclarecer algumas questões iniciais. Em primeiro lugar, a inclusão do ecomuseu no artigo 1.º veio dar a dignidade que o Ecomuseu de São Jorge merece, pelas razões que aqui já foram apresentadas por outros deputados e por aquilo que o ecomuseu representa para a comunidade jorgense. Por outro lado, entendemos que não é uma questão de quem apresenta primeiro...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É, é!

O Orador: ...até porque a questão da inclusão do Ecomuseu de São Jorge no parque natural de ilha foi oportunamente anunciada por membros do Governo na Ilha de São Jorge.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista há muito que trabalha este diploma em conjunto com o Governo, sobretudo nestas áreas e em outras, que também têm a ver com a não proibição da caça ao coelho, pelas razões que todos nós conhecemos, na Ilha de São Jorge; que também têm a ver com o esclarecimento da proibição da pesca submarina na laguna da Caldeira do Santo Cristo; e por um conjunto outro de alterações, que visam melhorar significativamente o diploma. Entendemos que, com as alterações apresentadas e subscritas por outros partidos ao documento, melhoramos a sistematização do documento na sua globalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos votar a proposta de alteração para o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 2.º e 3.º do diploma não têm qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se os posso colocar à votação em conjunto. Creio não haver oposição. Vamos então votá-los em conjunto, artigos 2.º e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Também advinda da comissão, há uma proposta de alteração para as alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 4.º. Vamos colocar à votação essa proposta de alteração, para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 5.º e 6.º também não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição dos Srs. Deputados, coloco-os à votação em conjunto. Assim vai ser.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 7.º há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas propostas que o Bloco faz, quer ao artigo 7.º, quer ao artigo 9.º, têm o sentido de encontrar uma visão um pouco mais restrita do que entendemos dever ser permitido, tendo em conta que estas propostas, ou que estes artigos, estão relacionados com as diferentes categorias que encontramos na União Internacional da Conservação da Natureza. Portanto, como sabem, estão enquadradas nas categorias 1 a 4.

Nessa visão mais restritiva, neste caso em particular, em que a categoria se refere à categoria 3, que é a categoria do monumento nacional, nós achamos que é um pouco estranho que se aceitem as instalações e mensagens de publicidade ou propaganda numa área que se pretende ser um monumento nacional. Também achamos que a abertura de novos locais de estacionamento e ampliação dos existentes é, provavelmente, uma medida que não devia ser tomada naquele espaço, havendo alternativas, como é óbvio, para resolver estas questões.

Portanto, no artigo 7.º é este o sentido de voto que iremos tomar.

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas aqui apresentadas pelo Bloco de Esquerda não irão merecer a concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por variadíssimas razões.

A primeira, no que diz respeito à questão do director do parque de ilha, não passa de uma redundância, porque é o que está expresso na lei. Não precisamos de estar a escrever duas vezes aquilo que a lei já nos obriga a fazer.

Depois, a questão das convenções internacionais e aquilo que está ao abrigo das disposições internacionais. Este diploma em nada – em nada – viola aquilo que está inscrito ou definido internacionalmente. Ou seja, este diploma vai de encontro àquilo que é definido ao nível das classificações internacionais, da conservação da

natureza e de todos esses aspectos que preservamos e muito valorizamos, enquanto Partido Socialista e Governo Regional.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Cascalho e ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que temos de saber, também, à luz da lei internacional e dos princípios da lei internacional, compatibilizar a gestão dos recursos naturais e a conservação da natureza com a utilização do espaço. E há coisas, aqui, em que eu diria que o Bloco de Esquerda não é restritivo, acho que o Bloco de Esquerda se torna quase radical em algumas matérias, nomeadamente neste âmbito...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o quase?

O Orador: ...por variadíssimas razões. Sr. Deputado, eu não o estou a ver a dizer que as pessoas que habitualmente visitam, por exemplo, a Fajã dos Cubres, estacionem o carro no Norte Pequeno e vão a pé para a Fajã dos Cubres. Quer dizer, essas são questões que não podem acontecer.

Ou outras questões ainda: as fajãs de São Jorge são espaços à beira-mar e só existem e só têm valor porque são ocupadas pelo homem e foram ocupadas, durante muitos anos, pelo homem. Se nós não criarmos condições para que o homem continue a ocupá-las e a frequentá-las, deixam de ser fajãs e deixam de ter a importância que têm.

Deputada Zuraída Soares (BE): Também é verdade.

O Orador: Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda para, a visitarem São Jorge, irem visitar o Sanguinhal, o Salto Verde e Entre Ribeiras, que já foram fajãs e, por não poderem ser ocupadas pelo homem, por não terem essa ocupação continuada ao longo dos anos, desapareceram. Se os senhores querem fazer desaparecer as fajãs de São Jorge, é proibir que lá se possa viver e que os jorgenses continuem a ter a sua vivência em relação às fajãs.

Outra coisa é regulamentar e compatibilizar, de forma equilibrada, o uso desse espaço. É isso que o Governo do Partido Socialista tem feito e é isso que os jorgenses, ao longo dos anos, têm aprendido a fazer. Umas vezes melhor, outras vezes pior, mas têm aprendido a fazer. E é à custa dessa vivência que nós ainda temos fajãs em São Jorge e ainda temos esse valor para a Ilha de São Jorge, não só

económico, como cultural, mas também em termos turísticos, porque as fajãs são um cartaz da Ilha de São Jorge.

Por isso, Srs. Deputados, as alterações aqui que são radicais da parte do Bloco de Esquerda não podem merecer a nossa concordância.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, tem a palavra.

***Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já faço aqui a apreciação às duas propostas de alteração, quer ao artigo 7.º, quer ao artigo 9.º. Quero falar como deputado mas quero, sobretudo, falar como jorgense, homem de terra de fajãs.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, senhor!

O Orador: Se o queijo é o nosso ex-líbris, acho que as fajãs ainda o são muito mais. Porque o queijo, os senhores podem comê-lo nas vossas ilhas, nas outras ilhas, no continente, porque vai no contentor. As nossas fajãs não vão, as nossas fajãs estão lá! Nós queremos que os outros, das outras ilhas, do continente e do mundo inteiro, vão lá e queremos continuar a viver lá! Nós não queremos ser museus de cera. E eu, como jorgense e não como deputado, nego-me a este tipo de medidas. Portanto, quero dizer que nós concordamos que, de facto, fique condicionado, porque estamos a falar de natureza viva para seres vivos, e não de uma forma radical, interdito e pronto!

Não gosto da vida de plástico, gosto da vida com a natureza. Um dos meus *hobbies* favoritos é a fotografia e a Ilha de São Jorge é espectacular para isso. Se alguém do Bloco de Esquerda quiser conhecer São Jorge na sua verdadeira essência, tem um deputado do PSD, com uma *pick-up strakar 4x4*, disposto a mostrar-lhe a ilha!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eh, pá!

(Risos da câmara)

O Orador: Eu garanto que a sensibilidade e bom senso de ambientalista virá ao de cima e, quando voltarem novamente a esta casa, vão lembrar-se daquele passeio que deram, num fim de tarde, com o Deputado Mark Marques.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não é de *pick-up*, é a pé!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, claro que é! Porque uma coisa é o legislador estar fechado num gabinete com ar condicionado, com o sol pela persiana; outra coisa é ir ao Pico da Esperança e ver cinco ilhas ao mesmo tempo! Descer à fajã, das que o Rogério falou, à Fajã dos Vimes, à Fajã dos Cubres, à Fajã do Ouvidor, e comer um bom caldo de peixe! Mas não é da “Pescanova”, é pescado lá, está a perceber? Passe a publicidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há bom queijo lá?

O Orador: Bom queijo de São Jorge? Bom em qualquer sítio!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas há bom?

O Orador: Há! Há bom queijo de São Jorge, e há menos bom, como em outras ilhas há coisas menos boas, também, e coisas melhores.

Portanto, a nossa posição sobre esta proposta é: nós não somos contra o querer do Bloco de Esquerda ser da forma que é e é assim que o caracteriza. Agora, eu falo, se calhar, com muita razão e com algum coração, porque sou de lá. Sou açoriano, sou jorgense, e viver na Ilha de São Jorge sem fajãs não é viver em São Jorge. Estas restrições todas vão fazer com que, daqui a dias, como dizia o Rogério Veiros e muito bem, porque também acho que foi essa veia jorgense que falou, deixemos de existir!

Sobre os crimes das fajãs, que a Sra. Deputada em aparte estava a dizer, em São Jorge não tem havido crimes nas fajãs. Ao longo dos anos, as pessoas têm vivido nas fajãs.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda não, Sr. Deputado!

O Orador: Pois, ainda não, Sra. Deputada! Quer dizer, o Bloco de Esquerda já faz futurologia! Eu não faço, pronto! Eu defendo agora, estou aqui. Daqui a uns anos não estou cá, hão-de estar cá outros e, se tiverem essa sensibilidade e bom senso, vão continuar a defender São Jorge, tal qual como é!

Deputada Zúrida Soares (BE): Isso, no futuro.

O Orador: Acho que este diploma que estamos a discutir é importante. As restrições que o Bloco de Esquerda aqui propõe, no nosso entender, respeito-as, mas são exageradas, como jorgense. Neste caso, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar contra estas propostas.

Presidente: Vamos ver se o Sr. Deputado José Cascalho aceita o repto, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu aceitava!

Deputada Zúrida Soares (BE): Mas vamos a pé, não vamos de *pick-up*!

O Orador: Eu agradeço, deixem-me começar por agradecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por agradecer o convite. Depois, temos de discutir se aceito ou não, porque quero saber como será realizado esse percurso. Mas deixem-me então responder às questões que foram aqui colocadas.

Deputado Mark Marques (PSD): Com todo o gosto.

O Orador: De facto, referi-me apenas ao artigo 7.º, e agora houve aqui referências ao artigo 9.º e também ao artigo 17.º.

O artigo 9.º é aquele que se refere às fajãs propriamente ditas. Posso citar, então, algumas das alterações que nós propomos neste âmbito, neste artigo, porque elas, no fundo, ao que vêm chamar a atenção é que há apenas uma alteração. Nós colocamos estas alíneas no ponto 3, que é o ponto da proibição. Por exemplo, queremos a proibição da “extracção de recursos geológicos, incluindo a quebra ou rebentamento de rochas”. Espero que na fajã isso não ocorra, não é? Porque, neste momento, com uma autorização, eventualmente esta prática pode ocorrer numa fajã.

Deputada Zúrida Soares (BE): E isto não é viver lá!

O Orador: Nós também proibimos a edificação, mas a edificação existe, de facto, agora na fajã, havendo propostas para que haja recuperação das casas que lá estão edificadas. Essa, sim, é uma actividade lícita, mas a edificação de raiz, se calhar, não faz muito sentido nas fajãs. Aliás, relembro que o próprio Governo tem

chamado a atenção que a zona das fajãs é uma zona de risco. Portanto, mais edificação nas fajãs pode ser complicado. Sempre foi, mas é óbvio que nós...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso, sempre foi! Sempre foi e vai ser!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): As ilhas são uma zona de risco.

Deputado Mark Marques (PSD): E porque não vamos todos para a Terceira e São Miguel? Ou vamos todos para a Graciosa! Gostamos de lá, mas vamos de visita!

O Orador: ...não devemos criar situações onde, eventualmente, essa edificação pode continuar, portanto, a ser utilizada.

Outras, como “A prática de actividades desportivas motorizadas”, se foi essa a sua proposta para o passeio em São Jorge, então eu não aceitaria.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu falei na *pick-up* para um trilho. O Sr. Deputado não sabe o que é um trilho?

O Orador: Muito bem, sei, sim senhor. Então, nesse caso, aceito. Porque, de facto, o que propomos é que estas práticas de actividades desportivas motorizadas sejam proibidas nestas zonas, incluindo as zonas das fajãs.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não há *pick-up* nas fajãs!

O Orador: Finalmente, “As acções que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente quando tal interfira com a reprodução das aves”. Ora, destas zonas, São Jorge subscreveu e subscreve vários acordos internacionais de protecção de aves. Portanto, não vejo como exista, eventualmente, uma possibilidade desta prática, de acções que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, subscritas por algum director geral ou director do parque, que possa colocar esta actividade nas fajãs.

Portanto, a nossa proposta não nos parece que seja assim tão radical. Apenas pretende esclarecer um conjunto de aspectos que têm a ver, precisamente, com as *guidelines*, ou as orientações dadas por esta IUCN, não é? Ela refere, por exemplo, que a possibilidade de alteração da morfologia do solo por escavações ou aterros é algo que devia ser proibido. Nestas orientações, que seguimos um pouco talvez mais à risca do que o Governo, o Governo o que faz é colocar estas alterações sob a protecção de alguém que toma essa decisão, nós achamos que essa decisão não

pode ser tomada. Portanto, somos de facto mais restritivos, mas pensamos que para bem dos Açores e, neste caso, para bem da Ilha de São Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às propostas do Bloco de Esquerda, de facto, o CDS/PP também acha que elas pecam por excesso de zelo e demonstram, claramente, um franco desconhecimento da vivência das pessoas de São Jorge, das suas fajãs...

Deputada Zuraída Soares (BE): Que tristeza!

O Orador: ...e daquilo que têm de benefício para elas.

Eu não tenho um *jeep strakar*, o meu carro é mais baixinho...

(Risos do Deputado Artur Lima)

...mas gostaria de ver os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda irem a São Jorge, junto do seu eleitorado – que é francamente pouco, mas é aquele que os senhores têm –, dizer aquilo que dizem nesta casa em relação às fajãs de São Jorge e às restrições que lhes querem colocar, para além de todas aquelas que elas já têm. Certamente que, dos poucos votos que têm na ilha, passariam a nenhum, garantilhe isso.

Depois, queria dizer, neste caso em concreto...

Deputada Zuraída Soares (BE): Veja lá se não se perde, Sr. Deputado! Pela boca morre o peixe, e a arrogância...

O Orador: ...ao Sr. Deputado José Cascalho, que aqui o frisou, o senhor diz que as fajãs são perigosas e que o Governo tem continuamente enumerado essa situação. De facto, tem o Governo algumas vezes enumerado essa situação, mas quero dizer-lhe que as sedes dos concelhos de São Jorge – Velas e Calheta – não passam de fajãs que estão sob uma encosta. Por esse prisma, nós temos de abandonar e deixar de edificar nas sedes de concelho, porque as sedes de concelho são fajãs! Com outra dimensão, mas estão sob uma encosta! E não é por isso que

vamos ter de abandonar, todos, a Vila das Velas e a Vila da Calheta! Porque aquilo que o Bloco de Esquerda aqui quer dizer, se for para colocar em prática, é isso que nós vamos ter de fazer, em boa regra!

Deputado José Cascalho (BE): Não, não foi isso que foi dito.

O Orador: Depois, queria dizer-lhe que, de facto, nós não podemos concordar com as propostas do Bloco de Esquerda, não só para o artigo 7.º, bem como para todos os outros, quando estas propostas deixam de ter aquilo que está mencionado no diploma inicial, que é condicionar algumas regras, e passar a tornar-se interdito o poder explorar algumas situações que, avaliadas, fazem sentido, a bem das populações de São Jorge. É certo que as pessoas têm de ter regras e, para se proteger as áreas ambientais incluídas neste diploma, é certo que as pessoas têm de adaptar-se a regras. Agora, acho que não podemos, de forma nenhuma, pecar por aquilo que eu já disse que é excesso de zelo, e de forma a que não possa ser condicionado, mas possa ser mesmo interdito, que é aquilo que o Bloco de Esquerda quer.

Em relação – e adianto já – à proposta do director do Parque Natural da Ilha de São Jorge ser por concurso, nós não concordamos. Até porque o Sr. Secretário aqui já o explicou e explicou em sede de comissão. Nós, CDS, entendemos que faz todo o sentido não ser por concurso, por uma razão muito simples: a partir da altura em que o Sr. Secretário diz que será o delegado de ilha de ambiente a exercer essas funções, se nós lhas retirarmos, ou seja, se o director do parque natural de ilha for por concurso e não for esse delegado, estaremos a esvaziar totalmente as competências do delegado...

Deputado José Cascalho (BE): Não é verdade.

O Orador: ...porque tudo aquilo que está incluído em termos ambientais está no parque natural de ilha. Portanto, isso não faz sentido. Para mais, quando nós defendemos não acrescentar custos à estrutura do Governo Regional, não querermos absorver aqueles que já temos e querermos fazer concursos e trazer mais gente, isso certamente vai trazer encargos ao Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já agora diga que viatura possui, para podermos escolher!

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Vou ser acusado de publicidade, não o posso fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De forma alguma o meu discurso tem a mensagem que a Sra. Deputada Zuraida Soares frisou em aparte. Eu só gostaria de lhe dizer que, em relação à construção e edificações nas fajãs de São Jorge, temos em vigor o POC de São Jorge, que classifica as diferentes fajãs de tipologia 1, 2 e 3 e, nessa classificação, já está definido quais são as fajãs onde se pode ou não construir, quais são as fajãs onde se pode ou não reconstruir, e onde se pode ou não ampliar ou construir de novo. Por isso, essa matéria foi devidamente salvaguardada já há alguns anos. Obviamente que poderá precisar de eventuais revisões e elas serão feitas de acordo com as necessidades, tanto da conservação da natureza e as normas da IUCN, como também daquilo que é a compatibilidade do uso do espaço natural que são as fajãs de São Jorge.

Por outro lado, gostaria de dizer que esta legislação que hoje aprovamos aqui não vai ser a liberdade total, ou seja, aquilo com que o Bloco de Esquerda está preocupado. Não vai haver liberdade total. Nós dizemos que essas actividades estão sujeitas a parecer vinculativo das autoridades e isso é totalmente diferente! Por isso, iremos ter a eventual autorização, ou não, de acordo com casos pontuais e necessidades pontuais, que assim o justifiquem.

Por outro lado, também gostaria de dizer aos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda que é certo que todos temos de ter uma consciência ambiental cada vez mais forte e cada vez mais exigente em relação a essa matéria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Certo.

O Orador: Mas também lhe queria dizer que há que ter outra consciência: é que nas fajãs de São Jorge habitam pessoas, vivem pessoas! E essas pessoas também têm direitos adquiridos e também têm o direito de viver com dignidade e com alguma qualidade de vida! No dia em que retirarmos essas pessoas das fajãs deixamos de ter fajãs!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tirar as gentes das fajãs? Não me faça rir!

O Orador: E nós não queremos deixar de ter as fajãs! Por isso, gostaria de dizer que o que pretendemos é que se proteja a natureza, que tenhamos fajãs cada vez mais protegidas, mas não contra o Homem, não contra as pessoas que lá vivem! Porque, no dia em que isso acontecer, deixamos de ter o espaço ocupado e, quando deixarmos de ter esse espaço ocupado, deixamos de ter aquela riqueza que tanto nos orgulha. E, como a senhora e os senhores puderam verificar aqui hoje, os deputados de São Jorge são extremamente orgulhosos das suas fajãs, continuam a preservá-las e continuarão a preservá-las, como já fazem há centenas de anos.

Obrigado.

Presidente: Creio que agora podemos passar à votação da proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 7.º da Proposta, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 9.º há duas propostas de alteração. Vamos começar pela que deu entrada primeiro, uma proposta da CAPAT para o artigo 9.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Nessa medida, ficou parcialmente prejudicada, designadamente no que diz respeito à alteração da alínea b) do n.º 2, a proposta do BE, mas não inteiramente. Por isso, coloco à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os artigos 10.º a 16.º, inclusive, têm todos uma proposta de alteração, advinda da comissão e subscrita pelo PS. Pergunto-vos se posso pôr estas propostas de alteração todas à votação em conjunto, para os artigos 10.º a 16.º, inclusive. Posso? Então, vamos votar as propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos, do diploma, 10.º a 16.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 17.º há também uma proposta de alteração da comissão, subscrita pelo PS. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Há também uma proposta de alteração do BE, que se encontra só parcialmente prejudicada, para o artigo 17.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 17.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração advinda da CAPAT e subscrita pelo PS para o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 18.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 19.º há uma proposta de alteração, para o seu n.º 5, apresentada pelo PCP. Vamos votar essa proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 20.º a 26.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Creio não haver oposição. Assim sendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 27.º, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta alteração é uma alteração simples de entender. O que propomos é que, em vez de o director ser nomeado, haja uma escolha, seja recrutado por procedimento concursal, ou seja, em que há uma escolha por um critério diferente, por um critério que se submete à avaliação das suas qualificações, do seu currículo. Achamos que esta é uma forma de dar a este Parque Natural de São Jorge um interesse e uma dinâmica maiores e, portanto, que iriam, se houvesse a aprovação, obviamente tornar todo o trabalho neste parque natural mais profícuo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Vamos passar à votação da proposta de alteração, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 27.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração advinda da comissão, para o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 28.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 29.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 30.º há uma proposta de alteração do PCP.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, apenas para pedir a votação em separado da proposta relativamente à alínea b) e relativamente às alíneas e) e f).

Presidente: Sim, senhor. Portanto, por um lado, só a alínea b) e as restantes num outro bloco.

Muito bem, então vamos votar a proposta de alteração do PCP para a alínea b) do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP, ainda para o artigo 30.º, na medida em que pretende conferir nova redacção à alínea e) e renumerar a anterior alínea e) para f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração do BE para a alínea b) do artigo 30.º, vamos votar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: É do PS, tem razão. É do PS; não é do BE. Com essa autoria, que não é um elemento de somenos esclarecido, vamos votar a proposta do PS para a alínea b) do artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 30.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento, advinda da comissão, de um artigo 30.º-A, n.ºs 1 e 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta, advinda da CAPAT, de alteração para o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora, para o mesmo artigo, a proposta de alteração do seu n.º 1, apresentada pelo PCP.

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Não, não está prejudicada, porque a proposta da CAPAT, pelo que eu tenho aqui, altera o n.º 4 do artigo 31.º, enquanto a proposta do PC pretende alterar o n.º 1 do artigo 31.º.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 31.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta, advinda da CAPAT, para alteração do artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 32.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 33.º e 34.º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Os artigos 35.º e 36.º têm ambas propostas de alteração advindas da comissão. Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto as propostas de alteração para estes dois artigos. Não havendo objecções, vamos proceder assim.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 35.º e 36.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 37.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os dois anexos que são objecto de propostas de alteração, o Anexo I e o Anexo III, alterações ambas advindas da CAPAT. Se não houver oposição da câmara, coloco-as à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações aos anexos foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sim senhor, regressamos às 19 horas e 10 minutos. Até já.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 21 minutos)

De acordo com o que ficou acordado em Conferência de Líderes, o debate de urgência do PP será amanhã de manhã. Portanto, passamos para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010 – “Cria o Parque Natural das Flores”**.

Não sei se alguém do Governo quer apresentar. Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Parque Natural das Flores, na lógica organizativa do diploma, tudo aquilo que está é semelhante àquele que acabámos de discutir.

Contudo, no caso das Flores, há algo que é diferente e que convém ser aqui ressaltado: o facto de a Ilha das Flores ser Reserva da Biosfera. Esse facto e o facto de ser uma ilha com um território comparativamente grande face à população que tem permitem que, nas Flores, se crie um parque natural com uma dimensão bastante substancial face ao território da ilha. Abrange cerca de um terço do território e abrange zonas que têm vegetação natural praticamente inalterada e zonas que têm largas áreas de turfeira, que são as melhores e mais bem conservadas turfeiras em todo o Atlântico. São áreas verdadeiramente preciosas. Foram essas áreas, aliás, que justificaram a atribuição da categoria de Reserva da

Biosfera à ilha. São áreas que constituem o núcleo central do parque que agora se propõe proteger.

Outra área extremamente importante, enfim, pelo aspecto cénico e por aquilo que significa do ponto de vista da geologia, é a Rocha dos Bordões, que também se constitui como um dos cartazes principais, quer para a área do turismo, quer também para a própria conservação da natureza, constituindo, em conjunto com a área de turfeiras da zona do Pico da Sé, os mais importantes elementos do Parque Natural das Flores.

Também no Parque Natural das Flores foi feito um esforço no sentido de conciliar aquelas que são as necessidades de conservação da natureza e, em particular, aquela que é a necessidade de conservação de um habitat que é único, que são as turfeiras com cedros do mato, uma combinação que nas Flores existe com enorme pujança e que tem uma singularidade, do ponto de vista mundial, que merece ser ressalvada. Foi feito um esforço no sentido de conciliar esta conservação com o uso do território, em particular com o uso das pastagens, já que no caso das Flores a existência de tapadas no interior das zonas naturais e a existência de manchas de pastagem que estão, de alguma maneira, incluídas no meio das áreas naturais, fazem com que seja necessária uma particular cautela na abordagem às restrições nessas áreas, de modo que não haja prejuízo para quem, legitimamente, utiliza esse espaço e, ao mesmo tempo, se potencie a conservação da natureza.

Portanto, o parque está estruturado desta forma. Do ponto de vista da gestão é em tudo semelhante àquilo que foi aqui apresentado para o Parque Natural de São Jorge, que acabámos de votar. Tem uma estrutura, quer do ponto de vista de gestão, na sua inclusão com o serviço de ilha; quer do ponto de vista do pessoal que o vai servir, onde também neste momento está a decorrer na Ilha dos Flores o concurso para mais um vigilante da natureza, exactamente para propiciar o arranque do parque; quer do ponto de vista, também, da integração com aquilo que é nesta altura a ecoteca e o Centro de Interpretação do Boqueirão e aquilo que é a potenciação de todas as estruturas ambientais da ilha; tudo isso está previsto no diploma. Portanto, é um diploma que segue, nas suas linhas orientadoras gerais, aquilo que foi já aqui aprovado para São Jorge.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados, para o debate na generalidade.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

Quando estamos a apreciar a constituição do oitavo parque natural de ilha, é natural que já não haja muito para dizer, mas eu vou tentar fazer um esforço.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não faça teatro!

O Orador: Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro, o regime jurídico da classificação, gestão e administração das áreas protegidas nos Açores foi objecto de revisão em 2007, por via do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A.

Esta revisão da Rede Regional de Áreas Protegidas nos Açores assentou em dois grandes propósitos:

– Por um lado, uniformizar e compatibilizar as classificações das áreas protegidas da nossa Região, através da adopção das classificações da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a mais importante organização internacional dedicada à conservação da natureza, e da sua adaptação à nossa realidade geográfica, ambiental, cultural e também político-administrativa.

– Por outro lado, a adopção de um regime de gestão por ilha, por via da criação dos Parques Naturais de Ilha, de modo a possibilitar uma gestão integrada e consequentemente mais eficaz de todas as áreas classificadas em cada uma das ilhas.

Já nesta Assembleia aprovámos a criação dos Parques Naturais de oito das nossas ilhas – ou sete, com este serão oito.

A implementação do Parque Natural das Flores, objecto da iniciativa legislativa que ora estamos a apreciar, mais não é portanto do que a concretização do regime jurídico estabelecido no já citado Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A.

De acordo com o proposto, o Parque Natural das Flores integra três reservas naturais – Ilhéu de Maria Vaz, classificada como reserva integral, Morro Alto e Pico da Sé e Caldeiras Funda e Rasa, resultantes da reclassificação das anteriores reservas florestais naturais com igual designação, e um monumento natural – a Rocha dos Bordões.

No que respeita a áreas protegidas para a gestão de espécies e habitats, são integradas no Parque Natural das Flores três áreas terrestres com esta categoria – a Costa Nordeste, a Ponta da Caveira e a Costa Sul e Sudoeste, que se articulam com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira das Flores e, quando aplicável, com as IBA (área importante para aves), ZEC (zona especial de conservação) e ZPE (zona de protecção especial).

Com a categoria de Área de Paisagem Protegida é classificada a Zona Central e Falésias da Costa Oeste, enquanto que na categoria de áreas protegidas de gestão de recursos é classificada a Costa Oeste.

Às áreas protegidas integradas no Parque Natural das Flores aplicam-se, entre outros, os regimes legais de protecção relativos à Rede Natura 2000, à Reserva Ecológica e à Reserva Agrícola Regional, bem como os normativos que resultam da classificação da Ilha das Flores, a par da Graciosa e do Corvo, como Reserva da Biosfera da UNESCO.

Sras. e Srs. Deputados, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Parque Natural da Ilha das Flores esteve em discussão pública no período de 14 de Maio de 2008 até ao dia 4 de Julho de 2008, período em que puderam ser consultados na Delegação de Ambiente das Ilhas das Flores e Corvo e nas Câmaras Municipais das Lajes e de Santa Cruz, onde decorreram também sessões públicas de apresentação e debate da referida proposta, tendo sido acolhidas no documento final diversas sugestões então apresentadas.

Em face do exposto e tal como sintetizado no relatório da CAPAT, o Grupo Parlamentar do PS concorda com a proposta em análise porquanto a mesma dá execução ao regime de classificação, gestão e administração da Rede Regional de Áreas Protegidas e dota a Ilha das Flores de um instrumento indispensável à política de conservação da natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, como já foi referido, quer neste diploma, quer no anterior, perante a regulação de um conjunto de matérias importantes, por vezes dispersas, quer ao nível das áreas protegidas, das zonas especiais de conservação, das zonas de protecção especial, quer daquelas outras zonas declaradas como SIC, Sítios de Interesse Comum, em que podemos, de facto, considerar que os objectivos de conservação da natureza, de preservação do nosso património comum, são transversais às várias abordagens políticas deste tempo.

De facto, se há património que temos, o património que é comum, é a natureza. Se é de todos, é também um dever de todos, um dever geral da comunidade e, neste caso, das várias forças políticas, contribuir, à medida daquilo que lhe for possível, para essa preservação. Na realidade, assiste-se muito, no debate político-partidário, a alguma discussão de quem fez a obra, quem fez o investimento, quem promoveu o investimento ou a obra. O que é certo é que aqui nem pode haver esse debate. Fomos, de facto, beneficiados pela generosidade da natureza, para termos o que temos e para sermos o que somos. E aquilo que verdadeiramente nos identifica, se há riqueza que os Açores têm é, de facto, aquela que a natureza nos concedeu.

Por isso, tendo este património comum, destituído de qualquer margem de intervenção humana e, nessa medida, política, entendemos que tudo o que se possa fazer no sentido de preservar e valorizar esta realidade, naquilo que também nos distingue do resto do mundo, parece-nos que é importante e tem a concordância plena e absoluta do PSD sobre esta matéria. No caso concreto das Flores, e como já foi aqui referido, há uma especificidade muito particular, que tem a ver com a classificação da Biosfera, que faz com que tudo aquilo que identifica as Flores, que é visto, sentido, também já tem o reconhecimento público e mundial a nível da classificação como Reserva da Biosfera. Todas estas matérias fazem com que o PSD manifeste a sua concordância, com o seu voto a favor.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

De facto, o CDS/PP também entende ser este um documento bastante positivo e fazendo todo o sentido, até pela existência da Ilha das Flores ser classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO. Enaltecemos o facto de a Rocha dos Bordões passar a ser monumento natural, sendo da mais elementar justiça, tendo em conta as suas características. Este será um diploma que certamente contribuirá para as Flores se tornarem num nicho de mercado, em termos de turismo ambiental.

No entanto, considerando que boa parte da área do parque corresponde ao planalto central da ilha e sendo este composto por área de pastagem agrícola, gostaríamos de deixar aqui algumas questões e vê-las respondidas pelo Sr. Secretário. Tendo em conta que foram pedidos pareceres aos dois municípios da ilha, das Lajes e de Santa Cruz das Flores, bem como ao próprio conselho de ilha, considerando que nenhuma das três instituições enviou o parecer à Comissão dos Assuntos Parlamentares, para que assim o pudéssemos analisar, gostaríamos de deixar aqui algumas questões, então, ao Sr. Secretário:

Se, de facto, este diploma trará alguns constrangimentos à exploração do sector agrícola na Ilha das Flores. Se sim, quais esses constrangimentos, no entendimento do Sr. Secretário, que possam causar algum transtorno ao sector agrícola. E, por fim, se foram ouvidos os representantes do sector agrícola da Ilha das Flores, visto que não temos a oportunidade de ter os pareceres, como já frisei, dos dois municípios da ilha, bem como do conselho de ilha.

Presidente: Sr. Secretário, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em relação às questões que são colocadas pelo Sr. Deputado Luís Silveira, gostava de lhe dizer que essa matéria, a matéria da compatibilidade entre a actividade agrícola e a protecção da natureza nas Flores, foi uma daquelas que mereceu uma atenção e uma análise mais aprofundadas da parte do Governo. Primeiro, por causa

da questão específica das tapadas; depois, por causa duma outra questão, que tem a ver com a caça ao coelho e à abundância de coelho.

Foram essas as duas questões que foram levantadas, quer pelas associações de lavradores das Flores, quer pelas câmaras municipais, e às duas foi dado acolhimento. Uma, introduzindo especificamente uma norma que diz que a caça ao coelho não é, ou que as normas da caça ao coelho não são afectadas pelo diploma. Ou seja, em todas as zonas do parque natural continua a ser possível a caça ou o controlo da densidade, consoante as circunstâncias, do coelho, como actualmente se faz. E outra, dizendo que as questões do pastoreio continuam a ser possíveis, ficando reguladas pelo parque natural, neste caso pelo seu director, que terá, em conjunto com as autarquias e com os agricultores, de agir no sentido de dar bom uso às tapadas e às pastagens existentes.

Por outro lado, também na própria delimitação do parque natural se fez um esforço no sentido de excluir todas as zonas de pastagem que é possível excluir. Ou seja, apenas não se excluíram aquelas que são autênticas ilhas no interior da área natural. Todas aquelas que estão na periferia foram excluídas. Por isso, se reparar na carta que acompanha o diploma, verá que o traçado é sinuoso, exactamente porque se minimizou a inclusão de zonas de pastagem. Contudo, exactamente porque existem tapadas que estão, digamos, dispersas no interior da área natural, algumas ficaram no interior, porque era impossível excluí-las, essas ficaram acomodadas através duma norma específica, que diz que o pastoreio continua a ser permitido.

Quais são as restrições? Basicamente, a maior restrição é que não será possível, na zona natural, fazer novas arroteias. Ou seja, as pastagens existentes são aquelas que agora existem e não é possível fazer a instalação de novas explorações, novas arroteias. Estamos a falar, na sua totalidade, de terrenos públicos, terrenos que, ou são municipais, ou são regionais. Portanto, isso não tem, também, uma interferência com a lavoura que seja significativa.

Em conclusão, foram aceites todas as propostas que foram apresentadas na Ilha das Flores, no sentido de compatibilizar as duas actividades.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelas mesmas razões que anteriormente referi em relação ao Parque Natural da Ilha de São Jorge, o Partido Popular Monárquico também irá votar favoravelmente este diploma. No entanto, há uma questão que lhe quero colocar, Sr. Secretário Regional, que tem a ver com o seguinte:

De acordo com estas propostas, vejo que o serviço de ambiente das ilhas continua a funcionar e, há cerca de um ano...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Sim, pelo menos no de São Jorge, está lá.

...referiu que estava a preparar uma alteração na orgânica, no sentido de substituir esses serviços de ambiente. Ora eles, do ponto de vista legal, continuam a existir. A proposta do PPM, como se lembra, era de criar um Serviço de Ambiente da Ilha do Corvo, desanexado do Serviço de Ambiente da Ilha das Flores. Diziam-me, na altura, “isso já não funciona bem assim; entretanto, depois vamos alterar a legislação”. Mas este é um Estado de direito, tem de funcionar de acordo com a legislação e com as regras. E vejo que os serviços de ambiente continuam a funcionar e continua a existir, do ponto de vista legal, um Serviço de Ambiente das Ilhas das Flores e do Corvo. É esta a realidade.

Portanto, a questão que lhe coloco é: para quando está prevista, então, essa alteração da legislação, no sentido de ir de encontro à nova realidade que, entretanto, foi criada?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, embora, obviamente, seja uma questão que pouco tem a ver com a discussão que aqui estamos a ter – já que o diploma em análise não fala em Serviços de Ambiente das Flores e do Corvo, fala de forma genérica em serviço de ambiente –, os serviços de ambiente, conforme disse ao Sr. Deputado e volto a repetir, vão continuar a existir, enquanto representações da Secretaria em cada ilha. O que não existirá mais é o serviço de ambiente enquanto unidade isolada. O serviço de ambiente é simultaneamente a gestão dos parques, e os parques assumem essa gestão.

A razão pela qual, ou as razões, aliás, pelas quais ainda não foi feita essa alteração: uma delas, é óbvio, prende-se com a aprovação destes diplomas, porque obviamente eles dão estrutura àquilo que será o futuro serviço, ou a futura configuração do ambiente. Ainda nos falta aprovar dois, o da Terceira e o Parque Marinho dos Açores. Por outro lado, também, Sr. Deputado, terá reparado que a Secretaria do Ambiente sofreu, há poucos meses, uma alteração profunda na distribuição das suas competências e na sua organização. Isso terá de ser reflectido na nova orgânica. A nova orgânica está, neste momento, preparada; está, digamos, em evolução; e será apresentada, ou será aprovada – porque ela é um diploma da responsabilidade do próprio Governo, será aprovada – logo que concluído o processo de criação dos parques naturais.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou aceitar como boa a explicação que o Sr. Secretário do Ambiente aqui fez, vou continuar a aguardar e se entretanto, depois dos processos que acabou de referir, realmente, os serviços de ambiente de ilha continuarem a funcionar em todas as ilhas, menos na Ilha do Corvo, de forma desagregada, bom, então digo-lhe já...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Pode ficar igual às outras ilhas todas.

O Orador: ...que volto a apresentar a proposta nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP reconhece, tal como para o projecto anterior, a importância e pertinência da criação do Parque Natural da Ilha das Flores, enquanto instrumento agregador, mas mantém também, tal como relativamente ao Parque Natural de São Jorge, as mesmas reservas quanto ao modelo de gestão e ao pouco ou nenhum envolvimento das populações na gestão do parque, nos processos decisórios do Parque Natural das Flores. Como tal, vamo-nos abster.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

***Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria clarificar uma questão com o Sr. Secretário, em resposta ao Deputado Luís Silveira, para perceber, efectivamente, se falava da proibição de novas arroteias ou se falava também na proibição de novas explorações, porque a arroteia é uma mobilização de solo. Efectivamente, é preciso perceber se fala única e exclusivamente desse tipo de mobilização de solo, por um lado; ou se é possível outro tipo de mobilização, superficial; ou se fala de uma forma mais radical, que é a existência de novas explorações no âmbito da bovinicultura. Portanto, clarificar do que estamos a falar.

No nosso entender, obviamente que é possível a coexistência entre a produção e a conservação. A agricultura apresenta uma “multitude” de funcionalidades que se adequa, também, aos sítios que queremos conservar. Portanto, é preciso que fique percebido, efectivamente, do que estamos a falar.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, estamos aqui numa discussão que tem a ver com uma gestão do território. Quando falei em novas explorações, isto só interessa no que diz respeito a novas arroteias. Porque, obviamente, se é de dois donos ou de três donos o

mesmo território que lá está, não tem qualquer interesse nem qualquer interferência com o que estamos a falar. Falo, porque esse é o objecto daquilo que estamos a discutir, em utilizações do território e é apenas isso que está aqui em causa.

Quanto à questão da coexistência, creio que já disse três ou quatro vezes que ela é necessária e, inclusivamente, que ela pode favorecer, em muitos aspectos, a conservação da natureza. Portanto, não há, de maneira nenhuma, qualquer ideia de excluir a actividade, seja ela agrícola ou qualquer outra actividade. Aliás, a votação que já aconteceu em relação a São Jorge é bem demonstrativa da vontade do Governo e do Partido Socialista no sentido de conciliar essas actividades no parque.

Portanto, quando falo em explorações, estou a falar exclusivamente na questão do uso do solo, do território, porque é esse que releva para aquilo que aqui discutimos.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Governo e Partido Socialista não é bem a mesma coisa.

Presidente: Creio que agora não há mais intervenções. Vamos passar para a votação, na generalidade, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos entrar na votação e debate na especialidade. Dos artigos 1.º a 7.º do diploma, não há qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Creio que não há oposição. Assim sendo, vamos votar os artigos há pouco referidos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 8.º, há uma proposta de alteração, advinda da CAPAT. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para o artigo 9.º há várias propostas de alteração. Por ordem de entrada, a proposta de alteração para o seu n.º 1 advinda da CAPAT, vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de alteração do BE, para o n.º 2 do artigo 9.º; de eliminação de várias alíneas, designadamente as alíneas c) e l) do n.º 3; alteração da alínea f); e eliminação do n.º 4.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

***Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, as propostas que são apresentadas pelo Bloco de Esquerda, as propostas de alteração, de eliminação e de substituição, decalcam aquilo que foi proposto para o Parque Natural de São Jorge.

Penso que posso sintetizar a posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria, dizendo que nós pretendemos preservar o ambiente, preservar a biodiversidade, preservar os ecossistemas, mas não constituir santuários. Portanto, temos de compaginar esta intenção com a humanização da paisagem e com a utilização, digamos, do ambiente pelo homem que lá existe. Como dizia o Sr. Deputado Luís Silveira há bocado, e muito a propósito, se é verdade que nas fajãs de São Jorge vivem pessoas, nas Flores, embora poucos, também vivem florentinos. Como tal, temos de continuar a utilizar a ilha a que pertencemos e a ilha onde estamos.

Portanto, está subjacente a esta legislação, como está subjacente ao 15/2007, que é o diploma que a enquadra, a preservação. Por isso é que existe um regime sancionatório, existe um regime de coimas, etc., para quem prevarica. Agora, não podemos, perdoem-me a expressão, ser fundamentalistas ao ponto de dizer que não se toca, nem numa planta, nem numa pedrinha, nem no que quer que seja. Daí que, na generalidade, as propostas do Bloco apontam nesse sentido e, portanto, não merecem a nossa concordância.

Relativamente à questão do director do parque, já aqui foi dito que é uma redundância, porque o director do parque é o director dos serviços de ilha.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): É um escândalo!

O Orador: Já agora, se me permite, o Sr. Presidente ainda não o anunciou mas, já que estou de pé, relativamente à proposta que o PCP apresenta, nós queríamos solicitar que fosse votada em separado. Isto é, que a proposta para a alínea k) do n.º 2 fosse votada em separado da proposta de alteração para o n.º 5, na exacta medida em que, e o Sr. Secretário já o referiu, esta questão da condicionante e não da proibição absoluta tem a ver com a existência de uma especificidade na Ilha das Flores, que são as chamadas terras tapadas.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se mais alguém quer intervir. Creio que não. Assim sendo, passamos para a votação da proposta do BE para o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora colocar à votação de forma separada, em duas partes, a proposta de alteração apresentada para o artigo 9.º pelo PCP. Assim, vamos votar em primeiro lugar a proposta no sentido de aditar ao seu n.º 2 uma alínea k).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 9.º, no sentido em que lhe altera o seu n.º 5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º do diploma, com as alterações que acabam de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, advinda da CAPAT, para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 10.º, subscrita pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para o artigo 10.º.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, só para solicitar que a metodologia utilizada para a votação do artigo 9.º seja também aplicada no artigo 10.º.

Presidente: Já percebi: os k) separados, muito bem.

Então, vamos votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 10.º, na medida em que adita ao seu n.º 4 uma alínea k).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora, Sras. e Srs. Deputados, a proposta de alteração do PCP para o artigo 10.º, que se consubstancia na alteração do seu n.º 7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Vou repetir a votação, podem sentar-se. É a segunda parte da proposta do PCP. Vamos votar a proposta do PCP, na medida em que altera o n.º 7 do artigo 10.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora para o artigo 11.º, que não é objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, advinda da CAPAT, para o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do BE para o mesmo artigo, 14.º, na parte em que não ficou prejudicada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta, do PCP, de alteração ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 14.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 15.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta, advinda da CAPAT, de alteração ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Creio que, face a esta votação e a esta aprovação, fica prejudicada a proposta do BE para o artigo 16.º.

Vamos votar o artigo 16.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do BE para o n.º 3 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 17.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 18.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º, advinda da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE, na parte em que não ficou prejudicada, para o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não havendo oposição da câmara, coloco à votação em conjunto os artigos 22.º a 24.º, inclusive, que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 25.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Não havendo oposição da câmara, coloco à votação em conjunto os artigos 26.º e 27.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para o artigo 28.º.

Diga, Sr. Deputado Manuel Herberto.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, solicito as alterações propostas para a alínea b) e para a alínea e) e, obviamente, o aditamento da alínea f), em separado.

Presidente: Portanto, se bem percebi, é para votar separadamente a alteração à alínea b) e a nova redacção à alínea e).

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Exactamente.

Presidente: Isto é para se votar. Bom, mas o que vem a seguir é renumerar o texto da anterior e) para f), só faz sentido se for aprovada a primeira parte, não é? Se não, não tem de se renumerar.

(Aparte inaudível do Deputado Manuel Herberto Rosa)

Presidente: Já percebi. Vamos votar a proposta de alteração do PCP no sentido que se consubstancia na alteração da alínea b) do artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a segunda parte da proposta de alteração do PCP, no sentido de conferir nova redacção à alínea e) e renumerar o texto da anterior e) para f), isto no artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 28.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para o artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 29.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, advinda da CAPAT, para o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 30.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, coloco à votação em conjunto, porque não são objecto de qualquer proposta de alteração, os artigos 31.º a 35.º, inclusive. Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o Anexo III, advinda da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Posto isto, Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, damos por terminados os nossos trabalhos de hoje. Retomamo-los amanhã às 10 horas da manhã, com o debate de urgência proposto pelo CDS/PP.

Agradecia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa.

(Eram 20 horas e 07 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

Partido Popular (CDS/PP)

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

* Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Resolve apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei de acréscimo do valor do subsídio de insularidade ao montante do complemento solidário para idosos (N.º 49/XI (ALRAM) -

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 02.

2 – Projectos de Lei:

Assunto: “Altera o Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, visando limitar as remunerações dos Gestores Públicos e maior transparência na sua atribuição” (N.º 504/XI/2.ª)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – 02– 23;

Assunto: Estabelece o processo de orçamentação de base zero e cria o Registo Nacional dos Serviços do Estado de todo o Sector Público Administrativo (N.º 513/XI/2.ª)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 03– 03;

Assunto: Estabelece uma Lei de bases do ambiente (N.º 515/XI/2.ª)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – 03– 09;

Assunto: Limita os vencimentos e demais remunerações dos Gestores Públicos do Sector Empresarial do Estado, membros dos Órgão Directos de Institutos Públicos, de Autoridades Reguladoras Independentes, de Empresas Regionais, de Empresas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas (N.º 512/X)

Proveniência: Assembleia da República

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – 03– 14.

3 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Quadro Legal da Aquicultura Açoriana](#) (N.º 1/2011)

Autor: Governo

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2008/A, de 18 de Julho, que Regula a Organização do Sector Vitivinícola Regional](#). (N.º 2/2011)

Autor: Governo

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias](#) (N.º 3/2011)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores](#) (N.º 4/2011)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores](#) (N.º 5/2011)

Autor: Governo

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Altera o regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2007/A, de 5 de Junho](#) (N.º 6/2011)

Autor: Governo

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Aprova o regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. Transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares](#) (N.º 7/2011)

Autor: Governo

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – 03– 09;

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro \(Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores\)](#) (N.º 8/2011)

Autor: Governo

Comissão: Pedido de urgência.

4 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Programa de Apoio para as Associações de Estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional](#) (N.º 4/2011)

Autor: PS

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 01;

Assunto: [Integração da Ilha do Corvo no Programa 60 +](#) (N.º 5/2011)

Autor: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 07;

Assunto: [Construção de um Museu na Ilha do Corvo](#) (N.º 6/2011)

Autor: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 09;

Assunto: [Construção da Pousada da Juventude na Ilha do Corvo](#) (N.º 7/2011)

Autor: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 16;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que efectue os procedimentos necessários à construção de uma Pousada da Juventude na Ilha das Flores](#) (N.º 8/2011)

Autor: CDS/PP

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 03– 16;

Assunto: [“Combate à praga do coelho-bravo na Ilha de São Jorge”](#) (N.º 9/2011)

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de entrada: 2011.02.15.

5 – Petições:

Assunto: Não ao Projecto de requalificação da Praça Velha sem discussão pública

Autora: Teresa Armas Cavaleiro de Ferreira (N.º 3/2011)

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – 04– 1;

Assunto: Em defesa da cantaria do Convento de São Boaventura (em Santa Cruz das Flores) (N.º 4/2011)

Autora: César João Costa Sousa

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 04– 14.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a agendamento para o Debate de Urgência sobre a questão da não realização dos concursos interno e externo do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundária da RAA

Proveniência: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2011.01.27;

Assunto: Ofício a cancelar o agendamento para o Debate de Urgência sobre a questão da não realização dos concursos interno e externo do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundária da RAA

Proveniência: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2011.01.31;

Assunto: Requerimento a solicitar ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projecto de Resolução “Combate à praga do coelho-bravo na Ilha de São Jorge”

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de entrada: 2011.02.15;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2011 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores).

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de entrada: 2011.02.17;

Assunto: Ofício a solicitar um debate de urgência sobre a contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados na Praia da Vitória

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de entrada: 2011.02.17;

Assunto: Ofício a declarar a renúncia do mandato da deputada eleita pelo círculo eleitoral da Ilha de Terceira, pelo Partido Socialista, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, com efeitos a partir do dia 28 de Janeiro de 2011

Proveniência: Maria Lina Pires Sousa Mendes (PS)

Data de entrada: 2011.01.21;

Assunto: Ofício a solicitar a suspensão de mandato da deputada eleita pelo círculo eleitoral da Ilha de São Miguel, pelo Partido Socialista, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, a partir do dia 1 de Fevereiro de 2011

Proveniência: Maria Graça Lopes Teixeira (PS)

Data de entrada: 2011.02.1;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão da Deputada Dra. Maria Graça Lopes Teixeira, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, do n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e do n.º 1 do art.º 9.º

do Estatuto dos Deputados da ALRAA, a vaga será preenchida pela Dra. Cecília do Rosário Farias Pavão, eleita pelo círculo eleitoral da Ilha de São Miguel, pelo Partido Socialista, cujos poderes já estão verificados.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de entrada: 2011.02.1;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão da Deputada Dra. Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, do n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA e do n.º 1 do art.º 9.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, a vaga será preenchida pelo Sr. António Gonçalves Toste Parreira, eleito pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira, pelo Partido Socialista, cujos poderes já estão verificados.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de entrada: 2011.02.02;

Assunto: Ofício a comunicar as alterações/substituições nas seguintes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa:

- A Senhora Deputada Catarina Furtado sai da CAPAT e será substituída pelo Senhor Deputado, Alexandre Pascoal;
- A Senhora Deputada Catarina Furtado sai da CE e será substituída pela Senhora Nélia Nunes;
- A Senhora Deputada Cláudia Cardoso sai da CAS e será substituída pela Senhora Deputada Catarina Furtado;
- A Senhora Deputada Vera Bettencourt sai GPG e será substituída pela Senhora Deputada Cecília Pavão;
- A Senhora Deputada Graça Teixeira sai da CAS e será substituída pela Senhora Deputada Vera Bettencourt.

Proveniência: O Grupo Parlamentar (PS)

Data de entrada: 2011.02.02;

Assunto: ofício a dar conhecimento da verificação interna de conta de gerência aprovada e abaixo indicada:

- VIC n.º 3/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 10/119.12) – “Escola Básica Integrada de Capelas”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.02.03

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre o sector da educação

Proveniência: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2011.02.04;

Assunto: Ofício a comunicar o regresso antecipado, com efeitos a partir do dia 28 de Janeiro de 2011, na sequência da cessação de suspensão do mandato da Sra. Deputada

Proveniência: Maria Nélia Brito Nunes

Data de entrada: 2011.02.2;

Assunto: Ofício a comunicar que o Sr. Deputado Cláudio Almeida integra, a partir desta data, a Comissão Eventual “para analisar a aplicação do rendimento social de inserção na RAA”

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho

Data de entrada: 2011.02.7;

Assunto: Ofício a comunicar que o Sr. Deputado José Francisco Salvador Fernandes substitui, a partir desta data, o Sr. Deputado João Bruto da Costa na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de entrada: 2011.02.11;

Assunto: Ofício a comunicar que o Sr. Deputado João Bruto da Costa, passa integrar, a partir desta data, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de entrada: 2011.02.11;

Assunto: Ofício a comunicar a nova direcção do Grupo Parlamentar do PSD cuja composição é a seguinte: Presidente – Duarte Freitas; Vices-Presidentes – António Marinho; e Clélio Meneses; Secretários – Mark Marques e Luís Garcia

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2011.02.11;

Assunto: Ofício a comunicar que o Sr. Deputado António Marinho substitui, a partir desta data, o Sr. Deputado Duarte Freitas, na Comissão Permanente de Economia

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de entrada: 2011.02.14;

Assunto: Ofício a comunicar que no passado dia 11 de Fevereiro, foi eleita a Mesa da Comissão de Assuntos Sociais, da seguinte forma: Catarina Furtado, Presidente; Nélia Amaral, Relatora e Cláudio Almeida, Secretário

Proveniência: A Presidente da Comissão, Catarina Furtado

Data de entrada: 2011.02.14;

Assunto: Ofício a informar das seguintes alterações nas Comissões Permanentes e Eventuais, bem como nas Subcomissões:

— A Senhora Deputada Alzira Silva substitui a Dra. Claudia Cardoso na Comissão Permanente;

— A Senhora Deputada Alzira Silva substitui a Dra. Claudia Cardoso na Comissão Eventual para o Estudo e Elaboração das Propostas Legislativas Necessárias ao Desenvolvimento e Operacionalização da Terceira Revisão do Estatuto Político e Administrativo da RAA;

— A Senhora Deputada Benilde Oliveira substitui a Senhora Deputada Catarina Furtado na Subcomissão de Economia;

— A Senhora Deputada Cecília Pavão substitui a Senhora Deputada Vera Bettencourt na Subcomissão de Política Geral;

— A Senhora Deputada Catarina Furtado substitui a Dra. Cláudia Cardoso na Subcomissão de Assuntos Sociais;

— O Senhor Deputado Alexandre Pascoal substitui a Senhora Deputada Catarina Furtado na Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Proveniência: Grupo Parlamentar do PS

Data de entrada: 2011.02.15;

Assunto: Ofício a comunicar que os Srs. Deputados Duarte Freitas e Luís Garcia substituem, a partir desta data, o Sr. Deputado Jorge Macedo, e o ex-deputado António Gonçalves, na Comissão Permanente

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de entrada: 2011.02.17;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011 - Cria a Comissão Regional para a igualdade no trabalho e no emprego dos Açores

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.02.18;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009/A, de 30 de Novembro, que cria o Vale Saúde

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.02.18.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Escaravelho Japonês](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.1.31

Referência: 54.04.00 – N.º 410/IX;

Assunto: [Lay-off](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.01.31

Referência: 54.04.00 – N.º 411/IX;

Assunto: [Troço de Estrada Regional n.º 3 – 2.ª, Urzelina – Santo António - \(Transversal\) – Estrada abandonada e quase intransitável...será da crise?...ou será desleixo?](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.02.01

Referência: 54.03.05 – N.º 412/IX;

Assunto: [Ecocentro em Santa Maria](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.02.02

Referência: 54.04.01 – N.º 413/IX;

Assunto: [Deslizamento de terras em Santa Maria](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.02.02

Referência: 54.04.01 – N.º 414/IX;

Assunto: [Pescadores da Graciosa esquecidos pelo Governo Regional](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.02.03

Referência: 54.03.04 – N.º 415/IX;

Assunto: [Fábrica de lacticínios da AAIT](#)

Autores: António Ventura, Clélio Meneses e Carla Bretão (PSD)

Data de Entrada: 2011.02.03

Referência: 54.03.03 – N.º 416/IX;

Assunto: [Pescas](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.02.04

Referência: 54.04.00 – N.º 417/IX;

Assunto: [Obra decorativa limita visibilidade em rotunda no acesso à Vila das Velas - Porque "estragar" o que foi feito](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.02.07

Referência: 54.03.05 – N.º 418/IX;

Assunto: [Abastecimento de água e electricidade da Fajã da Caldeira do Santo Cristo](#)

Autor: [Abel Moreira \(CDS/PP\)](#)

Data de Entrada: 2011.02.07

Referência: 54.01.05 – N.º 419/IX;

Assunto: [Atrasos no pagamento do leite aos produtores](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.02.07

Referência: 54.01.05 – N.º 420/IX;

Assunto: [Conduas de água do projecto SCUT no Concelho do Nordeste](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.02.09

Referência: 54.01.02 – N.º 421/IX;

Assunto: [Macaronésia](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.02.10

Referência: 54.04.00 – N.º 422/IX;

Assunto: [Porto de abastecimento de combustível no Porto Pescas e Marina dos Velas](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.02.17

Referência: 54.01.05 – N.º 423/IX;

Assunto: [Golfe](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.02.17

Referência: 54.04.00 – N.º 424/IX;

Assunto: [Cobertura de galerias comerciais: Será para criar comerciantes de primeira e de segunda?](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.02.18

Referência: 54.01.02 – N.º 425/IX;

Assunto: [Passagens de gado pelo troço Miradouros Santa Iria – Barreiros](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.02.22

Referência: 54.01.02 – N.º 426/IX.

8 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Plano de contenção de custos no Serviço Regional de Saúde.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.02.01

Referência: 54.01.00 – N.º 280/IX;

Assunto: [Transparência na concessão de avales da Região a IPSS](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.02.02

Referência: 54.03.00 – N.º 332/IX;

Assunto: [Carta de Missão da Direcção Regional da Cultura](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.02.08

Referência: 54.06.00 – N.º 407/IX.

9 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ano de 2009](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 02 – 15;

(O relatório supracitado encontra-se em anexo ao relatório da Comissão de Economia)

Assunto: [Projectos de Revisão Constitucional n.º 1/XI \(PSD\), n.º 2//XI \(PCP\), n.º 3/XI \(PEV\), N.º 4/XI \(BE\), n.º 5/XI \(CDS-PP\), N.º 6/XI \(PSD- Madeira\), n.º 7/XI](#)

(PSD - Açores), n.º 8/XI (Deputados José de Matos Correia, PSD), n.º 9/XI (PS) e N.º 10/XI (Deputado José Manuel Rodrigues, CDS/PP)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 02– 15;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 02– 21;

Assunto: Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ano de 2009

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 02– 17;

(O relatório supracitado encontra-se em anexo ao relatório da Comissão de Economia)

Assunto: Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ano de 2009

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 02– 15;

(O relatório supracitado encontra-se em anexo ao relatório da Comissão de Economia)

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 02– 21;

Assunto: Lei que modifica os prazos do período transitório e regime excepcional de regularização de explorações pecuárias, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro” – MADRP – (Reg. DL 519/2010)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 02– 07;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao Ano de 2009](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 02– 17.

10 – Diários:

Está presente na Sessão o Diário da ALRAA n.º 83, bem como o Suplemento n.º 85.

—

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*